



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

AMANDA KELLY ACIOLI SILVA

O ensino de História em cursinhos preparatórios: por uma educação popular e libertadora

UFRN

AGOSTO 2024



AMANDA KELLY ACIOLI SILVA

**O ensino de História em cursinhos preparatórios: por uma
educação popular e libertadora**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à obtenção do título de Mestra em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Teixeira Souza

NATAL
2024

AMANDA KELLY ACIOLI SILVA

O ensino de História em cursinhos preparatórios: por uma educação popular e libertadora

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à obtenção do título de Mestra em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Teixeira Souza

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Juliana Teixeira Souza (Presidente) Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira (Membro Interno) Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Maria Telvira da Conceição (Membro Externo) Universidade Regional do Cariri –
URCA

Prof. Dr. Dr. Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior (Membro suplente)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Silva, Amanda Kelly Acioli.

O ensino de História em cursinhos preparatórios : por uma educação popular e libertadora / Amanda Kelly Acioli Silva. - Natal, 2024.

149 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Juliana Teixeira Souza.

1. História - ensino. 2. Cursinhos populares. 3. Freire, Paulo. I. Souza, Juliana Teixeira. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA
94:37

CDU

Ao meu querido pai, meu maior exemplo de
coragem.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma imensa rede de apoio e acolhimento, de pessoas que estiveram comigo ao longo dos últimos dois anos e meio. Meu amado pai, obrigada por apoiar todas as minhas escolhas, foram as suas palavras que me deram forças para continuar. Gostaria de agradecer ao meu querido esposo Dickson Melo de Moraes, que por nenhum segundo deixou de acreditar em mim. A minha pequena Helena que é o motor da minha vida e minha maior motivação para continuar e seguir acreditando nos meus sonhos. Minha amada mãe, minha principal rede de apoio familiar, que renunciou muitas das suas tardes para cuidar da minha filha enquanto eu me dedicava a este trabalho. Meus irmãos e meus sobrinhos, que partilham comigo as alegrias e desafios da vida. Meus colegas de turma, especialmente a minha amiga Walkiria Menezes, a qual eu tive o prazer de partilhar os momentos de alegria e de angústia ao longo dessa jornada. Minha família, meus queridos amigos e amigas que me apoiaram e me ouviram quando mais precisei. A professora Margarida Dias de Oliveira, sempre tão solícita e disposta a me ajudar. A professora Júlia Almeida do cursinho “Dona Militana” por aceitar conversar comigo e compartilhar sua vivência. Todos os meus colegas da “Rede Emancipa”, especialmente Mike Ferreira por contribuir com este trabalho. A minha querida orientadora Juliana Souza, que pegou na minha mão e levantou a minha cabeça para que eu pudesse finalizar mais um ciclo em minha trajetória profissional, obrigada por acreditar em mim. E por fim, gostaria de agradecer ao meu médico Jessione Carvalho por todo apoio e dedicação, obrigada!

“Esperança é essencial para qualquer luta política pela mudança radical [...]

bell hooks

RESUMO

O presente trabalho analisa dados do IBGE disponibilizados pelo PNAD Contínua para evidenciar como alguns grupos da sociedade são excluídos do acesso ao ensino superior, e procura evidenciar como os cursinhos populares atuam no combate a esse problema através da pedagogia libertadora de Paulo Freire. A proposta justifica-se pela sua relevância social e utiliza, como aporte teórico, Paulo Freire, bell hooks e Flávia Caimi. Para entender como os índices de desigualdade atingem a população mais pobre no que diz respeito ao acesso a universidade, como funciona o trabalho dos cursinhos e os principais desafios enfrentados, optou-se por estudos de caso, com foco nos cursinhos populares da “Rede Emancipa” e “Dona Militana”, que atuam no município de Natal, Rio Grande do Norte. O principal objetivo deste trabalho é contribuir com as ações desenvolvidas nos cursinhos populares, apresentando como produto um livro digital com questões no mesmo formato da prova do Enem, trazendo também orientações que possam auxiliar professores e alunos, explicitando como funciona o principal meio de entrada no ensino superior: o Enem.

Palavras-chave: Ensino de História; Cursinhos populares; Paulo Freire; Educação Popular; Enem.

ABSTRACT

This study analyzes IBGE data provided by PNAD Contínua to elucidate how certain social groups are excluded from higher education, and seeks to illustrate how popular preparatory courses engage in addressing this issue through Paulo Freire's liberation pedagogy. The proposal for this inquiry stems from its social relevance, drawing upon theoretical insights from Paulo Freire, Bell hooks, and Flávia Caimi. To understand how inequality indices affect the poorest population in terms of access to university, how preparatory courses work and the primary challenges encountered, study cases were chosen, focusing on popular preparatory initiatives affiliated with the Emancipa and Dona Militana networks, situated within the municipality of Natal, Rio Grande do Norte. The main objective of this work is to contribute to the educational initiatives undertaken by popular preparatory courses, culminating in the production of an ebook featuring questions in the same format as the Enem exam, accompanied by instructional guidelines designed to support both educators and students, elucidating the mechanisms of the main means of entry into higher education: the Enem.

Keywords: History Education; Popular Preparatory Courses; Paulo Freire; Popular Pedagogy; Enem.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Taxa de analfabetismo no Brasil da população de 15 anos ou mais ao longo dos anos.

Gráfico 2 - Motivos para abandono escolar entre os homens em 2022 (%)

Gráfico 3 - Motivos para abandono escolar entre as mulheres em 2022 (%)

Gráfico 4 - Bairro em que mora

Gráfico 5 - Idade

Gráfico 6 - Nível de escolaridade de pelo menos um dos pais ou responsáveis

Tabela 1 - Taxa de analfabetismo por região em 2022

Tabela 2: Taxa de abandono escolar precoce (aos 13 anos de idade) por região em 2022

Tabela 3 - Média de anos de estudo por região

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Enem - Exame nacional do ensino médio

FAPERN - Fundação de Amparo e Promoção da Ciência Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte

FIES - Fundo de financiamento estudantil

IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística

IES - Instituição de ensino superior

INEP - Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira

MEC - Ministério da educação

PDE - Plano de desenvolvimento da educação

PIBID - Programa institucional de bolsa de iniciação à docência

PNAD - Pesquisa nacional por amostra de domicílios

ProUni - Programa universidade para todos

REUNI - Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais

SISU - Sistema de seleção unificada

UERN - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	23
DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO	23
1.1 O desafio de completar o Ensino Básico	24
1.2 O acesso ao ensino superior	31
CAPÍTULO 2	39
OS CURSINHOS POPULARES	39
2.1. Os cursinhos populares no Brasil	40
2.1 Cursinho Popular Emancipa	45
2.2 Cursinho popular Dona Militana	55
CAPÍTULO 3	61
ARTICULANDO O ENEM E A EDUCAÇÃO POPULAR	61
3.2 Materiais didáticos nos cursinhos populares	67
3.3 Manual do Enem para cursinhos populares	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
Referências	76

INTRODUÇÃO

Minha experiência como professora de História do cursinho popular “Emancipa” me estimulou a delimitar o tema para este trabalho. Além do mais, o trabalho desenvolvido pelos cursinhos populares, bem como sua importância social me impulsionaram a escrever esta dissertação. Ao longo dos capítulos, busquei demonstrar a relevância do trabalho desenvolvido nos cursinhos populares na vida de jovens que almejam entrar no ensino superior e na luta pela democratização do acesso à universidade. Relacionei isso às teorias de Paulo Freire e bell hooks no que estas contribuem para a construção de uma pedagogia libertadora nesses espaços.

Desse modo, foram reunidos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e do Censo da Educação Superior, bem como depoimentos de professores e coordenadores de cursinhos populares, além de uma pesquisa realizada com os alunos dos cursinhos populares a fim de entender o perfil do público atendido pelos cursinhos.

Para entender a importância do trabalho dos cursinhos populares, é preciso compreender os principais desafios enfrentados pelos jovens de baixa renda na entrada ao ensino superior. De acordo com o IBGE, em 2022, a rede pública de ensino superior ofertou um total de 870.659 vagas tanto em cursos de graduação presencial como à distância, representando 3,8% das vagas ofertadas, ao passo que a rede privada ofertou um total de 21.959.144 vagas, representando 96,2% do total (Brasil, 2024). O relatório apontou que, nos últimos anos, as universidades e faculdades privadas cresceram e, em 2022, representavam 88% das instituições de ensino superior, em sua maioria, faculdades, contra 12% de instituições públicas, majoritariamente, universidades (Brasil, 2023).

A pouca quantidade de vagas ofertadas na rede pública limita as oportunidades de milhares de jovens que buscam uma formação a nível de graduação. Essa realidade é ainda mais desafiadora para os estudantes de classe social¹ menos abastadas que enfrentam a precarização do ensino médio na rede pública, falta de recursos e de cursinhos preparatórios, além de dificuldades para conciliar trabalho e estudos. Como há pouca disponibilidade de

¹ Considera-se o conceito de classe proposto por Norberto Bobbio: “[...] Classes são agrupamentos que emergem da estrutura de desigualdades sociais, numa sociedade que reconhece que todos os homens, ou melhor, todos os cidadãos, são formalmente iguais perante a lei” (Bobbio, 1998, p. 170-171).

vagas gratuitas para todos, realizam-se exames de seleção. Atualmente, o principal meio de entrada nas universidades públicas é o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).²

O Enem foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) no ano de 1998 com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino no Brasil e gradativamente passou a ser utilizado como meio de ingresso no ensino superior. Somente a partir de 2009, o Enem passou a ser utilizado como substituto dos antigos vestibulares e como meio de entrada nas universidades públicas por intermédio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado pelo MEC em 2010 com o objetivo de facilitar o acesso dos estudantes às universidades. Com o passar dos anos e com as mudanças dos objetivos, a prova do Enem foi sendo ampliada e modificada. Ela deixou de ter 63 questões, mais uma redação, aplicadas em um dia e divididas por disciplinas, para ter 180 questões, mais a redação, aplicadas em dois dias e divididas por áreas do conhecimento.

Atualmente, a maior parte das universidades públicas e dos institutos federais utiliza o Enem por meio do SISU como forma de ingresso. Sendo assim, o Enem exerce uma influência significativa na organização e no funcionamento dos cursinhos pré-Enem. A existência de cursos preparatórios para exames de admissão remonta ao início do século XX, conforme explica Whitaker:

Ele tem suas raízes na própria “invenção” do vestibular, cujas origens remontam a 1910, quando foram criados os exames de admissão ao ensino superior no Brasil, que receberiam o título de Exames Vestibulares em 1915 pela Reforma Carlos Maximiliano. Segundo Guimarães (1984), foi na década de 1920 que o número de candidatos ao ensino superior ultrapassou o número de vagas, tendo surgido então aquele que pode ser considerado o embrião dos cursinhos pré-vestibulares (Whitaker, 2010, p. 291).

Por meio do decreto n. 69.908, de 1971, instituiu-se oficialmente o vestibular classificatório para aqueles que tinham escolarização completa a nível de colegial ou equivalente. Dessa forma, cresceram rapidamente os cursinhos preparatórios para admissão no vestibular. Por ser um módulo de ensino que não está presente nos documentos oficiais concernentes à educação, os cursinhos preparatórios não são oferecidos pelo Estado como política pública, tornando-se um mercado dominado pelas redes privadas de ensino.

Os cursinhos são tidos, de modo geral, como uma espécie de continuação ou complementação do Ensino Médio. Seu único objetivo é auxiliar a entrada de jovens no

² O resumo técnico apontou que a taxa de acesso aos cursos de graduação presenciais pelo Enem é de 57,7% nas instituições públicas, incluindo-se as federais, estaduais e municipais, e a taxa de ingresso nas instituições de ensino superior federais mediante Enem é de 77,7%, sendo este o principal meio de acesso ao ensino superior (Brasil, 2023).

ensino superior mediante um bom desempenho na prova, portanto, possuem dinâmicas e metodologias diferentes das do Ensino Básico: “[...] ligadas à memorização pura e simples, como a aula-show e a repetição de fórmulas químicas em ritmos populares, sem tempo para debates, reflexões, críticas e mobilização dos esquemas de assimilação [...]” (Whitaker, 2010, p. 90). Ademais, não possuem avaliações de desempenho dos alunos e aulas aos fins de semana com abordagem de um grande volume de temas são práticas comuns.

Desde que foram criados, os cursinhos se tornaram empreendimentos educacionais voltados para estudantes das classes média ou alta³, aumentando ainda mais as barreiras para aqueles que não têm condições financeiras de arcar com os custos desse serviço. Sendo assim, os cursinhos passaram a contribuir para a manutenção das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil, que historicamente revestiu-se de um caráter elitista e acessível somente aos segmentos detentores de capital (Pereira; Raizer; Meirelles, 2010).

Devido à ausência de avaliações por parte do MEC, o principal indicador da qualidade dos cursinhos é a quantidade de pessoas aprovadas no Enem, principalmente nos cursos de graduação cujo número de vagas é bastante inferior ao número de pessoas interessadas, como os cursos de medicina, direito, as engenharias etc. Desse modo, como é possível contribuir para a diminuição das desigualdades existentes no que diz respeito ao acesso de jovens pobres à universidade? Uma resposta a essa problemática são os cursinhos populares.

Em Natal, existem diferentes iniciativas de cursinhos, como a “Rede Emancipa” e o cursinho popular “Dona Militana”. Tais projetos buscam oferecer um ensino de qualidade aos alunos provenientes de escolas públicas, possibilitando a sua inclusão no ensino superior e, conseqüentemente, promovendo a redução das desigualdades sociais e educacionais. Além disso, eles são iniciativas da sociedade civil com vistas a ajudar jovens de baixa renda a conquistar uma vaga no ensino superior público.

De acordo com Nadir Zago (2008), os cursinhos populares cresceram a partir da década de 1980 e consolidaram-se no Brasil a partir da década de 1990. Um dos mais antigos, o Cursinho da Poli, foi criado na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) em 1987. Os objetivos da criação dos cursinhos populares são bastante distintos em relação aos da rede privada:

³ Considera-se a classificação do IBGE por meio do critério da renda familiar per capita. De acordo com a pesquisa PNAD Contínua: Rendimento de todas as fontes 2021, divulgada pelo IBGE em fevereiro de 2022, as classes sociais no Brasil em 2021 eram distribuídas da seguinte forma: Classe A: Renda familiar mensal per capita superior a R\$ 22 mil. Classe B: Renda familiar mensal per capita entre R\$ 7.100 e R\$ 22 mil. Classe C: Renda familiar mensal per capita entre R\$ 2.861 e R\$ 7.100. Classes D e E: Renda familiar mensal per capita até R\$ 2.861.

O surgimento do movimento dos denominados “pré-vestibulares populares” está associado à desigualdade de acesso ao ensino superior brasileiro, particularmente aos pobres e afrodescendentes. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior abre um debate sobre o próprio sistema de ensino, pois sua progressiva universalização ainda contrasta com a qualidade do ensino ofertado à juventude brasileira (Pereira; Raizer; Meirelles, 2010, p. 86).

Para que consigam realizar suas atividades, os cursinhos populares dependem da boa vontade dos gestores das escolas públicas, tendo em vista que os cursinhos populares não são política de Estado:

É importante destacar o envolvimento de escolas públicas em sua maioria, com os cursinhos populares. As salas de aulas, principalmente no turno da noite, servem de abrigo para as aulas e demais atividades dos projetos. Como a criação de espaços alternativos de preparação ao vestibular não se configura em política pública, a presença dos cursinhos nas escolas é resultado da vontade política das direções e da capacidade de organização da comunidade escolar (Pereira; Raizer; Meirelles, 2010, p. 91).

Apesar de existirem algumas semelhanças entre os cursinhos populares, não existe uma definição única do que é um “cursinho popular”. Alguns surgiram a partir de uma demanda da comunidade e contam com iniciativas e participação de diferentes grupos, destacando-se a Igreja Católica, os movimentos negro, estudantil, sindical e comunitário (Zago, 2008). No entanto, quanto aos pontos em comum, Zago (2008) destacou:

- atendimento aos setores, grupos ou frações de excluídos socialmente do acesso ao ensino superior e egressos de escolas públicas;
- são cursos gratuitos na sua maioria ou que cobram uma taxa que varia entre 5% a 10% do salário mínimo para despesas básicas relacionadas à manutenção das suas estruturas, transporte para professores e outros colaboradores;
- as propostas pedagógicas não têm como único objetivo a preparação para o vestibular. Na maioria dos pré-vestibulares populares há um eixo curricular denominado “cultura e cidadania”, nomeação da disciplina obrigatória que privilegia um trabalho educativo voltado para o exercício da cidadania e este compreende a formação de uma consciência crítica frente aos problemas políticos, sociais e de discriminação racial no país;
- seu corpo docente e administrativo está apoiado em um trabalho de caráter voluntário; poucos são os cursos que possuem sede própria, eles funcionam em locais bastante diversificados: escolas, universidades, instituições religiosas, associações comunitárias, entre outros;
- o número de vagas oferecido é variável segundo cada experiência (Zago, 2008, p. 152).

Conforme observou Nadir Zago (2008), ainda não há dados precisos sobre os cursinhos populares, apenas estimativas. A autora destacou as experiências do Estado do Rio

de Janeiro: o projeto pré-vestibular do sindicato dos trabalhadores em educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que atua desde 1986, e o pré-vestibular da Maré, que teve origem no movimento comunitário com a atuação de professores de escolas públicas e de estudantes. De acordo com Oliveira (2001), a Igreja Católica no Estado do Rio de Janeiro “[...] atua através da Pastoral do Negro, o Movimento Negro, por sua vez, atua através de suas diferentes vertentes [...]” (Oliveira, 2001, p. 91).

Dentre a bibliografia consultada acerca dos cursinhos populares no Brasil, destaca-se a atuação do Movimento Negro, posto que diversos grupos militantes desse movimento atuam em cursinhos populares. Exemplos são o pré-vestibular “Steve Biko”, em Salvador, Bahia, criado em 1992, a “UneAfro Brasil”, que atua com os cursos pré-vestibular em 30 núcleos divididos entre municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, e o cursinho “Carolina de Jesus”, que atua na zona sul de São Paulo.

Alguns cursinhos se autodenominam “popular” como forma de referenciar a educação popular proposta por Paulo Freire. Este reconhece a educação como um processo dialógico de conscientização cujo objetivo é a emancipação dos grupos oprimidos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso *poder*; ou seja, é preciso transformar essa organização de poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. [...] Há estreita relação entre escola e vida política (Freire; Nogueira, 1989, p. 19, grifo no original).

Nesse sentido, os cursinhos populares diferenciam-se dos cursinhos privados, já que, na rede privada, o único objetivo é auxiliar os alunos a entrar na Universidade e, nos cursinhos populares, também existe a necessidade de formar para a participação cidadã. Conforme explica Márcio Carvalho (2013, p. 74): “[...] os Cursinhos buscam uma educação que proporcione à classe trabalhadora um saber que seja instrumento de luta, para que estes estudantes se reconheçam como sujeitos históricos ativos, reflexivos e capazes de transformar sua realidade”.

Os cursinhos populares são espaços de luta política. A sua própria existência atesta as desigualdades de acesso ao ensino superior, de modo que auxiliar jovens menos privilegiados a conquistar uma vaga no Ensino Superior é, também, alterar a ordem estabelecida. Sendo assim, o ensino nos cursinhos populares reconhece o estudante como sujeito capaz de analisar criticamente e alterar sua realidade por meio da construção do conhecimento. Parece contraditório, mas, ao mesmo tempo que esses cursinhos auxiliam estudantes a alcançar bons

resultados no Enem, os indivíduos que fazem parte deles reconhecem que a existência de um processo seletivo para entrada no Ensino Superior é uma barreira para os estudantes de escolas públicas. Como consequência, lutam pela ampliação das vagas no ensino público e pelo fim de processos seletivos como o Enem, engajando-se na luta pela democratização do acesso ao Ensino Superior. Nesse sentido, os cursinhos populares:

[...] se colocam como uma resposta à sociedade assimétrica que cobra de forma igual de seus membros a sua inserção nas estruturas sociais. Tentando romper com o caráter utilitário do ensino, mas não desprezando esta face, os cursinhos populares, via de regra, não apenas reproduzem os conteúdos que são cobrados no vestibular, mas tentam dialogar com a existência dos sujeitos a partir de suas vivências (Pereira; Raizer; Meirelles, 2010, p. 94).

Os cursinhos populares são espaços de luta política, unindo teoria e prática, ensinando sobre o papel dos movimentos sociais ao mesmo tempo que possuem uma organização semelhante à dos movimentos sociais:

Sua estrutura de funcionamento é similar ao movimento [social], com assembleias, debates e participação democrática de alunos e professores. Afirmam que trabalham com conteúdos de cidadania e valorização da identidade étnica, racial, social nas salas de aula. Alguns elaboram uma formulação de que o principal não é a aprovação no vestibular, mas a “tomada de consciência” das pessoas, o seu engajamento nas lutas da entidade que organizou o curso, tentando criar um espaço de convivência entre alunos, professores e coordenação, visando a formação de grupos com uma mística, uma identidade e uma dinâmica interna (Silva Filho, 2004, p. 110-111).

Ou seja, apesar de serem “cursinhos” e de prepararem para o Enem, esses espaços não se resumem a isso. Os conteúdos, nesse caso, os do Enem, são meios para que se atinja o objetivo final que é a formação cidadã. Apesar de estarem preparando estudantes para um processo seletivo, no qual nem todos irão obter resultados suficientes para alcançar a vaga almejada, os educadores populares e aqueles que fazem parte dos cursinhos populares não assumem uma postura competitiva ou que estimule a competição, mas coletiva, de ajuda e companheirismo comumente vista nos movimentos sociais.

É fato que existem diferentes formatos de cursinhos populares no Brasil, com organizações e valores distintos. Mas, o que há em comum entre eles é a sua existência que atesta um dos principais problemas da educação brasileira: a falta de oportunidades e a desigualdade no acesso à educação. “Passar” no Enem e conquistar uma vaga na universidade não representa somente uma vitória individual, mas uma vitória coletiva de grupos que, antes, sequer sonhavam em cursar uma graduação.

Os cursinhos populares contam com o apoio de diversos colaboradores, tanto estudantes em formação quanto profissionais inseridos ou não no mercado de trabalho. Isso significa que a colaboração com os cursinhos não é a única atividade desempenhada por eles e elas. Conforme se destacou no documentário “Empunhando a esperança: um filme sobre o cursinho popular Dona Militana”, muitos colaboradores iniciam suas jornadas pela manhã e, à noite, dão aulas no cursinho.

Essa realidade impõe um obstáculo significativo à produção de um material didático: a falta de tempo, pois os colaboradores têm que conciliar múltiplas atividades. Portanto, baseado nos valores dos cursinhos populares, que são os da educação libertadora, como produto final, o presente trabalho propõe a criação de uma apostila como ferramenta de apoio a alunos e professores que terá como objetivo apresentar os princípios e fundamentos da educação libertadora baseados em uma visão crítica da sociedade e na ação transformadora.

A educação libertadora baseia-se no diálogo, no entendimento de que educador e educando devem estabelecer uma relação horizontal, e não de dominação, na troca de saberes e na construção conjunta do conhecimento, sendo o educador um facilitador do processo de aprendizagem.

A educação autêntica, repitamos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia uns aos outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação (Freire, 2023, p. 116).

Há um processo de troca entre educadores e educandos sem que o professor seja um “narrador”, o único detentor do conhecimento. Nesses termos, o material didático, os conteúdos selecionados, desempenham papel importante. Por intermédio dos conteúdos e dos materiais didáticos utilizados em sala de aula, os estudantes podem se identificar e empoderar-se. Em diálogo com Adriano Nogueira, Paulo Freire afirmou: “o conhecimento mais sistematizado é indispensável à luta popular e ele vai facilitar os programas de atuar que tu dizias: mas esse conhecimento deve percorrer os caminhos da prática” (Freire; Nogueira, 1989, p. 25).

Nesse ponto, reside a importância da práxis. Na educação libertadora, a teoria e a prática se interligam e o conhecimento adquirido não se limita ao espaço da sala de aula, mas deve ser aplicado na vida cotidiana por meio de ações que visem à transformação da realidade. Conseqüentemente, estimula-se o empoderamento dos educandos, pois estes se tornarão sujeitos ativos de seu próprio processo de aprendizagem; protagonistas. Por fim, o

objetivo da educação libertadora é a transformação social mediante fortalecimento da autonomia e o empoderamento dos educandos.

Para entender os desafios enfrentados pelos educandos, o presente trabalho analisa dados do IBGE disponibilizados pelo PNAD Contínua para evidenciar que alguns grupos da sociedade são excluídos do acesso ao Ensino Superior. Com isso, busca-se evidenciar que os cursinhos populares atuam no combate a esse problema mediante execução da pedagogia libertadora de Paulo Freire e da pedagogia transgressora de bell hooks.

Para ambos, é necessário encarar o ato de ensinar como um ato político, não somente o repassar de informações desprovidas de preocupação com o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. Encarar todos os sujeitos que estão presentes em sala de aula como seres pensantes que possuem suas próprias experiências. Além disso, entender o aprendizado como uma construção coletiva, de modo que nem o professor e nem os alunos são isoladamente responsáveis pelo aprendizado. Todos têm o que contribuir e influenciar na dinâmica da sala de aula:

O professor precisa valorizar de verdade a presença de cada um. Precisa reconhecer permanentemente que todos influenciam a dinâmica da sala de aula, que todos contribuem. Essas contribuições são recursos. Usadas de modo construtivo, elas promovem a capacidade de qualquer turma de criar uma comunidade aberta de aprendizado. Muitas vezes, antes de o processo começar, é preciso desconstruir um pouco a noção tradicional de que o professor é o único responsável pela dinâmica da sala (hooks, 2017, p. 18).

É, portanto, necessária a autoatualização do professor e a reflexão acerca das suas práticas. Sem isso, não há como promover a formação cidadã e o ensino para a prática da liberdade. “Os professores que abraçam o desafio da autoatualização serão mais capazes de criar práticas pedagógicas que envolvam os alunos, proporcionando-lhes maneiras de saber que aumentem sua capacidade de viver profunda e plenamente” (hooks, 2017, p. 36).

De acordo com bell hooks, o interesse e a conexão com os alunos são meios para que o professor lide com a diversidade em sala de aula. O compartilhamento de experiências entre alunos e professores fortalece a conexão entre eles e conseqüentemente favorece a construção do conhecimento. Tanto bell hooks como Paulo Freire refletem acerca da importância da relação horizontal entre professor e aluno, dificilmente vista no ensino tradicional, no qual o professor é colocado numa posição central e de poder frente aos discentes e estes são sujeitos passivos no processo de ensino e aprendizagem.

Essa é a proposta norteadora dos cursinhos populares, tema deste trabalho. Nos cursinhos populares, a luta pela democratização do acesso ao Ensino Superior é tão relevante

quanto a aprovação no Enem. Para alcançar tais objetivos, os conteúdos devem ter sentido prático na vida dos estudantes. Assim, com o intuito de se entender como funciona o trabalho dos cursinhos, como se desenvolve o ensino de História nesses espaços e seus principais desafios, optou-se por estudos de caso com foco nos cursinhos populares da “Rede Emancipa” e no “Dona Militana”, que atuam no município de Natal, Rio Grande do Norte.

Baseado nos apontamentos até aqui apresentados, este trabalho propõe analisar a contribuição dos cursinhos populares para o acesso de jovens de baixa renda ao Ensino Superior no município de Natal, Rio Grande do Norte. A expectativa é apresentar um material didático que auxilie os estudantes no Enem e promova a educação para a liberdade. Propõe-se investigar as práticas pedagógicas adotadas pelos cursinhos populares e como elas contribuem para a promoção da educação popular e do empoderamento dos estudantes. Por meio dessa investigação, pretende-se contribuir com as ações desenvolvidos nos cursinhos populares, apresentando como produto um livro digital com questões no mesmo formato da prova do ENEM, trazendo também e orientações que possam auxiliar educadores e alunos, explicitando como funciona o principal meio de entrada no ensino superior: o Enem.

O primeiro capítulo deste estudo foca nos dados do IBGE disponibilizados pelo PNAD Contínua para fazer uma síntese dos principais desafios dos jovens que pertencem às classes D e E para conquistar uma vaga na Universidade e para analisar como a falta de acesso a uma educação pública impacta no mercado de trabalho. O segundo capítulo explicita as contribuições dos cursinhos populares no município de Natal-RN para superar esses desafios e como a educação libertadora é aplicada nesses espaços, explorando dois estudos de caso: os cursinhos populares da “Rede Emancipa” e o “Dona Militana”.

O terceiro capítulo apresenta o produto que vem, em seguida, como anexo. Trata-se de um material didático que propõe esclarecer as características, a estrutura e o formato do Enem, familiarizando alunos e professores com as etapas e os requisitos da prova, oferecendo sugestões de estratégias de estudo, além de sugestões práticas para que o professor oriente o aluno no preparo para o exame com foco no desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para o sucesso na prova.

CAPÍTULO 1

DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 garante o direito à educação para todos os cidadãos brasileiros. No entanto, apesar desse marco legal, ainda há um longo caminho a ser percorrido para alcançarmos as metas educacionais estabelecidas na Constituição. Um dos desafios mais relevantes reside na democratização do acesso ao Ensino Superior, área que, segundo Senkevics (2021), apresenta um histórico tardio de desenvolvimento no Brasil em comparação com outros países da América Latina.

O autor divide a expansão do ensino superior brasileiro em dois ciclos: o primeiro iniciado na década de 1960 e finalizado em 1980, e o segundo com início em 1990 e que se estende até os dias atuais. O primeiro ciclo foi marcado pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 e o segundo foi definido a partir de cinco grandes tendências: democratização do acesso com o aumento do número de vagas em instituições públicas e privadas; instituição de ações afirmativas como implementação de cotas para grupos minoritários; desequilíbrio público-privado, ampliação do ensino a distância e estratificação horizontal (Senkevics, 2021).

Cada um dos ciclos alterou profundamente, em seu respectivo momento histórico, a estrutura do sistema de ensino superior, com potenciais impactos sobre toda a sociedade. A partir deles, instituíram-se tanto as bases do nosso sistema, quanto as contradições em torno das quais se disputam seus sentidos e direções futuras (Senkevics, 2021, p. 44).

Este capítulo tratará especificamente acerca do segundo ciclo de expansão com o objetivo de entender como se deu a democratização do acesso ao Ensino Superior, como se deu o desequilíbrio público-privado e como esse desequilíbrio não favorece a população mais pobre. Além disso, pretende-se sintetizar, por meio de dados do PNAD Contínua, os principais desafios para jovens de baixa renda no acesso às universidades desde o Ensino Básico e como a falta de acesso a uma educação superior pública impacta no mercado de trabalho.

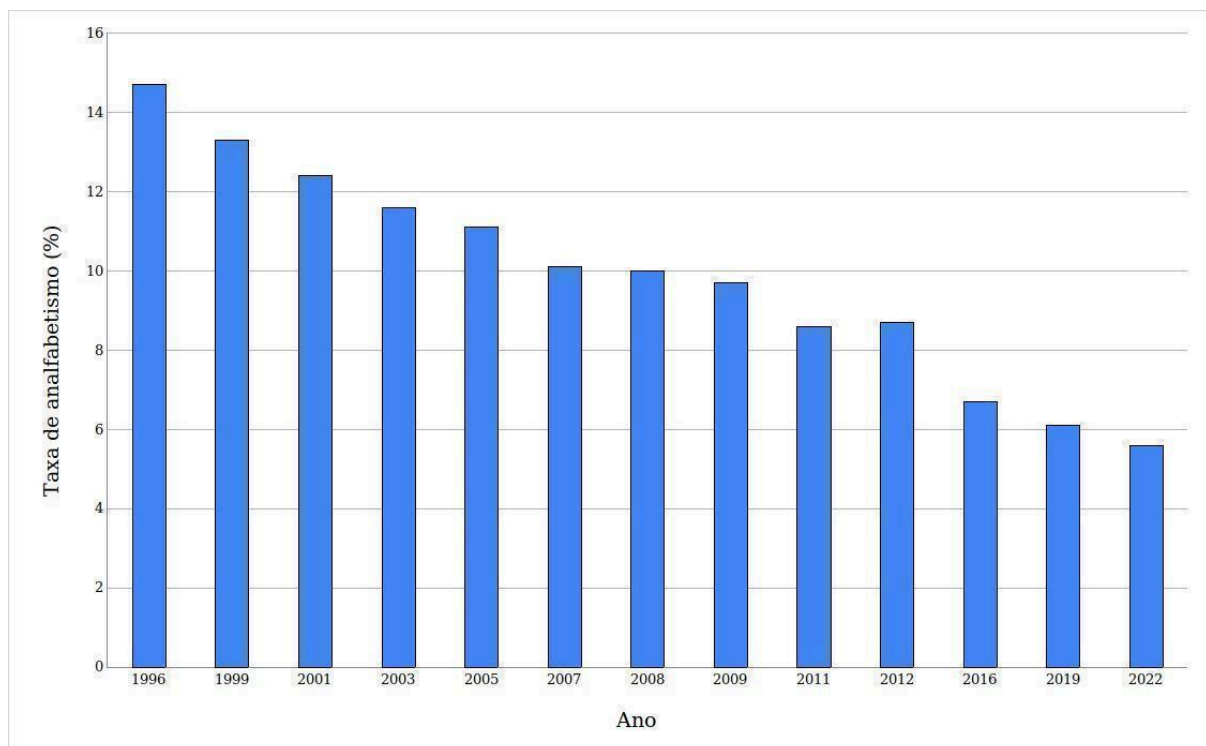
1.1 O desafio de completar o Ensino Básico

Desde a década de 1990, a Educação Básica brasileira passou por mudanças significativas. Reduziu-se a taxa de analfabetismo, que caiu para somente 5,6% no ano de 2022 (Brasil, 2023) e promoveu-se o acesso e a permanência das crianças nas escolas mediante programas de incentivo como o Bolsa Escola, que foi criado via Decreto nº 4.313, de 24 de julho de 2002.

Os programas sociais brasileiros voltados à educação, conhecidos genericamente como Bolsa-Escola, têm por objetivo fornecer às famílias com filhos uma ajuda monetária regular, que os estimule a mandar as crianças para a escola e lhes possibilite mantê-las estudando. No Brasil, existem muitos programas deste tipo desde meados da década de 1990, e foram reunidos em um programa federal, em 2001 (Schwartzman, 2004, p. 1).

Os programas sociais voltados para a educação alcançaram resultados positivos nas últimas décadas, especialmente no que se refere às taxas de alfabetização, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo no Brasil da população de 15 anos ou mais ao longo dos anos.



Fonte: elaboração própria a partir de dados do INEP e PNAD Contínua.

No PNAD Contínua⁴, o IBGE divulgou que, pela primeira vez, pouco mais da metade da população brasileira acima dos 25 anos de idade concluiu o ensino básico (53,2%), ou seja, terminou o Ensino Médio (Brasil, 2023). No entanto, ainda existem algumas diferenças significativas. Por exemplo, ao passo que a taxa de analfabetismo diminuiu no Brasil, na região Nordeste essa taxa permanece elevada entre a população de 15 anos ou mais, que em 2022 foi de 11,7%, bastante superior às taxas de analfabetismo das demais regiões, conforme mostra a tabela abaixo (Brasil, 2023).

Tabela 1 - Taxa de analfabetismo por região em 2022

Grandes Regiões	2022
Norte	6,4
Nordeste	11,7
Sudeste	2,9
Sul	3,0
Centro-Oeste	4,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

O analfabetismo gera diversos impactos negativos na vida dos indivíduos, como exclusão do mercado de trabalho, limitação de oportunidades e de qualificação profissional e vulnerabilidade a diferentes formas de exploração. Mesmo que esses jovens consigam ultrapassar a barreira do analfabetismo, ainda precisam enfrentar o desafio do Ensino Médio. Muitos não conseguem concluir essa etapa de ensino devido à baixa frequência, que pode ser justificada por diferentes motivos, desde a necessidade de trabalhar até gravidez na adolescência.

Outros motivadores são a evasão e o abandono escolar, que “significa a situação em que o aluno desliga-se da escola, mas pode retornar no ano seguinte, enquanto na “evasão” o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar” (Filho; Araújo,

⁴ A pesquisa é realizada mediante amostra de domicílios de forma a garantir a representatividade dos resultados para os níveis geográficos em que é produzida. Esquema de rotação da amostra de domicílios: a pesquisa foi planejada para ter periodicidade de coleta trimestral, ou seja, a amostra total de domicílios é coletada em um período de 3 meses para, ao final desse ciclo, serem produzidas as estimativas dos indicadores desejados (Brasil, 2023).

2017, p. 37). Quando o aluno “abandona” a escola, deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo, quando “evade”, é porque reprovou em determinado ano letivo e no ano seguinte não efetuou a matrícula.

De acordo com o IBGE, a renda é um dos fatores que determina os percentuais de abandono e atraso escolar entre jovens de 15 a 17 anos (Brasil, 2018). Isso significa que, mesmo quando tem acesso, essa população tem mais chances de não concluir o Ensino Básico devido a questões como abandono, evasão escolar ou nunca ter frequentado a escola. Além do mais, esse fenômeno é maior na zona rural, entre os homens pretos e pardos. Segundo Arroyo (1993):

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais (Arroyo, 1993, p. 21).

Comparada com a população mais rica do Brasil, o índice de jovens entre 15 e 17 anos mais pobres que abandonaram a escola sem concluir o Ensino Médio foi oito vezes maior (11,8%) em 2018 do que o de jovens mais ricos que abandonaram a escola sem terminar o Ensino Médio (1,4%). No ano de 2018, existiam no Brasil 737 mil jovens entre 15 e 17 anos nessa situação (Brasil, 2019). De acordo com Senkevics (2021), o Ensino Médio ainda é o principal filtro de acesso ao Ensino Superior, embora não seja o mais importante. Para os segmentos sociais menos privilegiados, no entanto, sua barreira permanece de grande relevância.

Tabela 2: Taxa de abandono escolar precoce (aos 13 anos de idade) por região em 2022

Grandes regiões	Taxa
Norte	9,0%
Nordeste	8,0%
Sul	6,8%
Sudeste	6,3%
Centro Oeste	5,3%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Vale lembrar que nem sempre o estudante consegue chegar no Ensino Médio. A PNAD Contínua utiliza a idade dos 15 anos como um marco do abandono escolar, pois é nessa idade que os índices são mais acentuados. Porém, os índices de abandono escolar precoce também são altos, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Sul. Outra faixa etária importante é a de 14 a 29 anos de idade, que compreende adolescentes no Ensino Médio e jovens adultos com idade para o mercado de trabalho. A pesquisa concluiu que, ao todo, no Brasil, existem aproximadamente 52 milhões de pessoas nessa faixa etária e, desse total, 18% (aproximadamente, 9,5 milhões de jovens) não concluíram o Ensino Médio, seja por abandono escolar ou por nunca ter frequentado a escola (Brasil, 2023).

Dentre os principais motivos para o abandono escolar, destacam-se: a necessidade de trabalhar; a falta de escola nas proximidades da residência ou no turno desejado; gravidez; a realização de afazeres domésticos que incluem cuidar de crianças, de pessoas doentes, de idosos e/ou de pessoas com deficiência; problemas de saúde, e falta de interesse em terminar os estudos. Ao todo, no Brasil, 40,2% dos jovens não continuaram os estudos no Ensino Médio, pois precisavam trabalhar. Entre os homens esse índice foi maior do que entre as mulheres, conforme mostra o gráfico a seguir (Brasil, 2023).

Gráfico 2 - Motivos para abandono escolar entre os homens em 2022 (%)

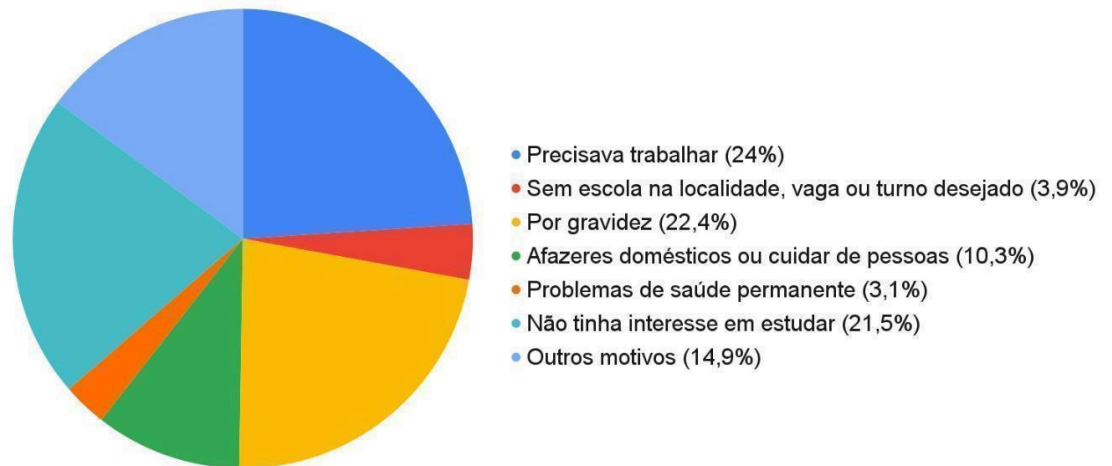


Fonte: elaboração própria a partir de dados do PNAD Contínua 2023.

Entre as mulheres, destacam-se os motivos: precisava trabalhar (24%), gravidez (22,4%) e ter que realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas (10,3%), conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Motivos para abandono escolar entre as mulheres em 2022 (%)

Porcentagem



Fonte: elaboração própria a partir de dados do PNAD Contínua 2023.

Além de os índices de abandono serem maiores entre os homens (58,8%), o estudo ainda indicou que eles são maiores ainda homens pretos e pardos (70,9%). A necessidade de trabalhar indica que a maioria dos jovens de baixa renda não consegue manter seus estudos por não ter condições financeiras de arcar com as despesas e precisar colaborar no sustento da família, atribuição culturalmente associada ao gênero masculino (Brasil, 2023). O abandono escolar restringe as oportunidades de trabalho e renda, pois os indivíduos com menor nível de escolaridade geralmente possuem acesso a vagas menos qualificadas e com menor remuneração. Isso dificulta a ascensão social. Na Tabela 3, observa-se o número médio de estudos no ano de 2022 segundo as grandes regiões. Apesar de uma melhoria ao longo dos anos, a média de anos de estudo da população do Nordeste é bem inferior se comparada à da população das demais regiões.

Tabela 3 - Média de anos de estudo por região

Grandes regiões	Média de anos de estudo
Norte	9,4
Nordeste	8,6
Sul	10,1
Sudeste	10,6
Centro-oeste	10,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Além do mais, os dados do PNAD Contínua revelam a diferença entre os grupos pretos, pardos e brancos no que diz respeito à taxa ajustada de frequência escolar líquida no Ensino Médio. Ao passo que 80,8% das pessoas brancas frequentava o nível médio de ensino, somente 71,7% da população preta e parda com idade escolar frequentava esse mesmo nível. Quando se compara 2019 a 2022, observa-se um crescimento para pessoas pretas ou pardas (5,0 pontos percentuais) e a estabilidade para pessoas brancas, todavia existindo uma diferença entre os dois grupos de 9,1 pontos percentuais (Brasil, 2022).

Segundo o PNAD Contínua, as pessoas com idade entre 18 e 24 anos são aquelas que idealmente estariam frequentando o Ensino Superior caso completassem a Educação Básica na idade esperada. No entanto, o atraso e a evasão estão presentes tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. Dessa forma, muitos jovens que estão nessa faixa etária já não frequentam mais a escola e alguns ainda frequentam a Educação Básica (Brasil, 2022).

A necessidade de trabalhar, a evasão e o abandono escolar colocam esses jovens em desvantagem em relação aos jovens de classe social mais alta que podem dedicar-se integralmente aos estudos. Dessa forma, as desigualdades de classe permanecem, uma vez que esse grupo é impedido de melhorar sua condição financeira mediante os estudos. Além do mais, mesmo que não precisem trabalhar fora de casa, outros fatores também contribuem para a evasão escolar, como a gravidez precoce, a realização de afazeres domésticos ou cuidar de uma pessoa da família, especialmente entre pessoas do gênero feminino. Esses fatores evidenciam as desigualdades de classe, uma vez que somente meninas pobres precisam dedicar-se às atividades domésticas ou aos cuidados com alguma pessoa da família. Isso

significa que “[...] antes de serem barrados pelo processo seletivo de ingresso no ensino superior, os mais pobres são barrados na escolarização básica [...]” (Senkevics, 2021, p. 86).

Ademais, a motivação é um fator que deve ser considerado quando falamos de evasão e abandono escolar. A falta de motivação pode acontecer por diferentes motivos. De acordo com Marcelo Mendes (2013), o aluno excluído ou marginalizado no contexto escolar muitas vezes sente-se desmotivado a continuar os estudos. Para o autor, a motivação pode ser devido a um fator psicológico, a um conjunto de fatores, ou um processo. Por outro lado, a motivação dos professores também influencia a motivação dos alunos. Jornadas longas de trabalho, salários baixos, falta de estrutura nas escolas são, de acordo com Jaqueline Barreiros (2008), fatores que levam o professor a ficar desmotivado em sala de aula. Algumas consequências decorrentes da falta de motivação do aluno podem ter relação direta em seu processo de aprendizagem (Mendes, 2013).

A pesquisa da PNAD Contínua chama atenção para o grupo com faixa etária de 15 anos, pois essa é, em geral, a idade de entrada no Ensino Médio. Nessa idade, o percentual de jovens que abandonaram a escola quase duplica em relação ao de jovens de 14 anos de idade (Brasil, 2022). Muitos são os motivos que levam os jovens a abandonarem a escola, de acordo com Filho e Araújo:

fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, bem como escolares, nos quais educadores têm colaborado a cada dia para o problema se agravar, mediante a utilização de um método didático superado ou de uma prática cristalizada como por inexperiência, acabam por desenvolver o conteúdo de forma descontextualizada e sem sentido para o aluno (Filho; Araújo, 2017, p. 45).

Fatores individuais, psicológicos e externos podem estar associados ao abandono e evasão escolar. Não existe uma causa única. Porém, existem formas de amenizar ou diminuir esses índices, por exemplo, o uso de metodologias que façam sentido para o aluno. Portanto, é necessário criar formas de enfrentamento com a perspectiva do sistema, da escola, e individual, capazes de amenizar as causas e, assim, levando à superação de dificuldades e à diminuição dos índices de abandono escolar (Filho; Araújo, 2017).

Outro fator que serviu para aumentar ainda mais as diferenças entre aqueles que tinham melhores condições financeiras e os que não tinham foi a pandemia da Covid-19 no ano de 2020. De acordo com a PNAD Covid-19⁵, houve condições desiguais de acesso às atividades escolares à distância, pois muitos não tinham acesso à internet, e os mais afetados foram os estudantes de menor renda sendo, em sua maioria, pretos e pardos, moradores da

⁵ A pesquisa foi realizada entre maio e novembro de 2020.

zona rural e das regiões Norte e Nordeste (Brasil, 2021). Além disso, a população branca foi a que mais compareceu nos dias de aplicação das provas do Enem nos anos de 2019, 2020 e 2021. Especificamente em 2021, as taxas foram: 71,1% de estudantes brancos e 62,9% de estudantes pretos e pardos (Brasil, 2021).

Os dados apresentados revelam que houve uma ampliação da educação nos níveis fundamental e médio, no entanto ainda existem muitos problemas a serem superados. As taxas de abandono escolar são maiores entre grupos não privilegiados da sociedade que muitas vezes precisam trabalhar para complementar a renda domiciliar. Vimos que o trabalho é o principal motivo para o abandono escolar tanto entre os homens como entre as mulheres. Desse modo, as desigualdades continuam existindo, uma vez que essas pessoas não conseguem ter acesso a um curso de graduação, pois não concluíram o Ensino Básico.

1.2 O acesso ao Ensino Superior

Mesmo que superem os obstáculos do Ensino Básico, a população pobre ainda enfrenta desafios no acesso ao Ensino Superior, exclusão que gera consequências no mercado de trabalho. Sem as qualificações necessárias para competir em um mercado cada vez mais exigente, jovens de baixa renda são relegados a empregos precários, mal remunerados e com poucas perspectivas de ascensão social. De acordo com o censo do Ensino Superior⁶, no ano de 2022, foram declaradas, ao todo, no Brasil, 2.595 instituições divididas em universidades (205), centros universitários (381), faculdades (1968) e institutos federais (41). Desse total, 2.238 estão na rede privada, sendo a sua maioria faculdades (1.822), ao passo que, na rede pública, das 312 instituições de Ensino Superior, 115 são universidades.

A edição 2022 do Censo Superior alcança o marco de 9.443.597 matrículas de graduação. Dessas matrículas, 78,0% são privadas e 22,0%, públicas; o que corresponde a uma proporção de quase quatro (4) matrículas privadas para cada matrícula pública e representa um aumento da participação das matrículas privadas. Em relação a 2021, registra-se, em média, aumento de 5,1% no total de matrículas, determinado pelo crescimento das matrículas privadas (6,6%), com estagnação das matrículas públicas (-0,1%) (Brasil, 2023e).

A vantagem do setor privado em relação ao público começou no Brasil a partir da Reforma Universitária de 1968 (Senkevics, 2021). Desde então, a Universidade foi definida

⁶ O Censo da Educação Superior utiliza as informações do cadastro do Sistema e-MEC, em que são mantidos os registros de todas as instituições, seus cursos e locais de oferta. A partir desses registros, o censo coleta informações sobre infraestrutura das instituições de educação superior, vagas oferecidas, candidatos, matrículas, ingressantes, concluintes e docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa (Brasil, 2023).

nos termos que entendemos hoje, articulando pesquisa, ensino e extensão; departamentos; sistemas semestrais e de créditos.

Ainda em 1995, o Brasil tinha 894 instituições de educação superior (IES), das quais 684 eram privadas e 210 públicas, em uma proporção de 3 para 1. Essa vantagem numérica das primeiras é observada após a Promulgação da Reforma Universitária de 1968, que, inaugurou o desequilíbrio da oferta educacional em prol do setor privado. A partir daí, é notável um crescimento desproporcional dessas instituições que em 1980, respondiam por 63% das matrículas e 77% dos estabelecimentos de ensino (Senkevics, 2021, p. 46).

O crescimento do setor privado também foi incrementado devido a investimentos do governo federal por meio de programas como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), de modo que “ao poder público coube o papel de patrocinador dessa expansão, quer seja por meio de incentivos e subvenções fiscais, quer seja pela regulação complacente dos órgãos estatais” (Senkevics, 2021, p. 45).

Criado em 2004, o ProUni foi pensado para estudantes de baixa renda, para que estes consigam ingressar em uma instituição de Ensino Superior mediante acesso a bolsas de estudos em universidades e faculdades privadas. O programa favorece as empresas privadas com isenção de impostos. As Instituições de Ensino Superior (IES) privadas deixam de pagar tributos e, em contrapartida, devem fornecer bolsas de 50% a 100%. Ou seja, além da isenção, as IES privadas são favorecidas por terem seu mercado ampliado. Não foi à toa que, quando o programa foi instituído, o MEC estimou que a União deixaria de arrecadar R\$ 197 milhões de reais e os críticos do ProUni destacaram que esse valor poderia ser direcionado para a ampliação de vagas nas instituições públicas de ensino.

Anos antes, em 2001, o MEC criou o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) mediante a Lei nº 10.260, programa que financia cursos superiores na rede privada. *A priori*, o programa era voltado somente para estudantes de baixa renda, mas, a partir de 2020, deixou de existir renda mínima para entrar no programa. Com o Decreto nº 12.008, de 29 de abril de 2024, o fundo garantidor do financiamento estudantil passou de R\$ 3 bilhões para R\$ 4,5 bilhões, de acordo com publicação do Diário Oficial da União.

Isso significa que os fundos e verbas que deveriam ser direcionados para a ampliação das vagas na rede pública estão sendo investidos e favorecendo esse crescimento da rede privada. “[...] os programas também contribuíram para o desbalanço na oferta entre os setores público e privado, na medida em que representaram a drenagem de recursos públicos para entidades particulares, sobretudo aquelas com fins lucrativos” (Senkevics, 2021, p. 63).

Ademais, as universidades públicas são um direito de todos, pois “o público é o que pertence a todo povo. A universidade pública é a que pertence à cidadania e está a serviço do bem comum” (Panizzi, 2002, p. 13).

Após enfrentarem uma série de desafios para manterem-se estudando no Ensino Básico, os jovens que pertencem às classes menos abastadas ainda precisam enfrentar outras questões para ter acesso a um curso de graduação. A desigualdade de acesso ao Ensino Superior é resultado de diversos fatores, dentre os quais se incluem o baixo número de vagas ofertadas nas universidades públicas que cresceu lentamente nos últimos anos em comparação com a expansão da rede privada. Segundo Senkevics (2021), até o início dos anos 2000, o segundo ciclo de expansão do Ensino Superior brasileiro continuou a beneficiar principalmente as classes mais abastadas da sociedade.

A partir de abril de 2007, foi instituído pelo Decreto nº 6.096 o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), sendo essa uma das ações que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A partir do programa foram criadas novas universidades no país e o número de vagas foi ampliado. Desse modo, observa-se um aumento da presença de estudantes de baixa renda nas universidades.

Até meados dos anos 2000, a expansão beneficiou de maneira desproporcional os estratos mais privilegiados da sociedade. De acordo com pesquisas anteriores mencionadas ao longo daquele capítulo, os primeiros tempos da expansão resultaram em um acirramento das desigualdades de acesso, pois as novas vagas - abertas sobretudo no setor privado e ainda na ausência de políticas massivas de inclusão - favoreceram o acesso de quem já tinha mais condições de usufruir as novas oportunidades educacionais, em tendência que chamei de inclusão à deriva. Foi após a virada da década de 2010 que este padrão passou a ser revertido (Senkevics, 2021, p. 327).

Esse crescimento também tem relação direta com a criação de programas sociais como a Lei de Cotas para negros, pardos e indígenas, para estudantes da rede pública e para quem tem renda familiar de até um salário mínimo por pessoa. Além disso, a escolha do Enem como meio de acesso às universidades também ajudou no processo de ampliação do acesso, tendo em vista que quem estuda no terceiro ano do Ensino Médio em escola pública ou todo ele como bolsista na rede privada, ou seja, membros de uma família que tenha como renda até 1 salário mínimo e meio com cadastro no CadÚnico, consegue isenção na taxa de inscrição do exame (INEP, 2024).

Conforme explica Ariele Souza de Vargas (2021), o SISU começou a ser tramitado pelo MEC em 2009 e, em 2010, foi instituído pela Portaria nº 2, de 26 de janeiro. Ao longo dos anos, o SISU passou por várias mudanças e atualmente é utilizado como principal meio

de acesso as IES públicas do Brasil como meio de ingresso. A autora ainda explica que um dos objetivos do SISU foi democratizar o acesso às universidades, tendo em vista a possibilidade de o estudante utilizar sua nota do Enem para qualquer universidade do país sem precisar se deslocar até outro estado para prestar o vestibular. Ademais, as vagas ociosas passaram a ser disputadas e, eventualmente, ocupadas por alunos que manifestassem interesse e entrassem na lista de espera (Vargas, 2021).

Porém, a autora chama atenção para uma contradição, porque efetivamente os alunos que pertencem às classes menos abastadas continuam sem poder tentar uma vaga em outro estado, pois não têm condições de arcar com as despesas de deslocamento e permanência. Além do mais, os estudantes que ocupam as vagas ociosas nem sempre se matriculam nos cursos que desejam e acabam evadindo da universidade (Vargas, 2021). Portanto, ainda existem disparidades no que diz respeito ao acesso de jovens de baixa renda no ensino superior:

Se pertencer ao quinto mais rico, a probabilidade de um jovem acessar uma graduação é de 60,5%, se pertencer ao quinto mais pobre de apenas 21%. Esses números revelam um hiato de quase 40 pontos percentuais em 2013 é ampliado para aproximadamente 44 p.p. em 2017, de modo que 90% da disparidade final entre os quintos mais rico e mais pobre é construída logo após a conclusão do ensino médio (Senkevics, 2021, p. 134).

A falta de vagas para todos acirra a concorrência nos processos seletivos das universidades públicas, o que por sua vez dificulta ainda mais o acesso de grupos menos privilegiados, uma vez que estes não têm acesso a cursos preparatórios e a um ensino voltado exclusivamente para a prova⁷. Para a população de baixa renda, existe um longo caminho a percorrer até a graduação e ultrapassar as barreiras do Ensino Fundamental e do Ensino Médio são determinantes para a população com nível socioeconômico menos elevado, de modo que a nota do Enem não é a única determinante para o acesso dessa população ao Ensino Superior.

Além disso, Senkevics (2021) chegou à conclusão de que os jovens mais ricos têm maior probabilidade de “passar direto” do Ensino Médio para o Ensino Superior, 60,5%, ao

⁷ O levantamento feito por Senkevics (2021) revela três padrões em relação ao desempenho no Enem e o nível socioeconômico: quando os estudantes tiram uma nota mais baixa, a probabilidade de o mais rico entrar na universidade é maior do que a do mais pobre. O segundo padrão observado é que, entre os jovens que têm desempenho excelente no exame, a renda não influencia. O terceiro padrão é que cada acréscimo de nota parece fazer mais diferença para os jovens mais pobres do que para os jovens mais ricos. “O simples fato desses jovens pertencerem ao segmento mais rico dos candidatos eleva, de partida, sua probabilidade de acesso à graduação de 20% para 70%, ainda que tenham obtido as piores notas na prova” (Senkevics, 2021, p. 136).

passo que, para os jovens mais pobres, a probabilidade de “passar direto” diminui para 21%. Esse também é um fator determinante para os jovens que querem ingressar no Ensino Superior. Em algumas situações, a pessoa que não fez a transição direta já pode estar inserida no mercado de trabalho, o que diminui as chances de prestar o Enem. Para o autor, o estudante de classe média consegue entrar na universidade mesmo tendo nota baixa que o estudante mais pobre. Desse modo, a nota não é o único, nem mesmo o principal, fator que determina quem entra ou não na universidade. Fatores como renda, localização geográfica, o curso e a universidade influenciam quem entra ou não (Senkevics, 2021).

O censo da educação superior de 2022 revelou que mais da metade dos alunos matriculados na rede privada (61,1%) são beneficiários de programas sociais como ProUni ou Fies (Brasil, 2023). Ou seja, houve uma ampliação do acesso ao Ensino Superior no Brasil impulsionada principalmente na rede privada, cujas vagas foram ocupadas pelos grupos das classes sociais menos privilegiadas que, por não terem tido acesso à Educação Básica de qualidade, essencial para aprovação nas provas do Enem, passaram a ter acesso aos cursos de graduação principalmente na rede privada.

O segundo ciclo de expansão do Ensino Superior brasileiro, marcado pelo crescimento acelerado das universidades privadas em detrimento das públicas, também teve um impacto negativo no acesso à educação superior por parte de grupos de baixa renda. As altas mensalidades das instituições privadas inviabilizam o acesso de grande parte desses estudantes, na medida em que os programas de financiamento, muitas vezes com juros altos, podem levar ao endividamento.

Desse modo, vemos a crescente concentração de poder no setor educacional brasileiro, no qual grupos empresariais, buscando maximizar seus lucros, expandem seus horizontes oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços que abrangem desde a Educação Infantil até a pós-graduação. Essa diversificação, no entanto, acaba influenciando nas decisões políticas que impactam a educação pública.

Grupos empresariais diversificam seu leque de produtos e serviços e, por meio de plataformas multimarcas, administram escolas da educação infantil ao ensino médio, sistemas de ensino, materiais didáticos, cursinhos pré-vestibulares, escolas de idiomas, cursos de graduação e pós graduação, polos de EaD, programas de formação continuada de professores, editoriais de livros didáticos, convênios e consultoria especializada à gestão pública, entre outros. À medida que expandem, esses mercados nutrem um lobby das corporações educacionais sobre o poder público, com consequências sobre o caráter republicano das decisões tomadas na esfera governamental (Senkevics, 2021, p. 68).

O Artigo 205 da Constituição garante o direito à educação a todos os cidadãos brasileiros visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). No entanto, na prática, para alcançar esta meta ainda existem muitos desafios a serem superados. Uma vez que não concluíram o Ensino Básico, os jovens pretos e pardos, filhos de pais com menor escolaridade e pertencentes a um grupo que possui uma renda baixa, também não têm acesso ao Ensino Superior. Isso significa que, se compararmos os dois grupos citados, a população branca, por ter mais acesso à educação, tem vantagem no mercado de trabalho e conseqüentemente na renda familiar, que por sua vez impacta diretamente a qualidade de vida dessa população.

Em outro cenário, uma vez que concluíram o Ensino Básico e estão habilitados a entrar no Ensino Superior, parte dos jovens de 15 a 29 anos não continuam os estudos. No ano de 2022, o número de jovens nessa situação foi de 25,3 milhões. Esses jovens, apesar de concluírem o ensino médio não frequentaram curso técnico, “pré-vestibular” ou curso de qualificação. Entre os principais motivos listados para não continuar com os estudos após terminar o ensino médio, estão: trabalho; falta de dinheiro para pagar as despesas; estudar para concurso ou para o Enem por conta própria e falta de interesse (Brasil, 2023).

Dentre os motivos listados para não continuar com os estudos após a conclusão do Ensino Médio, um chama atenção: já ter concluído o nível que desejava. Isso significa que esses jovens de 15 a 29 anos sequer almejam realizar um curso de graduação, seja pela necessidade de trabalhar, por falta de interesse ou até mesmo por não acreditar que seja possível. Os dados do PNAD Contínua de 2022 mostram que, quanto maior a escolaridade, maiores os salários e melhores são as condições de trabalho. A pesquisa demonstra que trabalhadores sem instrução têm renda média de R\$ 918,00, ao passo que aqueles com ensino superior completo recebem em média R\$ 5.108,00. Ou seja, ter um diploma de ensino superior pode aumentar significativamente a renda de um trabalhador (Brasil, 2023).

Em relação ao desemprego, a taxa entre trabalhadores com Ensino Médio incompleto é de 24,4%, ao passo que, entre aqueles com curso superior completo, ela é de apenas 8,3%. Isso significa que os trabalhadores com menor escolaridade são mais propensos a ficar desempregados (Brasil, 2023). A PNAD Contínua também mostra que os empregos com melhores benefícios e condições de trabalho são ocupados por pessoas com escolaridade superior. No setor público, por exemplo, 48,1% dos empregados têm graduação superior, contra apenas 1,3% dos que não possuem instrução.

É importante ressaltar que elevar a instrução e a qualificação dos jovens é uma forma de combater a expressiva desigualdade educacional do País. Além disso, especialmente em um contexto econômico desfavorável, elevar a escolaridade dos jovens e ampliar sua qualificação pode facilitar a inserção no mercado de trabalho, reduzir empregos de baixa qualidade e a alta rotatividade (Brasil, 2023).

Além disso, os empregos remotos, que possuem horário mais flexível, exigem do trabalhador melhor qualificação. Esses empregos, segundo os dados do PNAD, são, em sua maioria, ocupados por pessoas brancas com Ensino Superior completo. Ou seja, quaisquer que sejam as perspectivas, as dificuldades enfrentadas desde o ensino básico geram impactos no mercado de trabalho. Essas dificuldades limitam as oportunidades de desenvolvimento profissional e impedem o acesso a cargos de liderança, especialmente aos grupos mais afetados.

No ano de 2019, o IBGE publicou o estudo de desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil referente a 2018. De acordo com a pesquisa, os cargos de gerência eram ocupados em sua maioria por brancos (68,6%), na medida em que negros e pardos ocupavam somente 29,9% dos cargos de gerência. Em contrapartida, conforme o livro informativo do PNAD, apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), a população preta e parda formava cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018. Independentemente do nível de escolaridade, a taxa de desocupação e subutilização é maior entre a população preta e parda.

Ao longo deste capítulo, exploramos os desafios que a população pobre enfrenta no âmbito da educação brasileira, desde as dificuldades na Educação Básica, passando pela escassez de vagas nas universidades públicas e os consequentes impactos no mercado de trabalho. A evasão escolar e a falta de acesso a escolas de qualidade são apenas alguns dos obstáculos que impedem o pleno desenvolvimento da população de baixa renda. Segundo o PNAD: “a informalidade no mercado de trabalho está associada, muitas vezes, ao trabalho precário e/ou à falta de acesso a algum tipo de proteção social, que limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário mínimo e a aposentadoria” (Brasil, 2019). No Ensino Superior, a escassez de vagas nas universidades públicas limita ainda mais as oportunidades de acesso a uma educação de qualidade. No mercado de trabalho, a falta de qualificação profissional contribui para a perpetuação das desigualdades.

Desse modo, como é possível colaborar para a diminuição dessas desigualdades? Uma resposta a essa problemática são os cursinhos populares. A atuação dos cursinhos populares é importante, pois, com eles, os alunos de baixa renda podem ter acesso a aulas preparatórias para o Enem, além de ser um espaço coletivo de acolhimento. Tais projetos buscam oferecer

um ensino de qualidade aos alunos provenientes de escolas públicas, possibilitando a sua inclusão no Ensino Superior e, conseqüentemente, promovendo a redução das desigualdades sociais e educacionais. Diante desse cenário, o trabalho dos cursinhos populares se torna ainda mais relevante, tendo em vista o caráter social e político dos sujeitos envolvidos. Desse modo, no capítulo dois deste trabalho serão analisados os impactos positivos da atuação dos cursinhos populares no município de Natal-RN, suas formas de organização e principais desafios.

CAPÍTULO 2

OS CURSINHOS POPULARES

Como já foi pontuado anteriormente, a escolha pelo tema deste trabalho se deve à minha atuação como professora popular na “Rede Emancipa” desde o ano de 2023, atuação que se relaciona bastante com a minha formação. Como estudante da graduação, fui bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no qual atuei no período de 2015 à 2017 sob a orientação das professoras Dra. Margarida Oliveira e Dra. Juliana Souza e sob a supervisão da professora Helena Alves de Souza.

Foi a partir do programa que tive contato com a escola pública, desenvolvi projetos e atividades voltados para os alunos da rede pública, somando teoria à prática. Após esse período, já no final da graduação, entrei no projeto “Ensinar História como se faz História”. Tendo como referência a metodologia da pesquisa histórica, transformei fontes históricas, processos criminais do século XIX do município de São José de Mipibu, em sequências didáticas junto a outros colegas da graduação. As experiências mencionadas resultaram em trabalhos voltados para a formação cidadã a partir de temáticas como identidade, gênero e relações étnico/raciais.

Ao adentrar o mercado de trabalho, todas as minhas experiências se deram na rede privada de ensino que, para mim, não foi um espaço acolhedor, pois não sentia liberdade para ir além do livro didático e do que os pais dos alunos (que são os clientes) esperavam. Como professora de História coloquei em prática meus aprendizados com o PIBID e com o projeto de monitoria, mas não me sentia plenamente satisfeita com o ambiente de trabalho e com determinadas situações que me impediam de colocar em prática todo o meu potencial como professora. Era constante o sentimento de limitação nessas instituições, a orientação era não falar em sala de aula sobre “temas sensíveis”⁸, como política, ditadura, feminismo, racismo e tinha que adotar a metodologia mais tradicional possível, havendo pouco espaço para

⁸ Gil, Andrade e Balestra discutem a definição de “temas sensíveis”: “definir o que é sensível é uma operação de poder. Para Jacques Rancière, esse dissenso representa as disputas dos diferentes segmentos e campos do saber em torno da definição do significado do que venha a ser sensível. Essa definição delimita o campo do dizível e determina as relações entre fazer, dizer, ver, ouvir e pensar. Logo, o que se define por sensível muda com o tempo, a idade, o lugar ou o ponto de vista” (Gil; Andrade; Balestra, 2018, p. 6). Os autores discutem os temas sensíveis a partir da perspectiva da História mais recente que envolvem memórias em disputa. Para eles: “a história no espaço escolar evitou temas delicados, controversos e sensíveis, porque envolve a violação de direitos e pode revelar as disparidades entre o que é assumido como memória pública e o que se discute internamente nos espaços de sociabilidade. Em alguns casos, tem receio de tomar partido em questões políticas e em lidar com processos inacabados que envolvem pessoas vivas e ativas na arena política e social” (Gil; Andrade; Balestra, 2018, p. 6).

estimular meus alunos a pensar criticamente e construir conhecimento histórico. Isso ia de encontro a tudo que havia aprendido na minha formação. Sendo assim, em busca de um espaço acolhedor e baseado em valores nos quais eu também acredito, comecei a dar aulas de História na “Rede Emancipa” e, por meio, das redes sociais, conheci o cursinho “Dona Militana”, cujo trabalho admiro, e tive a oportunidade de participar como ouvinte de algumas reuniões de planejamento.

Portanto, neste capítulo tratarei da história desses cursinhos, como surgiram, quais são seus objetivos, metodologia adotada, quem são seus alunos e também compartilharei minha experiência atuando como professora na “Rede Emancipa” e ouvinte no “Dona Militana”. Também farei uma breve síntese da história dos cursinhos populares no Brasil e tratarei brevemente de algumas dessas experiências em outros estados.

2.1. Os cursinhos populares no Brasil

Para entender a origem do movimento de cursinhos populares no Brasil, é preciso compreender o fenômeno dos cursinhos pré-vestibulares que, por sua vez, têm origem na institucionalização do vestibular classificatório. Mendes (2011) aponta o surgimento do vestibular no ano de 1911 por meio da Reforma Rivadávia Corrêa como exame de saída do Ensino Secundário.

Nesse sentido, a autora aponta que, em 1915, o objetivo desse exame passou a ser o de estabelecer uma “unidade de medida comum aos estabelecimentos de ensino superior, que recebiam candidatos vindos dos exames preparatórios os quais eram formulados por cada faculdade/instituto” (Mendes, 2011, p. 36). A partir de 1925, o exame passou a ser um concurso de preenchimento de vagas do Ensino Superior. Entre 1931 e 1932, a Reforma Francisco Campos institucionalizou o Ensino Secundário no Brasil como subsequente ao Ensino Primário, consistindo no ensino fundamental e, posteriormente, no ensino complementar (Mendes, 2011).

A Reforma Capanema, em 1942, transformou o Ensino Secundário em quatro séries do ginásial e mais três do colegial que poderiam ser classificadas como científicas, clássicas ou normais. O MEC era responsável pela regulamentação do vestibular, formulando as disciplinas a serem exigidas por cada curso e as faculdades/institutos eram responsáveis pela elaboração das provas e seleção dos candidatos (Mendes, 2011). A instituição do vestibular classificatório a partir da Lei nº 5.540, de 1968. até então existiam os “excedentes”, aqueles que atingiam a nota mínima para entrar nas faculdades mas que excediam a quantidade de

vagas. Assim, o vestibular classificatório aliado ao exigido nas provas e os conteúdos trabalhados na escola são as “chave[s] da compreensão do fenômeno de multiplicação dos cursinhos pré-vestibulares a partir de 1968” (Mendes, 2011, p. 38).

Em relação aos cursinhos pré-vestibulares populares, tanto Mendes (2011) como Zago (2008) destacam a década de 1990 como um período de multiplicação dessas instituições, mesmo deixando claro que seu início antecede esse período. As autoras se referem ao movimento estudantil, movimento negro e alguns setores da Igreja Católica como os principais precursores dos cursinhos populares no Brasil. Zago (2008) lista seis características em comum entre os cursinhos populares que os definem, sendo estas:

- atendimento aos setores, grupos ou frações de excluídos socialmente do acesso ao ensino superior e egressos de escolas públicas;
- são cursos gratuitos na sua maioria ou que cobram uma taxa que varia entre 5% a 10% do salário mínimo para despesas básicas relacionadas à manutenção das suas estruturas, transporte para professores e outros colaboradores;
- as propostas pedagógicas não têm como único objetivo a preparação para o vestibular. Na maioria dos pré-vestibulares populares há um eixo curricular denominado “cultura e cidadania”, nomeação da disciplina obrigatória que privilegia um trabalho educativo voltado para o exercício da cidadania e este compreende a formação de uma consciência crítica frente aos problemas políticos, sociais e de discriminação racial no país;
- seu corpo docente e administrativo está apoiado em um trabalho de caráter voluntário; poucos são os cursos que possuem sede própria, eles funcionam em locais bastante diversificados: escolas, universidades, instituições religiosas, associações comunitárias, entre outros;
- o número de vagas oferecido é variável segundo cada experiência (Zago, 2008, p. 152).

Em relação à atuação do movimento estudantil frente aos cursinhos populares, Mendes (2011) trata da trajetória do cursinho da Poli, fundado pelo grêmio estudantil da escola politécnica da USP no final da década de 1980. A autora refere-se ao cursinho da Poli como referência de cursinho popular (Mendes, 2011). Entretanto, de acordo com a autora, ao longo dos anos, o cursinho da Poli cresceu e distanciou-se do seu objetivo inicial, que era auxiliar jovens estudantes de escola pública a entrar na universidade.

Diante das mudanças na direção, o cursinho deixou de ser popular e passou a ser comercial. O que antes era uma pequena ajuda de custo doada por aqueles alunos que tinham condições de pagar, passou a ser uma mensalidade. Aos poucos, o público atendido pelo cursinho mudou, as bolsas fornecidas aos alunos de baixa renda tornaram-se minoria numa maioria de alunos pagantes (Mendes, 2011).

Nesse contexto, a rede de cursinhos populares “Emancipa” surgiu como uma tentativa de replicar o antigo modelo do “Cursinho da Poli”. Professores e ex-alunos criaram os

primeiros núcleos do cursinho em 2007 no Estado de São Paulo. Porém, de acordo com Mendes (2011), somente em 2008 a rede criou os primeiros cursinhos com o modelo aplicado até os dias de hoje.

É no ano de 2008, após estas experiências inconclusas, que são fundados três cursinhos que dão dinâmica à Rede Emancipa até hoje. O primeiro deles foi o cursinho Chico Mendes em Itapevi. Quase ao mesmo tempo, foi criado o cursinho Paulo Freire, no bairro de Tatuapé, Zona Leste de São Paulo. Poucos meses depois, é inaugurado o Cursinho Popular do Butantã, bairro da zona oeste da capital (Mendes, 2011, p. 85).

Atualmente, o “Emancipa” está presente em oito estados brasileiros e conta com um trabalho amplo em diversas áreas, apesar de ter como ponto central a democratização do acesso às universidades. De acordo com as informações disponíveis no site do cursinho, o “Emancipa” desenvolve um projeto de alfabetização de jovens e adultos no estado do Rio Grande do Sul, atua na área dos esportes em Minas Gerais e desenvolve um trabalho com jovens em privação de liberdade no Rio de Janeiro.

Em relação à atuação do movimento negro, o trabalho de Maria Durvalina Santos (1997) trata do instituto cultural “Steve Biko” em Salvador-Bahia. De acordo com a autora, a cooperativa surgiu em 1993 por meio da iniciativa de estudantes, sendo a própria autora uma das fundadoras que fazia parte de diferentes movimentos sociais, sobretudo o movimento negro. Segundo Mendes (2011), o cursinho pré-vestibular “Steve Biko” foi o primeiro voltado exclusivamente para estudantes e professores negros. De acordo com Santos (1997), o cursinho foi criado em resposta à pouca presença de negros na universidade pública. Dessa forma, visava à promoção da mudança na realidade mediante aprovação de jovens negros no vestibular.

O enfrentamento ao concurso vestibular para afrodescendentes significa avançar além das barreiras da defasagem de conhecimentos específicos, na perspectiva da informação e busca pela recomposição de valores que a sociedade racista de casta, através de vários mecanismos e instituições, entre elas a escola, os fizeram perder e em alguns casos não os permitiu, se quer construir formação (Santos, 1997, p. 28).

A organização tem como meta a promoção da ascensão social da comunidade negra e a redução da desigualdade racial por meio da educação. A ação do cursinho em Salvador “não pretendia suprir o papel do Estado⁹, mas atacar um problema social grave, a discriminação

⁹ Considera-se o conceito de Estado Contemporâneo proposto por Norberto Bobbio: estrutura do Estado de Direito pode ser, assim, sistematizada como: 1) estrutura formal do sistema jurídico, garantia das liberdades fundamentais com a aplicação da lei geral-abstrata por parte de juízes independentes; 2) estrutura material do sistema jurídico: liberdade de concorrência no mercado, reconhecida no comércio aos sujeitos da propriedade; 3)

racial, que historicamente usa da escola para garantir a imobilidade social do segmento afro brasileiro” (Santos, 1997, p. 46).

De acordo com informações do site, o Instituto “Steve Biko” permanece atuando até os dias de hoje e o cursinho pré-vestibular é apenas um de seus projetos. Anualmente são disponibilizadas 75 vagas e mais 25 vagas de cadastro reserva em uma única turma. As aulas acontecem no turno noturno de segunda à sexta e aos sábados no turno vespertino. Ainda de acordo com o site, o objetivo do cursinho é a aprovação no Enem, bem como a formação em cidadania e consciência negra. O público atendido pelo projeto são estudantes negros de escolas públicas.

Vale ressaltar a missão do Instituto Cultural Steve Biko no desenvolvimento das ações estratégicas para promover a ascensão político-social da comunidade negra por meio da educação e do resgate de seus valores ancestrais, contribuindo assim para a redução das desigualdades sociorraciais em nosso país (Instituto Steve Biko, 2024).

Bachetto (2003) faz um levantamento dos cursinhos populares no município de São Paulo entre os anos de 1991 e 2000. O autor cita o “Educafro” fundado em 1993 como a organização mais complexa devido aos seus diversos núcleos que, segundo o autor, possuem relativa autonomia. O “Educafro” é um dos muitos exemplos de cursinho popular organizado pela Igreja Católica, estando sua direção vinculada à Igreja Católica por intermédio da Província Franciscana Imaculada Conceição do Brasil (Bachetto, 2003).

O autor fez um levantamento de 16 núcleos do cursinho no município de São Paulo, entre 1997 e 1999, sendo que a maioria funcionava em Igrejas. Atualmente, o cursinho continua funcionando, no entanto, o site oficial do projeto não traz mais informações acerca da quantidade de núcleos ou pessoas envolvidas no cursinho.

A Educafro tem a missão de promover a inclusão da população negra (em especial) e pobre (em geral), nas universidades públicas e particulares com bolsa de estudos, através do serviço de seus voluntários/as nos núcleos de pré-vestibular comunitários e setores da sua Sede Nacional, em forma de mutirão. No conjunto de suas atividades, a Educafro luta para que o Estado cumpra suas obrigações, através de políticas públicas e ações afirmativas na educação, voltadas para negros e pobres, promoção da diversidade étnica no mercado de trabalho, defesa dos direitos humanos, combate ao racismo e a todas as formas de discriminação (EDUCAFRO, 2024).

estrutura social do sistema jurídico: a questão social e as políticas reformistas de integração da classe trabalhadora, e, 4) estrutura política do sistema jurídico: separação e distribuição do poder (Bobbio, 1998).

As experiências de cursinhos populares no Brasil são variadas. Diversos grupos estão à frente desses projetos que têm em comum o atestado de um grave problema: a não inclusão de uma grande parcela da sociedade na universidade pública. O paradoxo dos cursinhos populares é que seu principal objetivo é o seu próprio fim, pois a principal bandeira levantada pelos cursinhos populares é a democratização do Ensino Superior e o fim do vestibular.

Os pré-vestibulares populares (PVP) fazem parte de uma mobilização coletiva que vem sendo desenvolvida nos últimos anos pela democratização do ensino no país. Não se trata, portanto, de iniciativas isoladas, senão que reflete a preocupação nacional com a problemática do acesso à universidade pública e com o aumento da demanda da população pelo ensino superior, impulsionada pela expansão do ensino básico, pela urbanização e pelas transformações do mercado de trabalho (Zago, 2008, p. 151).

Além do mais, possuem uma diversidade de pessoas engajadas, tanto professores como alunos, que tornam os espaços dos cursinhos populares um local de troca de vivências. Desse modo, os cursinhos populares são “[...] espaços de socialização e de troca de experiências que em muito ultrapassam a mera preparação ao vestibular, mexendo na própria autoestima das pessoas” (Pereira; Raizer; Meirelles, 2010, p. 89).

De acordo com Zago (2008), apesar de não haver dados precisos sobre os pré-vestibulares existentes até 2001, estima-se a existência de 800 núcleos de cursinhos populares em todo o país com maior representatividade da região Sudeste. Mais de vinte anos depois, ainda não existem dados exatos acerca da quantidade de cursinhos populares existentes no Brasil e seus impactos na aprovação de jovens pobres no vestibular. No entanto, evidencia-se a importância dos cursinhos populares devido à permanência de problemas como a ampliação da rede privada de Ensino Superior e a existência de um processo seletivo injusto que favorece aqueles que dispõem de mais recursos financeiros para pagar por cursos preparatórios ou para que se dediquem exclusivamente aos estudos sem que precisem trabalhar.

Em agosto de 2024, o MEC promoveu uma reunião entre as lideranças dos cursinhos populares para discutir estratégias que viabilizassem a entrada de jovens no Ensino Superior. O encontro contou com a participação de diferentes coordenadores de cursinhos e lideranças de movimentos sociais, incluindo o “Emancipa”, o Instituto “Steve Biko” e cursinho “Carolina Maria de Jesus”¹⁰.

¹⁰ Também participaram do encontro: “Rede Ubuntu”, “XIV de Novembro”, “Capão Redondo”, “Educafro”, “Uneafro”, “Podemos Mais”, “Instituto Quilombola”, “Cursinho Ocupa”, “Cursinho Dom Quixote” e “Democratiza Enem”. Também participaram, como convidados, representantes da Fundação “Oswaldo Cruz” (Fiocruz) e do Movimento dos Sem Universidade (MSU). Disponível em:

No município de Natal, existem diferentes iniciativas de cursinhos gratuitos ou com valores acessíveis, como o cursinho do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRN e o Programa Complementar de Estudos do Ensino Médio (PROCEEM). O cursinho do DCE foi criado por estudantes da UFRN e atualmente mantém suas atividades nas dependências da universidade. De acordo com informações disponíveis nas redes sociais do cursinho, apesar de cobrar uma taxa mensal, também são concedidas bolsas de estudo para alunos da rede pública. O cursinho do PROCEEM também funciona na UFRN. De acordo com o site da Pró-reitora de Graduação (ProGrad), o PROCEEM é um programa desenvolvido em parceria entre as pró-reitorias de graduação e de extensão e oferta aulas gratuitas preparatórias para o Enem.

Os cursinhos citados acima possuem professores bolsistas que são os próprios alunos dos cursos de licenciatura da universidade. Desse modo, são uma via de mão dupla tanto para estudantes que desejam uma vaga como para estudantes que já estão na universidade e querem ganhar experiência com a sala de aula. Apesar da existência desses dois exemplos de cursinhos a preços acessíveis ou gratuitos no município de Natal, para este trabalho serão aprofundados os estudos de dois cursinhos: o “Emancipa” e o “Dona Militana”. Primeiramente, porque ambos se autodenominam cursinhos populares, e, também, porque se encaixam nas características propostas Zago (2008).

2.1 Cursinho Popular “Emancipa”

Como já foi citado anteriormente, a história do “Emancipa” começa na década de 1980 com a história do cursinho da “Poli”. Maíra Mendes (2011) detalha a trajetória do cursinho da “Poli”, fundado pela escola politécnica da USP em 1987, e as mudanças que levaram à criação do “Emancipa”. De acordo com a autora,

O cursinho da Poli (CP) foi um dos primeiros e maiores cursinhos pré-vestibulares populares de São Paulo. Seu projeto foi elaborado pelo movimento estudantil nos anos de 1980, vinculado à entidade representativa dos estudantes de engenharia da USP (o Grêmio da Poli). Com a proposta de uma educação emancipadora, e um debate sobre a necessária democratização da universidade, o CP foi progressivamente se afastando dos seus propósitos iniciais (Mendes, 2011, p. 13).

Desse modo, o “Emancipa” nasceu a partir da cisão entre um grupo de professores, alunos e ex-alunos do cursinho da “Poli” que não concordaram com a mudança de cursinho

<<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/mec-realiza-reuniao-com-liderancas-de-cursinhos-populares>> Acesso em 01 de outubro de 2024.

popular para cursinho comercial e criaram o primeiro núcleo da rede no ano de 2007 em São Paulo (Mendes, 2011).

No município de Natal, a rede chegou somente dez anos depois, em 2017, por meio da iniciativa de Danilo Prisco, professor da rede. Para a construção deste tópico, utilizei como base minhas vivências como professora na rede desde 2023, materiais do próprio cursinho, como as cartilhas de formação, o documentário produzido pelos professores do cursinho “Aqui ninguém fica pra trás”, disponível no Youtube, e o trabalho de conclusão de curso de Camila Barbosa dos Santos, que relata a trajetória do primeiro ano do cursinho na cidade pela perspectiva de três coordenadores entrevistados pela autora.

Os núcleos da “Rede Emancipa” dispõem de certa independência e desenvolvem diferentes atividades nas cidades em que estão inseridos. Desse modo, não existe um currículo padronizado em todas as unidades do cursinho, mas a rede como um todo compartilha valores como: organização coletiva, liberdade de expressão e atuação política. Segundo a revista de comemoração aos 10 anos da rede, o Estado de São Paulo concentra o maior número de cursinhos que já estiveram presentes em 13 bairros da capital, além da região metropolitana e de cidades do interior, como São Carlos, Campinas, Sorocaba e Americana. Ademais, a rede conta com núcleos nos estados do Rio Grande do Sul, Pará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio Grande do Norte.

No Rio Grande do Sul o cursinho desenvolveu uma série de atividades, como o “Emancine”, “Sarau Emancipado”, “Projeto Cidade de Porto Alegre” e debates temáticos diversos. Na capital do Pará, o “Emancipa” possui uma forte relação com as universidades públicas, estando presente dentro dos campi universitários da Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). No Rio de Janeiro, as aulas se interligaram com atividades culturais, como as batalhas de MC’s, além de promoverem uma série de cursos de formação para professores que ajudaram a consolidar e ampliar o projeto para outros municípios.

Nas redes sociais, o “Emancipa” define-se como movimento social de educação popular presente nas cinco regiões do Brasil e no continente africano. Trata-se de um movimento atuante na luta pelo acesso da população pobre à educação pública de qualidade, sendo o cursinho popular um meio para que se atinja tal objetivo. No entanto, essa não é a única forma de atuação do movimento em Natal. Por intermédio das redes sociais, o projeto divulga outras atividades como a participação em protestos em prol da educação pública, arrecadação de cestas básicas, de fundos para pagamento das taxas de inscrição do Enem dos estudantes da rede, entre outras ações que revelam o caráter político do movimento.

A rede “Emancipa” organiza-se da seguinte forma no Rio Grande Norte: uma coordenação estadual composta por dois representantes de cada polo dos cursinhos. Atualmente, dispõe somente de um polo na capital, o polo “Marielle Franco” na Zona Norte da cidade. Além disso, a rede ainda conta com um representante de cada um dos setores organizativos e também uma coordenação nacional composta por um representante de cada cursinho, que tem como função tomar decisões políticas gerais do movimento (EMANCIPA, 2024).

A principal atribuição dos cargos citados é a de tomada de decisões que dizem respeito às ações desenvolvidas pelas unidades dos cursinhos, bem como a troca de experiências e vivências entre os coordenadores das demais regiões. Além disso, periodicamente o Emancipa organiza eventos nacionais para o compartilhamento das atividades desenvolvidas em cada polo. Quanto à divisão interna dos setores de atuação, têm-se os seguintes: o setor de formação político-pedagógica, responsável pela formação dos profissionais que atuarão nos cursinhos populares; o de organização e autossustentação, responsável pela organização financeira do movimento; o de comunicação, responsável pela divulgação das atividades da rede, e o de trabalho comunitário, responsável pela integração com as comunidades, tendo em vista a importância da relação entre os militantes e o povo (Emancipa, 2024).

A carta de princípios ajuda a entender quais são as bandeiras levantadas pelo movimento. Primeiramente o Emancipa luta pela “defesa da educação pública, gratuita e de qualidade como um direito de todas e de todos” (Emancipa, 2024, p.7). No que diz respeito à organização dos cursinhos, o princípio defendido pela rede é a “gratuidade como premissa na participação dos estudantes em nossos cursinhos” (Emancipa, 2024, p. 7). Desse modo, nenhuma mensalidade ou taxa é cobrada dos alunos. Todos os recursos financeiros do cursinho são frutos de doações, seja dos próprios professores ou de doadores externos.

Ainda assim, a falta de recursos financeiros é um desafio, pois, para que as aulas aconteçam, são necessários materiais de apoio, como marcadores para quadro branco, apagadores, impressões para simulados, listas de exercícios, dentre outros materiais. Além disso, existem os custos individuais, como transporte e alimentação dos professores voluntários. Nesse caso, conforme relatado por Mike Ferreira, professor de Biologia e coordenador, os próprios professores arcam com alguns desses custos, seja imprimindo material, dando carona aos colegas que não têm meio de transporte próprio ou até mesmo doando dinheiro para passagem, tanto de alunos como de outros professores. Outros

voluntários também se empenham na venda de comidas e de rifas para colaborar financeiramente e, assim, o projeto consegue manter suas atividades.

Além disso, o espaço utilizado pelo cursinho é fruto da boa vontade da direção de escolas públicas que gentilmente cedem salas de aula. Em Natal, as aulas acontecem aos sábados em turno integral na Escola Estadual “Padre João Maria”, localizada no bairro Potengi, Zona Norte da cidade. É uma escola pequena, com somente quatro salas de aula, mas suficientes para receber os alunos. O porteiro mora na mesma rua da escola e, de forma voluntária, fica responsável por abrir e fechar a escola aos sábados.

No entanto, o cursinho nem sempre é acolhido dessa forma pela direção e pelos funcionários da escola. No ano de 2023, os coordenadores da Rede em Natal optaram por abrir mais dois polos do cursinho: um na Zona Leste, na Escola Estadual “Atheneu” e outro na Zona Oeste, na Escola Estadual “Professora Maria Queiroz”. A comunicação entre a direção da escola “Atheneu” e o porteiro não era eficaz, o que prejudicou as atividades do cursinho. No ano seguinte, os coordenadores optaram por manter somente o polo da Zona Norte.

Em relação à organização pedagógica, um dos princípios é “educar para a liberdade, desenvolver o pensamento crítico contra a doutrinação e promover o protagonismo estudantil” (Emancipa, 2024, p. 7). Como se observa, o “Emancipa” não pode ser resumido a um simples “cursinho pré-vestibular”, pois auxiliar os estudantes a passar no Enem não é seu único objetivo. A Rede acredita na educação para a liberdade proposta por Paulo Freire, mediante a qual o aluno é o centro do processo, e na existência de um sentido prático para o que se aprende em sala de aula. Desse modo, promove reuniões de formação entre os professores do cursinho, geralmente no início do primeiro e segundo semestre, e organiza espaços para trocas de vivências entre professores e alunos, como os círculos, o almoço coletivo e o tempo livre, comuns a todos os núcleos da Rede.

Os círculos são inspirados nos Círculos de Cultura de Paulo Freire e acontecem logo após a primeira aula. Semanalmente os alunos, via grupos de *WhatsApp*, elegem um tema de seu interesse para ser debatido. Assim, professores e alunos constroem conhecimento por meio do compartilhamento de suas opiniões e vivências acerca de determinado tema, bem como partindo da problematização de questões sociais, políticas e culturais. Sendo assim, incentiva-se a construção coletiva do conhecimento, a autonomia e a participação dos estudantes. Segundo Tomelin e Rausch (2021, p. 9), os círculos de cultura podem ser entendidos como “[...] uma estrutura capaz de contemplar, em um contexto de formação

continuada, a necessidade de comunicação e reflexão em um grupo de sujeitos que desejem propor uma realidade outra ao seu coletivo”.

Os almoços coletivos também são uma oportunidade para trocas entre professores e alunos. Além disso, permitem que os alunos não deixem de ir às aulas em caso de não ter dinheiro para o almoço, ou que precisem gastar com passagem de ônibus para almoçarem em casa. Essa ação também está em conformidade com outro princípio do movimento, o da “promoção da solidariedade e do coletivismo como valores fundamentais” (Emancipa, 2024, p. 7). Tudo isso se realiza também no tempo livre, momento no qual alunos e professores desenvolvem atividades, estudam, conversam ou descansam.

Outro princípio que merece destaque é o “direito à cidade, entendido como o direito de usufruir dos serviços sociais básicos, dos espaços de lazer e de cultura” (Emancipa, 2024, p. 7). Em relação a ele, o “Emancipa” escolhe estrategicamente os locais de funcionamento dos cursinhos de modo que atendam à população mais vulnerável que normalmente mora afastada dos grandes centros e não tem acesso a determinados serviços. Por exemplo, o “Emancipa” é o único cursinho popular localizado na Zona Norte da cidade. A própria Universidade fica distante dessa área e é um local de difícil acesso para as pessoas que moram na Zona Norte. Por fim, os princípios do Emancipa prezam pela “autonomia política e financeira, sem interferência de qualquer outra organização ou do Estado; Promoção dos Direitos Humanos, contra qualquer forma de opressão e preconceito e para a realização da cidadania” (Emancipa, 2024, p. 7).

Em um depoimento concedido para o documentário “Aqui ninguém fica pra trás”, o fundador do cursinho Emancipa em Natal Danilo Prisco ressaltou a importância de estabelecer o primeiro núcleo do cursinho na Zona Norte, considerando as dificuldades enfrentadas pelos jovens dessa região em termos de mobilidade urbana¹¹.

A Zona Norte é historicamente uma zona, pensando direito à cidade, uma zona apartada da cidade. Há uma dinâmica de exclusão de uma região, de exclusão de acesso a serviço público, de exclusão de acesso à própria cidade. [...] O rio acaba sendo uma muralha onde o acesso à cidade e aos serviços é dificultado. E a mesma coisa ocorre com o acesso à universidade. [...] montar um cursinho popular na Zona Norte e ser a primeira unidade da rede “Emancipa” na Zona Norte tem esse marco de disputa da cidade, de dizer pro jovem estudante de nossa Senhora da Apresentação, do Igapó, de Pajucara, enfim do eixo norte [...] que não só a universidade pública é deles, mas que a cidade como um todo é deles (Aqui [...], 2022, 21 s)

¹¹ Apesar de representar a maior parte territorial e ser a região mais populosa da cidade, a Zona Norte sofre com a escassez de transporte público em Natal, impactando diretamente a acessibilidade dos estudantes. Nesse contexto, o “Emancipa” se tornou a única iniciativa de cursinho popular presente na Zona Norte.

Assim, a escolha estratégica de iniciar o cursinho no bairro Potengi atendeu às necessidades de muitos estudantes que enfrentam desafios relacionados à falta de acesso aos espaços educacionais e culturais da cidade. Além disso, o “Emancipa” desenvolve atividades que estimulam a inclusão dos seus alunos nos espaços da cidade, exemplo disso foi a atividade descrita por Camila Santos (2017, p. 17) no primeiro ano de funcionamento do cursinho em Natal:

O cursinho já desenvolveu uma série de atividades ao longo do ano que ratificam seu alicerce político pedagógico, como o “Dia de ocupar a UFRN”, no qual os educandos participaram de uma aula sobre a história da universidade, no intento de refletir sobre o caráter público da instituição, por intermédio da ocupação simbólica de seu espaço físico.

Professor de geografia, Danilo Prisco foi o responsável por trazer a rede “Emancipa” para o Rio Grande do Norte. A iniciativa começou nas redes sociais, que ajudaram a organizar a aula inaugural do cursinho na Escola Municipal “Iapsara Aguiar”, na Zona Norte. Ao todo, mais de 300 estudantes participaram da primeira aula do cursinho no ano de 2017 (Santos, 2017). No ano seguinte, o projeto se mudou para o prédio da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) no mesmo bairro, no qual permaneceu até o primeiro trimestre de 2024. A partir de 2023, o cursinho passou a funcionar em dois núcleos da Zona Norte: um na UERN e outro na Escola Estadual “Padre João Maria”, além dos núcleos na Zona Leste e Oeste, citados anteriormente. Atualmente, o projeto atua somente na Escola Estadual “Padre João Maria”, no bairro Potengi, na Zona Norte.

A Rede conta com o apoio de 30 professores e 7 coordenadores. Essa equipe é formada por profissionais diversificados, incluindo professores da rede pública e privada, professores em formação, ex-alunos do cursinho e indivíduos com formações distintas da área de licenciatura. Em relação aos alunos, atualmente o cursinho conta com quatro turmas com uma média de 20 alunos cada.

No “Emancipa”, a interdisciplinaridade é uma meta a ser alcançada. Em 2019, implementaram-se as semanas temáticas: educadores e coordenadores planejavam suas aulas a partir de um único tema, a fim de promover aulas interdisciplinares e unir o planejamento dos professores de todas as áreas. No entanto, o planejamento não foi mantido devido à interrupção das atividades no ano de 2020 em decorrência da pandemia. Em 2023, não foi possível manter a interdisciplinaridade devido à diminuição da quantidade de professores.

A rede “Emancipa” também enfrenta o problema da evasão. De acordo com o coordenador Mike Ferreira, é comum iniciar o ano letivo com mais de 3 turmas de 25 alunos em média, cada, e encerrar o ano letivo com uma única turma. Vários fatores têm contribuído para a evasão dos estudantes, a exemplo da necessidade de conciliar o horário de estudos com o trabalho. Além disso, a localização do cursinho pode se tornar um empecilho, dificultando o acesso para alguns alunos que residem em áreas distantes, como na região metropolitana da cidade, ou que têm dificuldades de locomoção. A presença de alunas com filhos também é um fator que impacta a permanência no cursinho. Outro fator, observado na minha atuação no “Emancipa” desde o ano de 2023, e que explica a taxa elevada de evasão é a baixa autoestima:

Em muitos casos o conteúdo apresentado nas aulas é uma novidade, e não uma revisão. A insegurança em realizar uma prova com alta concorrência em que muitos dos conteúdos são novos, a autorresponsabilização pelo insucesso nas provas, baixa autoestima internalizada nas trajetórias escolares são fatores que não podem ser considerados secundários. Eles representam a inculcação da ótica do dominador no plano subjetivo, que faz as classes populares acreditarem que a universidade não é seu lugar. Romper com esta lógica é um dos maiores desafios dos cursinhos populares, pois é o primeiro passo no sentido de que as classes populares ocupem a universidade, entendendo-a como coisa pública (Mendes, 2011, p. 49).

Os fatores psicológicos também contribuem para a taxa elevada de evasão. Têm sido cada vez mais recorrente relatos de estudantes enfrentando problemas de ansiedade e depressão. Como uma tentativa de apoiar esses jovens no enfrentamento dessas questões, o “Emancipa” conta com o apoio de psicólogos voluntários. Outro problema é a evasão de professores, sobretudo os da área de ciências exatas, conforme o relato do coordenador Mike Ferreira. Diversos fatores contribuem para isso: falta de recursos financeiros, não conseguir conciliar a carga horária com outras atividades, e, até mesmo, falta de interesse em continuar com as atividades do cursinho. De acordo com o coordenador, os educadores que encaram o cursinho como um projeto de mudança social permanecem ativos no projeto desde os primeiros anos de atuação:

Muitos dos que trabalham como professores nos cursinhos encaram esta relação, diferente de um trabalho voluntário, enquanto uma militância, contextualizada enquanto ação intencional e coletiva para transformar determinada realidade (Mendes, 2011, p. 47).

Mike Ferreira também afirmou que o trabalho voluntário no “Emancipa” não pode ser encarado como “caridade” no sentido de “doar aos mais pobres”, mas sim como uma ação que visa à mudança social por meio da educação. No entanto:

Existe uma grande pluralidade de visões dentro do cursinho e nem todos os seus colaboradores são conscientes e politizados, inclusive muitos estudantes começam a dar aulas nos cursinhos com objetivos que fogem da democratização do acesso ao ensino superior ou da militância por um mundo menos desigual e injusto (Pereira; Raizer; Meirelles, 2010, p. 89).

É importante ressaltar que nem todos os que colaboram como professores em cursinhos populares estão realmente engajados na luta pela democratização do acesso ao Ensino Superior ou são adeptos dos ensinamentos de Paulo Freire. Muitos dos colaboradores estão em busca de experiência como professor, outros ainda estão na graduação e seu principal interesse são horas extracurriculares. As diferentes motivações podem resultar em práticas pedagógicas que divergem dos princípios norteadores dos cursinhos populares. Outro problema é a dificuldade em encontrar educadores de algumas áreas de conhecimento, especialmente exatas, ao passo que a área de Ciências Humanas tem mais professores, as outras áreas têm pouquíssimos professores engajados:

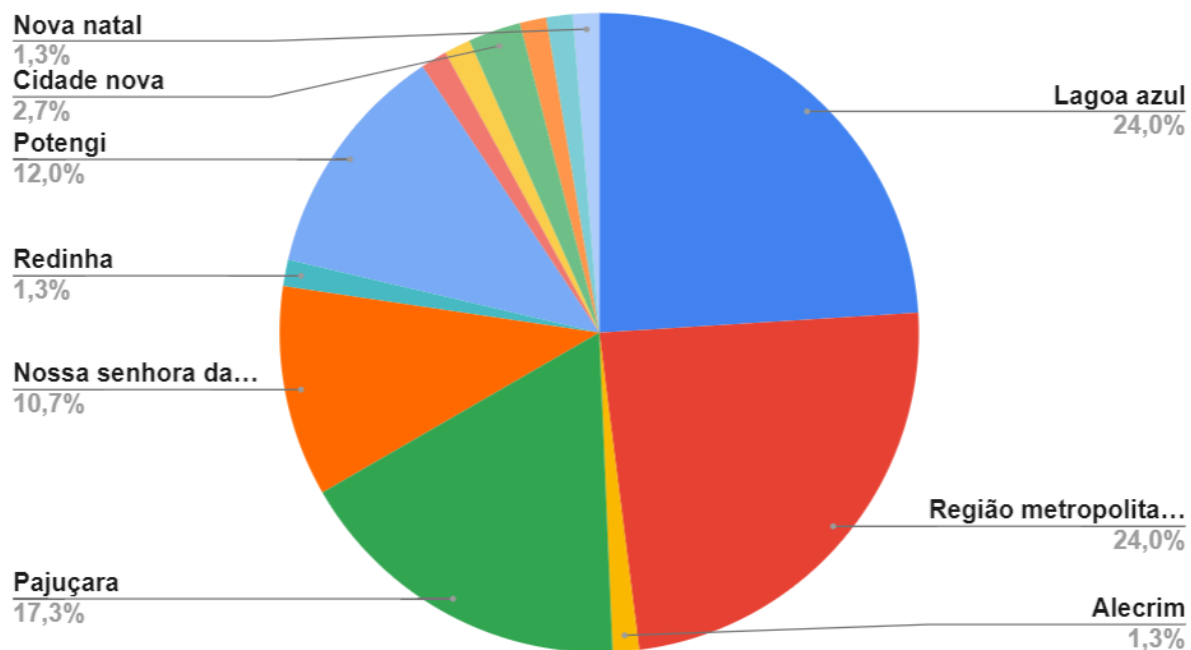
A dificuldade dos cursinhos em garantir professores para algumas disciplinas e conseqüentemente o regime voluntário de trabalho, faz com que o comprometimento com alguns princípios de educação popular não sejam os critérios norteadores dos professores que se dispõem a trabalhar nos cursinhos (Mendes, 2011).

Mesmo quando os educadores da área de Ciências Exatas se dispõem a contribuir com o projeto, há relatos de dificuldade em adaptar seus conteúdos aos temas propostos semanalmente e à metodologia de Paulo Freire. Portanto, os cursos de formação tornam-se indispensáveis para que todos estejam alinhados em relação aos valores promovidos pelo cursinho. Anualmente, são ministrados dois cursos de formação no “Emancipa” pelos coordenadores locais e regionais, um no início do ano letivo e outro no segundo semestre. Nesses cursos são apresentadas as principais ideias do cursinho, seus valores e a teoria de Paulo Freire. Contudo, nem todos dispõem de tempo para participar dessas formações.

Alguns professores de cursinho utilizam livros didáticos para definir seus planejamentos e um dos recursos mais utilizados pelos professores são as listas de exercícios elaboradas com base nas questões do Enem. Essas listas têm o objetivo de familiarizar os estudantes com o estilo de questões abordadas no exame, além de desenvolver suas habilidades e competências em diferentes áreas do conhecimento. Quanto ao perfil dos estudantes atendidos, apliquei um questionário diagnóstico na “Rede Emancipa” no dia 18 de maio de 2024 a fim de conhecer melhor o público atendido pela rede. No questionário, foram

feitas as seguintes perguntas: se ainda é estudante do Ensino Médio, sobre a etnia, idade, gênero, se trabalha, em que bairro mora e o nível de escolaridade dos pais. Ao todo, o questionário aplicado obteve 76 respostas.

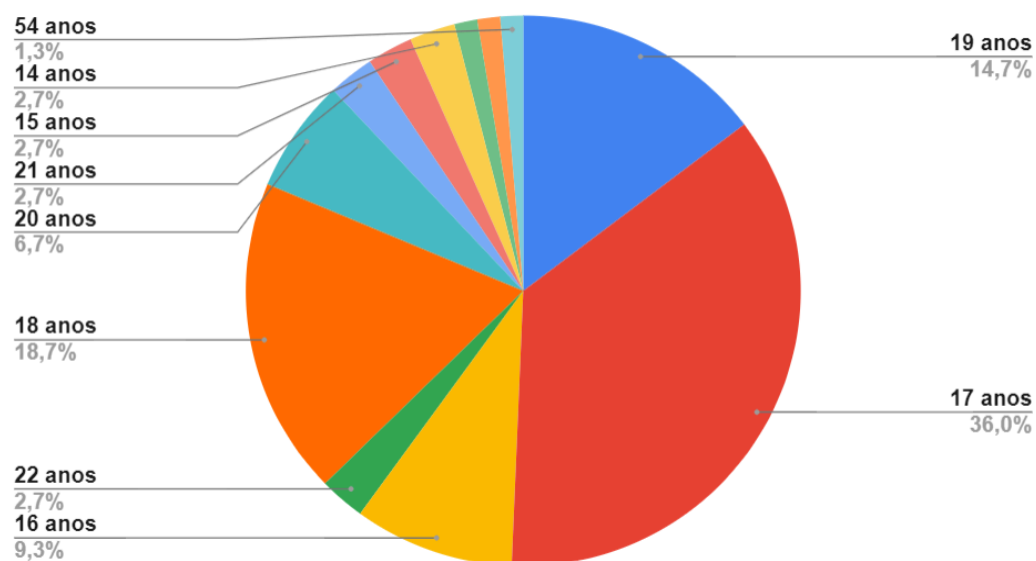
Gráfico 4 - Bairro em que mora



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados.

A maioria dos jovens que respondeu ao questionário se declarou pardo (45,3%) e branco (37,3%). Negros somaram 14,7% e, indígenas, 1,3%. Além disso, a maioria declarou morar perto do cursinho. Ao todo, 69,3% dos estudantes moram em bairros da Zona Norte, como Nova Natal, Cidade Nova, Potengi, Redinha, Nossa Senhora da Apresentação, Pajuçara e Lagoa Azul, conforme mostra o gráfico acima. Esse resultado reforça a importância da existência de um cursinho popular na Zona Norte da cidade. Muitos também declararam morar em municípios da região metropolitana de Natal, como Extremoz, Macaíba e Parnamirim, somando ao todo 24% dos estudantes.

Gráfico 5 - Idade



Fonte: Elaboração própria através de dados coletados.

No que se refere ao nível de escolaridade dos pais, a maior taxa foi a de “pelo menos um dos pais com Ensino Médio completo” (52%), conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6 - Nível de escolaridade de pelo menos um dos pais ou responsáveis



Fonte:

Elaboração própria a partir de dados coletados

Em relação ao gênero, a maioria declarou ser do gênero feminino (57,7%), ao passo que 39,8% dos respondentes declararam ser do gênero masculino e 2,7% não quiseram responder. A maioria dos estudantes da “Rede Emancipa” que respondeu à pesquisa não trabalha (80%) e ainda está no Ensino Médio (53,3%), a maioria no terceiro ano (38,9%).

Vale ressaltar que todos os estudantes do cursinho que ainda estão na escola são da rede pública. Em relação à idade, a maioria tem 17 anos, mas também existem alunos de 14 e até 54 anos de idade. Isso significa que, para a maioria dos jovens atendidos pela “Rede Emancipa”, o sonho da graduação representa um marco histórico, pois serão os primeiros da família a ter a oportunidade de ingressar na Universidade. Essa realidade torna a Rede ainda mais crucial na vida desses jovens.

2.2 Cursinho popular “Dona Militana”

Em 2021, soube da inauguração do cursinho popular “Dona Militana” por meio das redes sociais e, desde então, acompanho as atividades registradas com muita admiração. Por morar distante da escola onde funciona o cursinho, não tive condições de contribuir como professora voluntária, no entanto, tive a oportunidade de participar como ouvinte de algumas reuniões de planejamento e aulas. Para a construção deste tópico, utilizei minhas observações como ouvinte, registros do próprio cursinho nas redes sociais, reportagens em jornais e o projeto de extensão disponível no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

A iniciativa para a criação do cursinho em Natal partiu do movimento estudantil “Kizomba”, que faz parte da tendência “Democracia Socialista” do Partido dos Trabalhadores (PT), inspirados em uma experiência exitosa de cursinho popular criada pelo mesmo movimento na capital do Rio Grande do Sul, o cursinho “Carolina de Jesus”. Então, os militantes convidaram a Professora Dra. Margarida Dias¹² para a criação de um projeto de cursinho semelhante. A escolha do nome reforça o compromisso político e social do cursinho, uma vez que Dona Militana, considerada uma das maiores romanceiras do Brasil, é uma mulher preta de origem humilde que representa a cultura popular.

Em julho de 2021, deu-se início às reuniões de planejamento e, em setembro, ocorreu a aula inaugural. Em entrevista para o jornal “Diário do RN”, a professora de sociologia e coordenadora Júlia Almeida declarou que, ao todo, naquele ano, foram seis “aulões”. O ano de 2022 representou mudanças no cursinho, primeiramente, porque as aulas passaram a ocorrer três vezes por semana, às segundas, quartas e quintas-feiras no turno noturno, além das atividades complementares aos sábados pela manhã. Também no mesmo ano, o projeto passou a receber discentes das licenciaturas da UFRN como bolsistas selecionados via edital

¹² A Professora Dra. Margarida Dias de Oliveira é Professora Titular do Departamento de História da UFRN e tem um amplo trabalho de pesquisa acerca do ensino de História e da formação de professores.

publicado pela Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (FAPERN), tornando-se, dessa forma, também um projeto de iniciação à docência. Assim, o cursinho passou a contribuir duplamente: com a formação de professores e com a entrada de jovens no ensino superior. Ainda em 2022, a Professora Dra. Margarida Dias apresentou o cursinho como projeto de extensão da UFRN e passou a ter uma aluna bolsista.

Desde então, o projeto continua sendo uma ação de extensão e conta com recursos advindos da UFRN e da FAPERN. Em 2023, o projeto contava com a colaboração de 7 alunos bolsistas provenientes de diversas áreas de ensino, incluindo dois bolsistas de Letras, uma de Matemática, uma de Física, uma de Química e duas de História. Contudo, a disponibilidade de professores bolsistas não significa a ausência de trabalho voluntário. Ao todo, naquele ano, o cursinho contava com o apoio de oito professores voluntários.

Desde a sua inauguração, o cursinho “Dona Militana” desempenha suas atividades na Escola Estadual “Professor Luiz Soares”. Atualmente, tem aulas quatro dias por semana, no turno noturno, das 18h30 às 21h, e funciona com duas turmas, uma iniciada no início do primeiro semestre e outra no início do segundo semestre. A escola é ampla, possui ginásio, biblioteca, pátio e sala de vídeo. As aulas do cursinho funcionam na sala de vídeo, que possui ar-condicionado e projetor que pode ser utilizado pelos professores como recurso em suas aulas.

A análise do projeto de extensão nos ajuda a compreender melhor o compromisso social assumido pelo cursinho “Dona Militana” e quais resultados o projeto espera alcançar. De acordo com o documento disponibilizado no SIGAA, um dos objetivos do cursinho é: “dar continuidade a construção de um cursinho popular que alie formação política e propedêutica, a fim de auxiliar no acesso ao ensino superior de estudantes em situação de vulnerabilidade social” (Cursinho [...], 2024). Como já foi citado anteriormente, os cursinhos populares existem como resposta à exclusão de uma parcela da população da universidade pública. Nesse sentido, o compromisso assumido pelo cursinho “Dona Militana” é incluir essa parcela da população em um espaço que é de todos por direito, mas também ir além disso: auxiliar na formação política desses jovens para que questionem a sociedade na qual estamos inseridos.

O segundo objetivo do cursinho ressalta a importância da formação de professores: “contribuir para a formação de professores em consonância com as demandas sociais” (Cursinho [...], 2024). A formação de professores engajados com a educação popular também é uma preocupação do cursinho, tendo em vista a atuação de alunos de várias licenciaturas

como professores bolsistas. O aprendizado ultrapassa os muros da universidade e chega à escola. Além disso, há a troca positiva de vivências entre o aluno que já passou por todo o processo do Enem e já está inserido no espaço universitário e aquele aluno que está prestes a entrar no espaço acadêmico.

Como ouvinte, tive a oportunidade de participar de algumas reuniões de planejamento que acontecem semanalmente, sempre com a participação da Profa. Dra. Margarida Dias. As reuniões semanais são divididas por áreas de conhecimento: Ciências Humanas e Linguagens, e Ciências Exatas e Matemática. Nas reuniões quinzenais, todas as áreas se juntam. Nas reuniões das quais participei, os professores bolsistas, alunos das licenciaturas, fizeram uma leitura coletiva do texto “Ato de estudar”, de Paulo Freire, e, em seguida, conversaram acerca da reflexão provocada pelo texto. As reflexões, as demandas, os anseios, as opiniões levantadas pelos colegas em muito contribuem para a atuação em sala de aula. No cursinho, a atuação dos professores não se resume aos seus 40 minutos de aula, mas abrange todo um processo de autoavaliação e autorreflexão construído de forma coletiva entre os professores bolsistas.

A coletividade não fica somente nas reuniões de planejamento. A coordenação sugere aos bolsistas que assistam às aulas uns dos outros e preencham uma ficha de avaliação. Nessa ficha são avaliados aspectos organizacionais, como o horário em que a aula começa, bem como aspectos pedagógicos para identificar se o educador cumpriu com os objetivos do cursinho, e, por fim, avalia-se a relação entre professores e alunos.

Claro que existem dificuldades. Nem todos os professores bolsistas participam ativamente dessas reuniões ou assistem às aulas dos seus colegas, mas o que me chamou atenção de forma positiva foi a frequência das reuniões: o fato de elas acontecerem semanalmente ajuda a aproximar os professores bolsistas. Isso também é importante para criar um ambiente no qual todos se sintam à vontade para partilhar com os colegas. Além disso, é notável o cuidado da Profa. Dra. Margarida Dias com a seleção dos textos e com as provocações levantadas por ela.

Essa vivência me lembrou o PIBID, projeto no qual atuei como bolsista durante quase toda a graduação. As reuniões semanais, a união entre teoria e prática, as trocas de experiências que em muito contribuíram para a minha formação e que foram, inclusive, um dos motivos que me fizeram escolher atuar como professora de um cursinho popular.

Outro objetivo do cursinho “Dona Militana” é “contribuir, através da educação popular, com o acesso ao ensino superior de estudantes em situação de vulnerabilidade social” (Cursinho [...], 2024). Acerca desse aspecto, mediante redes sociais, é possível

observar que o cursinho já alcançou resultados positivos. A rede social do cursinho possui diversas fotos dos alunos que conseguiram conquistar a tão sonhada vaga na universidade pública.

Em entrevista para artigo do jornal “Diário do RN”, a professora de sociologia e coordenadora Julia Almeida afirmou que, dos 60 alunos que já passaram pelo cursinho, 15 conseguiram a aprovação e mais dois conseguiram bolsas de estudo do ProUni. Os resultados positivos e a demanda fizeram com que a coordenação abrisse mais uma turma no segundo semestre de 2024. Auxiliar esses jovens a ocupar esse espaço tão excludente, que ainda serve a uma minoria, é uma forma de abalar as estruturas do que está estabelecido.

Por fim, o último objetivo do cursinho: “associar acesso ao conhecimento a sua possibilidade de utilização para resolução de problemas da comunidade” (Cursinho [...], 2024). É possível observar esse objetivo se concretizando de duas formas: a primeira é por meio da atuação dos professores bolsistas, que estão ultrapassando as fronteiras da universidade, levando conhecimento para a comunidade e, na prática, contribuindo para uma mudança social. A segunda é por meio das aulas. Existe um esforço da coordenação e dos bolsistas para que as aulas tenham sentido prático na vida do aluno. “Passar” no Enem não é o único objetivo a ser alcançado. Por isso, existe certo *cuidado* estabelecido para o planejamento das aulas. Os professores bolsistas apresentam seus planejamentos e justificam as escolhas dos temas, as estratégias de ensino-aprendizagem e as avaliações.

No primeiro semestre de 2024, a Profa. Dra. Margarida Dias me relatou sobre um projeto que foi desenvolvido no cursinho “Dona Militana”. Tratou-se de uma série de aulas com movimentos sociais. Para essas aulas, foram convidados militantes de diferentes movimentos sociais: movimento estudantil, movimento negro, feminismo etc. Os alunos tiveram contato com a história desses grupos, o que os motiva e as principais bandeiras que levantam. Isso evidencia, mais uma vez, o cuidado com a formação para a cidadania.

Além do que já foi citado, é possível observar o compromisso social assumido pelo cursinho em outros aspectos que irei destacar nos próximos parágrafos. Primeiramente, gostaria de dar ênfase à sua localização: o bairro Dix Sept Rosado, localizado na Zona Oeste da cidade.

Em 2021 o jornal “Tribuna do Norte” publicou uma matéria acerca de um estudo realizado por Pedro Henrique Oliveira de Freitas, na época, mestrando em Demografia pela UFRN, que revelou que os índices de violência foram maiores nas Zonas Norte e Oeste no ano de 2020. De acordo com a entrevista concedida pelo autor, os índices mais altos de violência se concentraram nas duas áreas da cidade nas quais o Estado é mais ausente. Desse

modo, a existência dos cursinhos populares citados neste trabalho nessas duas regiões da cidade assume uma importância ainda maior, pois os projetos acolhem essas populações que já sofrem diariamente com problemas de infraestrutura e com a ausência de políticas públicas.

Outro aspecto que merece destaque é o fornecimento do lanche para os alunos. Por meio do edital da FAPERN, o cursinho conseguiu recursos para financiar a oferta de lanche aos alunos. Em uma conversa informal, a Profa. Dra. Margarida Dias partilhou comigo que a iniciativa de fornecer o lanche partiu da coordenação como um todo, tendo em vista que o público atendido pelo cursinho é estudantes e trabalhadores que vêm do trabalho ou da escola. O lanche é importante para manter a frequência dos alunos, uma vez que não precisam se preocupar com essa despesa.

Mesmo diante de muitos resultados positivos e da organização, o cursinho “Dona Militana” enfrenta alguns desafios. Para entender melhor como esses desafios se apresentam e quais são as estratégias do cursinho para superá-los, realizei uma entrevista de maneira remota com Julia Almeida no dia 10 de maio de 2023.

Um dos principais desafios relatados por Julia foi a evasão de alunos, mas isso não significa que não exista uma alta demanda. Conforme relatado, a procura pelo cursinho é alta. No início de 2023, por exemplo, o “Dona Militana” recebeu 136 inscrições. No entanto, com o decorrer dos meses, o número de estudantes foi diminuindo e isso pode ter sido motivado por diversos fatores, incluindo a falta de transporte público, falta de dinheiro para o transporte, conciliação dos estudos com trabalho, entre outros.

Uma das estratégias para reduzir a evasão e promover a permanência dos alunos são as “ações de acompanhamento individualizado”, as quais funcionam como uma forma de oferecer suporte e orientação para que os estudantes possam conciliar suas responsabilidades e continuar engajados no processo de aprendizagem. O próprio lanche fornecido pelo cursinho, como foi citado anteriormente, também pode ser considerado uma estratégia para estimular a permanência dos estudantes.

Outro aspecto levantado por Júlia diz respeito às aulas interdisciplinares. De acordo com a coordenadora, a interdisciplinaridade é um desafio constantemente enfrentado pelos professores. Portanto, na tentativa de superar essa dificuldade, são organizados os planejamentos quinzenais que desempenham um papel fundamental no processo educativo. Os professores e demais participantes se reúnem para discutir e traçar estratégias alinhadas aos objetivos que serão alcançados nas aulas.

Não apliquei questionário para os alunos do cursinho, pois os professores já haviam feito o diagnóstico e a Profa Dra. Margarida Dias gentilmente o disponibilizou. Portanto, os

dados abaixo, acerca dos alunos atendidos pelo Dona Militana foram levantados pelos bolsistas. Esse diagnóstico foi realizado no início do ano letivo de 2024, referindo-se somente à primeira turma, um total de 150 pessoas.

Em relação à etnia, a maioria dos alunos do cursinho se declarou preta e parda, 70%, um dos alunos se declarou indígena e os demais se declararam brancos, totalizando 28%. A maioria dos estudantes declarou ser do gênero feminino (69,3%), ao passo que 28,7% se declararam ser do gênero masculino, 1,3% preferiu não se identificar e 1% se declarou não-binária.

Em relação ao bairro em que moram, a maioria (44,7%) dos estudantes mora nas proximidades da escola, na Zona Oeste de Natal. Mas o cursinho atende a alunos das mais variadas regiões da cidade, como a Zona Norte: 26%; Zona Leste: 8,7%; Zona Sul: 10%, e região metropolitana, incluindo os municípios de Nova Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Monte Alegre e Boa Saúde: 10,7%. A maior parte dos alunos não trabalha (70,7%) e não concluiu o Ensino Médio (54%). Dos 150 alunos que responderam ao questionário-diagnóstico, entre os que concluíram ou ainda estão cursando o Ensino Médio, 120 responderam que cursaram ou cursam o Ensino Médio na rede pública.

CAPÍTULO 3

ARTICULANDO O ENEM E A EDUCAÇÃO POPULAR

O Enem foi criado em 1998 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do MEC, como “um exame individual e de caráter voluntário, oferecido anualmente aos concluintes e egressos do ensino médio, com o objetivo principal de possibilitar uma referência para autoavaliação, a partir das competências e habilidades que o estruturam” (Brasil, 2005, p. 7). Em seus primeiros anos, o exame foi o principal meio de avaliação da qualidade do Ensino Médio e estruturava-se da seguinte maneira: ao todo, possuía 63 questões de múltipla escolha referentes a todas as disciplinas e uma redação. Apesar de não ser utilizado unicamente como meio de acesso ao Ensino Superior, o exame podia servir “como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção para o acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho” (Brasil, 2005, p.7).

Somente a partir de 2009, o Enem passou a ser utilizado como meio de ingresso ao Ensino Superior e, ao longo dos anos, consolidou-se como o principal meio de entrada para as universidades públicas e privadas por meio de programas como o ProUni. Além disso, em 2009, o exame sofreu algumas modificações que permanecem até hoje: deixou de ser aplicado em um único dia, aumentou-se o número de questões para 180 e dividiu-se a prova por áreas de conhecimento: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias, mantendo em comum com o antigo modelo da prova somente a redação.

Desde a sua criação, o Enem diferencia-se do antigo vestibular devido à natureza de sua avaliação. O exame se propõe a ir além da simples memorização do conteúdo e prioriza a sua aplicabilidade no mundo. De acordo com o documento “Exame nacional do ensino médio - Fundamentação teórico-metodológica”:

O modelo de avaliação do Enem foi desenvolvido com ênfase na aferição das estruturas mentais com as quais construímos continuamente o conhecimento e não apenas na memória, que, importantíssima na constituição dessas estruturas, sozinha não consegue fazer-nos capazes de compreender o mundo em que vivemos [...] O objetivo do Enem é medir e qualificar as estruturas responsáveis por essas interações. Tais estruturas se desenvolvem e são fortalecidas em todas as dimensões de nossa vida, pela quantidade e qualidade das relações que estabelecemos com o mundo físico e social desde o nascimento. O Enem focaliza, especificamente, as competências e habilidades básicas desenvolvidas, transformadas e fortalecidas com a mediação da escola (Brasil, 2005, p. 7-8).

Além disso, o formato do exame não é dividido por disciplinas isoladas, mas por áreas de conhecimento: “os itens que compõem as provas são fundamentados na interdisciplinaridade e contextualização dos conhecimentos, o que buscaria superar a reprodução de possíveis conteúdos isolados” (Moraes, 2018, p. 8). Assim, o Enem pode ser definido como uma prova interdisciplinar que avalia as competências e habilidades de estudantes que almejam uma vaga no Ensino Superior. Para o Enem, competências e habilidades são definidas como:

Competências são as modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer. As habilidades decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do “saber fazer”. Por meio das ações e operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências (Brasil, 1999, p. 7).

Para avaliar competências e habilidades, o Enem dispõe de uma matriz de referência que, conforme explicitou Rangel, Mocarzel e Pimenta (2016), partiu de documentos como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Matrizes de Referência para o Ensino Fundamental e Médio, utilizadas para orientar avaliações em larga escala, a exemplo do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Os autores afirmam que, inicialmente, essa matriz indicava cinco competências e 21 habilidades relacionadas aos conteúdos do Ensino Médio. Os autores definem as cinco competências como objetivos gerais que o aluno deveria alcançar durante a execução da prova ligados aos objetivos específicos, isto é, as 21 habilidades. Sendo assim, “o Enem é estruturado a partir de uma matriz que indica a associação entre conteúdos, competências e habilidades básicas próprias ao jovem e jovem adulto, na fase de desenvolvimento cognitivo e social correspondente ao término da escolaridade básica” (Brasil, 2002, p. 14).

Atualmente, além dos eixos cognitivos comuns a todas as áreas, cada área do conhecimento possui a sua própria matriz de referência. A prova de Ciências Humanas possui ao todo seis competências, cada uma relacionada a cinco habilidades, totalizando trinta habilidades. As cinco competências citadas pelos autores e comuns a todas as áreas passaram a ser nomeadas Eixos Cognitivos, sendo estas:

- I. Dominar linguagens (DL): dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.
- II. Compreender fenômenos (CF): construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.

III. Enfrentar situações-problema (SP): selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.

IV. Construir argumentação (CA): relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.

V. Elaborar propostas (EP): recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural (Brasil, 2024, p. 1).

Isso significa que existe um perfil esperado do estudante que vai ocupar uma vaga no Ensino Superior. Ele precisa estar apto a resolver situações-problema, realizar determinadas tarefas e se adaptar a diferentes contextos. Diante disso, como articular Enem e educação popular?

Em sua tese de doutorado, Rodrigo Pereira (2016) reflete acerca do modelo de ensino que prioriza as competências e habilidades. Para ele, esse modelo de ensino, crescente a partir da década de 1990, é consequência de uma nova fase do capitalismo, que necessita de uma nova classe de trabalhadores, mais dinâmicos, flexíveis, autônomos, criativos “[...] com liderança e capacidade para resolver problemas inesperados, espírito crítico e criativo para dar respostas rápidas e apresentar 140 soluções que possam resolver entraves da/na produção” (Pereira, 2016, p. 139). Além disso, o autor destaca a filosofia individualista cada vez mais difundida na sociedade capitalista, que impede a ação coletiva da classe trabalhadora:

A política centrada na lógica das competências e habilidades, associada a valores individualistas, estimula a competitividade e produtividade, tentando romper as relações sociais e coletivas entre os trabalhadores no processo de reconhecimento de sua identidade e solidariedade de classe (Pereira, 2016, p. 147).

Nesse sentido, os cursinhos populares se apresentam como espaços de resistência, pois são locais em que a coletividade é priorizada, mesmo que estejam preparando seus estudantes para um processo seletivo de caráter individualista. Assim, o grande desafio dos cursinhos populares e do produto desta dissertação é preparar para o Enem e educar para a liberdade simultaneamente, a partir da compreensão do exame e da educação popular.

A educação como prática da liberdade é um conceito trabalhado por hooks e Freire e é a metodologia que orienta os cursinhos populares. Isso não significa que em todas as aulas e que todos os professores de cursinhos populares colocam em prática o que seria uma educação libertadora, e sim que existe um esforço coletivo para que isso aconteça. Esse esforço foi visível quando observei as reuniões de formação no cursinho “Dona Militana” e

quando vivencio todos os sábados as rodas de conversa do “Emancipa” e os debates que nelas surgem.

Os cursinhos populares se colocam contra o “ensino bancário” e a favor de um “ensino para liberdade”. No ensino bancário não há espaço para o debate, para o diálogo; o professor é transmissor de um conhecimento que muitas vezes não faz sentido para o aluno que assiste passivamente àquela aula. É o chamado “ensino tradicional”, mais comum nos cursinhos comerciais, cujo medidor de qualidade é a quantidade de alunos aprovados, especialmente nos cursos mais concorridos.

Nesse tipo de ensino, “[...] não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo com o mundo e com os outros” (Freire, 2023, p. 81). Ainda segundo Freire (2023, p. 81), “na visão ‘bancária’ da educação o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber”. Nela, o professor atua como um narrador, narrando os objetos, que são os conteúdos, cabendo ao aluno, como indivíduo, reproduzir aquilo que foi narrado, sem que haja qualquer tipo de problematização. Mendes (2011) descreve o modelo de professor mais comum em cursinhos comerciais:

Este professor ainda precisa ter uma postura específica de empatia com os alunos, respeitado pelo seu saber, ou seja, como aquele que irá “transmitir o conhecimento” que os estudantes não detêm para serem aprovados no vestibular. [...] Este professor, submetido a uma repetitiva jornada de aulas, deve ater-se ao conteúdo da apostila, que já está preparada para valorizar os aspectos “que caem na prova”, perdendo a liberdade para estimular debates ou ressaltar o que julgar pertinente. Sua aula é um roteiro, ou melhor, um “show”, em que as músicas e piadas para memorizar o conteúdo da aula são frequentes e repetidas por microfone ano após ano (Mendes, 2011, p. 39-40).

A descrição de Mendes (2011) nos remete a um modelo de ensino baseado na memorização de conteúdos, pouco ou nenhum estímulo ao debate, e focada somente no professor. Esse tipo de ensino, segundo Freire (2023) e hooks (2017), reproduz um modelo de dominação no qual o professor apresenta-se como figura central e detentora de todo o conhecimento e os alunos como meros agentes passivos, que não sabem de nada e devem memorizar tudo que é narrado pelo professor.

Contrariamente a isso, os cursos populares objetivam mudar o que já está estabelecido, democratizar o ensino, abrir as universidades para o povo. Para isso, é preciso refletir, pois somente a reflexão conduz à prática (Freire, 2023). bell hooks (2017) chama a atenção para a importância da união entre teoria e prática. De acordo com ela, essa união é essencial para uma boa prática de ensino. A teoria fornece o conhecimento e a compreensão

necessários para a ação eficaz. Sem a teoria, a ação é vazia de significado e aleatória, sem clareza e objetividade. Já a prática testa e valida a teoria, pois, sem a prática, a teoria não tem função. Teoria e prática não são opostas e uma não invalida a outra. Pelo contrário, a prática deve ser a base da teorização (hooks, 2017).

Assim como alguns acadêmicos de elite cujas teorias [...] a transformam num território crítico onde só uns poucos escolhidos podem entrar [...] ameaçam a luta pela libertação coletiva [...] aqueles entre nós que promovem o anti-intelectualismo, declarando que toda teoria é inútil fazem a mesma coisa. Reforçando a ideia de uma cisão entre a teoria e a prática ou criando essa cisão, ambos os grupos negam o poder da educação libertadora para a consciência crítica, perpetuando assim condições que reforçam nossa exploração e repressão coletivas (hooks, 2017, p. 95).

O papel do professor no processo de ensino-aprendizagem é importante, mas não “o” mais importante. Nesse processo, o conhecimento do aluno também deve ser levado em consideração. Educador e educando devem manter uma relação horizontal e jamais de dominação, pois, com a dominação, não há diálogo e, sem diálogo, não há liberdade. Tanto Freire como hooks tratam da relação de confiança entre educador e educando, que deve ser estabelecida mediante diálogo: “[...] o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a confiança de um polo no outro é consequência óbvia” (Freire, 2023, p. 113).

O diálogo considera a responsabilidade social e política do ser humano em relação à sua própria realidade, bem como a busca constante pelo conhecimento crítico e transformador. Com isso, a dialogicidade é vista como uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Freire, 2023). Para colocar em prática a educação para a liberdade, deve haver um esforço coletivo de educandos e educador, pois “[...] a visão constante da sala de aula como um espaço comunitário aumenta a probabilidade de haver um esforço coletivo para criar e manter uma comunidade de aprendizado” (hooks, 2017, p. 19). Por isso, os cursinhos populares tentam ser espaços coletivos nos quais o conhecimento é construído em conjunto. A educação para a liberdade não diz respeito a explicar às massas, mas a dialogar com elas (Freire, 2023).

A prática do diálogo é um dos meios mais simples com que nós, como professores, acadêmicos e pensadores críticos podemos começar a cruzar as fronteiras, as barreiras que podem ser ou não erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social, pela reputação profissional e por um sem-número de outras diferenças (hooks, 2017, p. 174).

Para Freire (2023), o diálogo começa desde o planejamento quando são selecionados os conteúdos. Para ele, os conteúdos não podem ser impostos pelo educador, pois eles não são

uma doação. O educador não está “dando” conteúdo, mas construindo conhecimento. Os conteúdos programáticos devem ser escolhidos conforme a necessidade dos educandos. Cabe ao educador conhecê-los.

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositados nos educandos –, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada (Freire, 2023, p. 116).

Tanto Freire (2023) como hooks (2017) reconhecem que os educandos não são “tábulas rasas”, mas indivíduos com histórias, saberes e experiências que devem ser considerados no processo de aprendizagem. Os conteúdos trabalhados devem fazer sentido para os educandos, devem ter relação com o contexto em que vivem, por isso a importância de o ensino partir da história local, pois, atravessando-a, o educador aproxima os estudantes “[...] das histórias cotidianas, configurando o estudo da história local/regional como base para a compreensão dos problemas enfrentados pelas comunidades no seu dia a dia, orientando também para ações práticas de transformação” (Caimi, 2010, p. 66).

Para hooks (2017, p. 118), “todos os alunos – não somente os de grupos marginalizados – parecem mais dispostos a participar energicamente das discussões em sala quando percebem que elas têm uma relação direta com eles”. Desse modo, o papel do professor não é passar ou transmitir conteúdos, mas auxiliar seus alunos “[...] a constituírem uma consciência histórica, a reconhecerem as diferentes experiências históricas das sociedades e, a partir desse entendimento, compreender as situações reais da sua vida cotidiana e do seu tempo” (Caimi, 2010, p. 60). Para Caimi (2010, p. 60), uma das possibilidades de se trabalhar em sala de aula com a história local é superar o ensino focado na narração do professor,

Nos debates atuais do ensino de História apontam-se possibilidades de estabelecer relações muito profícuas entre o estudo das trajetórias locais/regionais e os processos de formação de identidades sociais plurais, de modo a superar o verbalismo das aulas de história circunscritas apenas a temporalidades remotas, a espaços distantes e a determinadas memórias com as quais a maioria dos estudantes que frequenta a escola brasileira não se identifica e nas quais não reconhece as suas experiências, tampouco as de seu grupo de pertença (Caimi, 2010, p. 60).

Além disso, estudar a história local também possibilita evidenciar as fontes, os temas e os sujeitos que não tiveram visibilidade na “macro-história”, dessa forma contribuindo para

o conhecimento de múltiplas experiências históricas (Caimi, 2010). Uma vez que os cursinhos populares,

buscam uma educação que proporcione à classe trabalhadora um saber que seja instrumento de luta, para que estes estudantes se reconheçam como sujeitos históricos, ativos, reflexivos e capazes de transformar sua realidade. Desse modo, articulam-se com as comunidades rurais e urbanas, escolas e associações das cidades, buscando a construção de uma relação dialógica entre conhecimento científico e popular, enfatizando a valorização dos saberes populares e das culturas locais, regionais e valorizando a história de cada povo (Carvalho, 2013, p. 74).

Sendo assim, o ensino de história local/regional nos cursinhos populares está em conformidade com o princípio norteador da educação que almejam. Desse modo, “os estudos de história local constituem o ponto de partida da aprendizagem histórica, uma vez que permitem a abordagem dos contextos mais próximos em que se inserem as relações sociais entre os professores, os estudantes e o meio” (Caimi, 2010, p. 69).

Partindo da micro-história, o educador consegue trabalhar habilidades e competências exigidas pelo Enem. A história local é um ponto de partida, permitindo aos alunos a compreensão do contexto em que estão inseridos. A partir dela, é possível ampliar a perspectiva para a macro-história, conectando os eventos locais e regionais a narrativas nacionais e internacionais (Caimi, 2010). É importante ressaltar que micro-história e macro-história não são opostas, mas complementares. Não há necessidade de existir uma divisão entre história local/regional e história nacional. Ao usar o contexto do aluno como ponto de partida, o ensino de história contribui para a formação cidadã por meio da compreensão crítica do passado.

3.2 Materiais didáticos nos cursinhos populares

Os cursinhos populares “Emancipa” e “Dona Militana” não possuem um material didático próprio, sendo assim, é muito comum que os professores utilizem livros didáticos e até mesmo apostilas de cursinhos comerciais em suas aulas. Outro recurso bastante utilizado são as listas de exercícios elaboradas pelos próprios professores que selecionam questões do Enem ou de outros vestibulares para resolver com os estudantes.

O uso desses recursos é válido e cumpre uma importante função nos cursinhos populares. Os professores utilizam o livro didático para orientar suas aulas e as listas de exercícios auxiliam os estudantes a se familiarizar com o formato da prova. No entanto, existem algumas fragilidades e desafios quanto ao uso desses materiais.

O uso de livros didáticos como materiais em cursinhos é limitado, pois esses livros não foram elaborados com o intuito de auxiliar estudantes a passar no Enem. As atividades do livro didático, por exemplo, não têm a mesma estrutura e o mesmo formato das questões do Enem. Mesmo as apostilas dos cursinhos comerciais, que foram confeccionadas com o objetivo de auxiliar os estudantes na prova do Enem, apresentam fragilidades em relação a seu uso nos cursinhos populares. Mendes (2011, p. 40) descreve esses materiais: “com seleção e organização dos conteúdos não passíveis de discussão pelos professores ou pelos alunos, uma vez que são pacotes elaborados em quantidade massiva pelas grandes redes de cursinhos ou um pacote elaborado por editoras”. Portanto, a utilização desses materiais em cursinhos populares não atende à demanda de formação cidadã e de educação para a liberdade.

Desse modo, as listas se tornam uma alternativa. De fato, as listas de exercícios são um excelente recurso para os cursinhos populares, primeiramente, porque são mais acessíveis aos estudantes. Ainda que a impressão desse material não seja possível em alguns cursinhos populares que não dispõem de muitos recursos financeiros, os professores costumam compartilhar as listas com os estudantes por *e-mail* ou por *WhatsApp*. Assim, os estudantes têm um material de estudo e podem praticar fora do horário da aula. Outro aspecto já citado anteriormente é a familiarização com o formato da prova. De acordo com os dados apresentados no capítulo anterior, observou-se que a maioria dos estudantes dos cursinhos populares estão cursando o Ensino Médio, o que pode significar que, para muitos, essa é a primeira vez que irão fazer a prova, por isso a importância de habituá-los ao formato do Enem.

Diante dessas observações, como elaborar um produto¹³ voltado para os cursinhos populares que supere tais fragilidades e explore todas as potencialidades dos materiais que já são utilizados? Pensar em um produto para os cursinhos populares não é uma tarefa simples. Muitos aspectos devem ser levados em consideração: acessibilidade, estrutura, conteúdos e, principalmente, deve-se considerar os dois principais objetivos dos cursinhos populares: formação cidadã e aprovação no Enem.

Em relação à acessibilidade, o formato digital é o mais adequado por permitir acesso a um público amplo. Portanto, o produto desta dissertação compreende um livro digital e seus

¹³ Entende-se produto como um material didático acompanhado de orientações e/ou sugestões para sua utilização em atividade de ensino-aprendizagem construído a partir de problema(s) diagnosticado(s) pelo(a) docente e que têm como objetivo saná-lo(s) ou contribuir para sua mitigação. Pressupõe o uso do método científico no todo ou em parte como forma de colocar o(a) aluno(a) no centro do processo de construção do conhecimento, associando os objetivos de aprendizagem aos de formação da cidadania e de construção da autonomia do sujeito aprendente (Souza; Oliveira, 2021, p. 18).

conteúdos foram construídos de acordo com o perfil dos alunos atendidos pelos cursinhos populares apresentados no capítulo dois. Por se tratar de um público formado majoritariamente por estudantes do Ensino Médio que irão fazer o exame pela primeira vez, julguei necessário acrescentar algumas informações ao produto: como se inscrever no Enem, o que levar no dia da prova, como é a estrutura da prova, como a resposta deve ser marcada no gabarito.

Além disso, considerando que todos os alunos dos cursinhos populares são ou foram estudantes de escolas públicas, considerei importante acrescentar informações acerca do benefício de isenção na taxa de inscrição. O formato digital também apresenta outra vantagem: a possibilidade de disponibilizar todos os *links* dos *sites* para os estudantes. Desse modo, em cada tópico mencionado, disponibilizei um *link* clicável que direciona o leitor diretamente para o *site* em questão.

Os livros didáticos, muitas vezes utilizados pelos professores dos cursinhos populares, estruturam-se da seguinte forma: capítulos divididos por períodos históricos e subtópicos acerca de aspectos do período mencionado. Naturalmente, a professora e/ou o professor orienta-se por essa divisão para planejar suas aulas. Sendo assim, organiza-as por temática, por exemplo: aula sobre o período republicano etc. Por meio deste produto, convido a professora e o professor a pensarem numa aula de história de uma forma diferente, não por temáticas, mas por competências e habilidades.

Para isso, apresentei no produto os conceitos de competência e habilidade, o Eixo Cognitivo comum a todas as áreas do conhecimento e as cinco competências e trinta habilidades exigidas pela prova de Ciências Humanas. Cada competência da prova de Ciências Humanas diz respeito a uma temática prioritária e engloba o conjunto de cinco habilidades que incluem: analisar, identificar, reconhecer, selecionar, comparar, relacionar, interpretar e associar. Além disso, apresentei os “objetos de conhecimento” que dizem respeito aos assuntos trabalhados por cada questão.

Para que o leitor visualize como essas competências e habilidades aparecem na prova do Enem, selecionei questões das edições de 2019 a 2023 e identifiquei a competência, habilidade e objeto do conhecimento de cada uma das questões selecionadas. Assim, é possível entender a lógica da prova e o que é necessário para que se tenha êxito em suas questões. Além de apresentar as questões do Enem como exemplo, elaborei duas fichas de análise, uma para textos e outra para imagens, a fim de auxiliar o estudante na resolução de questões do Enem.

Como mencionado anteriormente, as listas de exercícios desempenham uma importante função nos cursinhos populares e têm muitas potencialidades. Por isso, ao final do produto, elaborei 20 questões no mesmo formato das questões do Enem para que o estudante possa praticar e desenvolver as competências e habilidades exigidas pelo exame.

A fim de concretizar o objetivo primordial dos cursinhos populares, a formação cidadã, cada questão foi elaborada a partir de uma temática: racismo, gênero, cultura popular, cidadania e movimentos sociais. Cuidei também da relação com as fontes e dos textos utilizados. Cada uma das questões foi elaborada a partir de notícias, fontes ou textos que dizem respeito ao Rio Grande do Norte para que professora e professor trabalhasse a realidade do estudante.

3.3 Manual do Enem para cursinhos populares

Desenvolvi o produto desta dissertação pensando no professor e nos estudantes dos cursinhos populares. Não se trata de uma apostila no sentido tradicional do termo, pois não apresenta o formato comumente utilizado em cursinhos comerciais. Pesquisei algumas dessas apostilas disponíveis na *internet* e observei um padrão: geralmente, são materiais divididos por períodos históricos, acompanhados de pequenos textos acerca das temáticas levantadas e, no fim de cada um desses “blocos temáticos”, existem algumas questões do Enem sobre a temática. Algumas apostilas dessas redes comerciais apresentam também a quantidade de vezes que cada tema apareceu no Enem.

Diante disso, cheguei à seguinte conclusão: são materiais focados no assunto e não nas competências e habilidades. As questões não são inéditas, não possuem informações acerca da prova e não possuem nenhum tópico acerca da História do Rio Grande do Norte. Sendo assim, pensei na construção deste produto a partir destes objetivos: auxiliar os estudantes em todas as etapas do exame, desde a inscrição até a aplicação da nota no SISU; auxiliar os estudantes no desenvolvimento de competências e habilidades exigidas pelo exame, e, por fim, trazer elementos da História do Rio Grande do Norte que provoquem reflexões acerca do contexto no qual o estudante está inserido.

Além do mais, construí o produto de modo que não fosse “mais do mesmo”, por isso sua estrutura, organização e conteúdo são diferentes em comparação aos materiais utilizados nos cursinhos comerciais, até porque esses cursinhos possuem públicos, valores e objetivos distintos daqueles dos cursinhos populares. Levei em consideração o perfil dos alunos, isto é, em sua maioria, jovens estudantes do Ensino Médio da rede pública, e dos professores, que

frequentemente conciliam o cursinho popular com outras atividades, sejam eles estudantes de graduação, professores da rede pública ou privada, ou mesmo profissionais de outras áreas. Diante dessa realidade, concebi um produto em formato acessível que unisse a formação cidadã à preparação para o Enem, reconhecendo que tal preparação ultrapassa a mera retenção de conteúdos.

Na primeira parte do produto, incluí informações fundamentais sobre o Enem. Embora possam parecer óbvias para alguns, não podemos presumir que todos os estudantes dos cursinhos populares tenham acesso a essas informações. Assim, abordei aspectos como o formato da prova, a quantidade de questões, as áreas do conhecimento avaliadas e a duração do exame. Considerando que o Enem é apenas uma etapa do processo de ingresso no Ensino Superior, acrescentei explicações sobre o SISU, o ProUni e o FIES, incluindo *links* diretos para os respectivos sites.

Os alunos de cursinhos comerciais fazem uma série de simulados periodicamente. Desse modo, já estão familiarizados com o formato da prova, com as regras, sabem como marcar no gabarito etc. Essa realidade não é a mesma da dos cursinhos populares, principalmente pela falta de verbas para impressões. Portanto, julguei necessário acrescentar um quadro demonstrativo da estrutura das questões, bem como instruções sobre o preenchimento do gabarito, aspecto que pode determinar a eliminação de um candidato se feito incorretamente.

Adicionei também informações práticas sobre os itens permitidos e proibidos no dia da prova, documentos de identificação aceitos e procedimentos em caso de perda ou roubo de documentos. Incluí ainda um passo a passo para a inscrição na prova e informações sobre como solicitar a isenção da taxa de inscrição, considerando que o custo pode ser um fator impeditivo para alguns estudantes.

Na seção seguinte, foquei na prova de Ciências Humanas, detalhando sua estrutura, as disciplinas abrangidas e o sistema de avaliação baseado em competências e habilidades. Apresentei as definições de competências e habilidades conforme o MEC, bem como os objetos de conhecimento específicos dessa área. Para cada uma das seis competências da prova de Ciências Humanas, selecionei exemplos de questões do Enem, permitindo que os estudantes visualizem como as competências, habilidades e objetos de conhecimento são abordados na prática. Em algumas questões, incluí *links* para recursos adicionais, como vídeos e mapas, que podem ser utilizados pelos professores para aprofundar os temas. Elaborei também dois quadros de análise para auxiliar os estudantes no desenvolvimento das habilidades necessárias para um bom desempenho na prova.

Por fim, criei 20 questões baseadas nas competências e habilidades do Enem, utilizando a História do Rio Grande do Norte como ponto de partida. Meu objetivo foi demonstrar que o estudo da história local pode estar alinhado com a preparação para o Enem, além de promover reflexões sobre temas relevantes como racismo, questões de gênero, ditadura, patrimônio e cultura, partindo do contexto no qual o aluno está inserido. Assim, busquei integrar a formação cidadã à preparação para o exame, respeitando os princípios dos cursinhos populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a contribuição dos cursinhos populares para o acesso de jovens de baixa renda ao Ensino Superior no município de Natal, Rio Grande do Norte. Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que os cursinhos populares desempenham um papel fundamental não apenas na preparação para o Enem, mas também na formação cidadã e no empoderamento dos estudantes.

No primeiro capítulo, abordei os desafios enfrentados pela população de baixa renda no acesso à educação, desde o Ensino Básico até o Superior. Os dados do IBGE e do PNAD Contínua revelaram uma realidade preocupante: altas taxas de evasão escolar, principalmente entre jovens negros e pardos, e dificuldades significativas para ingressar no Ensino Superior. Ficou claro que as desigualdades educacionais estão intrinsecamente ligadas às desigualdades sociais e econômicas, formando um círculo vicioso difícil de romper.

Nesse contexto, os cursinhos populares surgem como uma resposta da sociedade civil a essas disparidades. Ao analisar especificamente os casos do “Emancipa” e do “Dona Militana” em Natal, observei como essas iniciativas ultrapassam a simples preparação para o Enem. Elas se constituem como espaços de formação política, de construção de identidade e de promoção da cidadania.

Um aspecto crucial que emergiu da pesquisa foi a importância da metodologia baseada na educação popular inspirada nos ensinamentos de Paulo Freire e bell hooks. Essa abordagem, que valoriza o diálogo, a construção coletiva do conhecimento e a contextualização dos conteúdos à realidade dos estudantes, mostrou-se fundamental para o engajamento e o desenvolvimento crítico dos alunos. Ao mesmo tempo, observei que há desafios na implementação dessa metodologia, especialmente no que diz respeito à formação dos educadores e à conciliação entre a preparação para o Enem e a formação cidadã.

O trabalho também evidenciou os desafios enfrentados pelos cursinhos populares, como a falta de recursos financeiros, a evasão de alunos e professores, e as dificuldades em manter a interdisciplinaridade. No entanto, ficou claro que o comprometimento dos educadores e coordenadores, muitas vezes trabalhando de forma voluntária, é um fator crucial para a continuidade e o sucesso dessas iniciativas.

Um tema importante de ser destacado é o impacto positivo que os cursinhos populares têm na autoestima e na perspectiva de futuro dos estudantes. Esses espaços permitem que jovens se vejam como capazes de ingressar no Ensino Superior, algo que muitas vezes parecia inalcançável. Além disso, a formação crítica e cidadã oferecida pelos cursinhos contribui para que esses jovens se tornem agentes de transformação em suas comunidades.

Confesso que a parte mais empolgante deste trabalho foi a produção do material didático. A produção de materiais didáticos faz parte da minha formação. Desde a graduação, demonstrei interesse em produzir materiais para o Ensino de História. Na minha atuação como bolsista no PIBID, desenvolvi, junto aos meus colegas, um catálogo de artefatos pré-históricos do acervo do Laboratório de Arqueologia (LARQ) da UFRN, com foco em turmas do sexto e sétimo ano. No final da graduação, atuei como bolsista voluntária do projeto de monitoria “Ensinar História como se faz História” e participei da seleção de fontes e elaboração de sequências didáticas para o Ensino Básico. Nosso objetivo era produzir um material por meio de fontes da cidade de São José do Mipibu, Rio Grande do Norte, que pudesse ser utilizado por professores.

Os trabalhos citados acima foram muito gratificantes e enriquecedores na minha trajetória profissional e pessoal. Quando entrei no mestrado profissional, vislumbrei uma oportunidade para produzir um novo material didático. Dessa vez, optei por produzir para um público-alvo diferente: alunos dos cursinhos pré-Enem populares. Essa escolha se deve à minha atuação como professora de história na rede de cursinhos populares “Emancipa”.

Como professora, sei que a falta de tempo é um dos principais desafios enfrentados pelo docente que deseja produzir um material para utilizar em sala de aula. Também sei que o recurso mais utilizado pelos professores de cursinhos populares são as listas de exercícios. Pensando nos professores e nas professoras dos cursinhos populares, produzi cuidadosamente um livro digital. Selecionei vídeos, escrevi textos e organizei outros recursos nesse material.

Além do mais, as questões do produto priorizaram a História do Rio Grande do Norte, uma vez que está inserida no contexto nacional e pode ser utilizada como ponto de partida para tratar conteúdos que envolvam diferentes períodos históricos, conforme aponta Flávia Caimi (2010), utilizando o contexto do aluno como ponto de partida e contribuindo para a

formação cidadã mediante compreensão crítica do passado. Sendo assim, o produto que desenvolvi, um livro digital com questões no formato do Enem e orientações para educadores e alunos, busca contribuir para o fortalecimento dessas iniciativas. Ao oferecer um material que articula a preparação técnica para o exame com a formação cidadã, espero auxiliar tanto os estudantes quanto os educadores dos cursinhos populares em sua missão.

Ressalte-se que os cursinhos populares não podem ser vistos como solução definitiva para as desigualdades educacionais, embora desempenhem um papel crucial nisso. Seu próprio objetivo final, como mencionei no trabalho, é sua extinção, ou seja, a criação de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e democrático que não necessite de iniciativas paralelas para garantir o acesso de todos ao Ensino Superior. Nesse sentido, este trabalho também serve como um chamado à reflexão sobre as políticas públicas educacionais. O Estado deve assumir sua responsabilidade na promoção de uma educação de qualidade e acessível a todos, desde o Ensino Básico até o Superior. Enquanto isso não ocorre de forma plena, os cursinhos populares continuam a desempenhar um papel vital na democratização do acesso ao Ensino Superior.

Por fim, é importante reconhecer as limitações deste estudo e apontar caminhos para pesquisas futuras. Uma análise quantitativa mais abrangente sobre o impacto dos cursinhos populares na aprovação de estudantes no Enem, assim como estudos que acompanhem a trajetória dos estudantes após o ingresso na universidade poderiam ajudar a compreender o impacto a longo prazo da formação recebida nos cursinhos populares.

Concluo este trabalho com a convicção de que os cursinhos populares, apesar dos desafios enfrentados, são uma força poderosa na luta pela democratização do Ensino Superior e na formação de cidadãos críticos e engajados. Sua existência é, ao mesmo tempo, uma denúncia das desigualdades persistentes em nossa sociedade e uma prova do poder da organização e da solidariedade comunitárias. Espero contribuir de alguma forma para o fortalecimento dessas iniciativas e para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo.

Como professora atuante em cursinhos populares, testemunhei pessoalmente o impacto transformador dessas iniciativas na vida dos estudantes. Essa experiência não apenas enriqueceu meu trabalho, mas também reafirmou meu compromisso com a educação popular e a justiça social. Acredito que o caminho para uma sociedade mais justa passa necessariamente pela democratização do acesso ao conhecimento e às oportunidades educacionais, e os cursinhos populares são um passo importante nessa direção.

Referências

ARROYO, M. G. **Educação e exclusão da cidadania** In: BUFFA, Ester. Educação e cidadania: quem educa o cidadão. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993

AQUI ninguém fica pra trás. Natal, Rn: Emancipa, 2022. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k6fMAUNSZQE>. Acesso em: 05 maio 2024.

BARREIROS, Jaqueline Lopes. **Fatores que influenciam na motivação de professores**. 2008. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Uniceub – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2581/2/20312042.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 1.330 p. v. 1.

BRASIL. Decreto nº 12.008, de 29 de abril de 2024. Dispõe sobre a composição e as competências do Conselho de Participação do Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, p. 1, 30 de abril de 2024. Seção 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf acesso em 29 de abril de 2024 . – Brasília, DF : Inep, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo escolar 2022. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>.> acesso em 10 de maio de 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Censo da Educação Superior. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>>. acesso em 16 de março de 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais 2019. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/fl404e8068f13a84a53a9d0b7ca997e3.pdf> Acesso em: 28 de maio de 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Matriz de Referência ENEM. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf> Acesso em 30/05/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Documento básico. Brasília, DF: INEP, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Fundamentação teórico-metodológica. Brasília, DF: INEP, 2005.

CAIMI, Flávia Eloisa. Coleção explorando o ensino de História: meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo?. In: EDUCAÇÃO, Ministério da (org.). **Coleção explorando o ensino**. 21. ed. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 59-82.

_____. Conscientização. Teoria e Prática da Libertação. **Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes. 1979.

CARVALHO, Marcio de. A educação popular como princípio dos cursinhos populares. **Cadernos Cimeac**, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 73-82, 15 nov. 2013. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. <http://dx.doi.org/10.18554/cimeac.v3i2.1452>.

EMANCIPA 10 ANOS. São Paulo: Emancipa, v. 1, 2017. Mensal. Emancipa. Disponível em: https://issuu.com/redeemancipa/docs/revista_final_novembro_online. Acesso em: 26 set. 2024.

FERREIRA, NARA TORRECILHA. DESIGUALDADE RACIAL E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR. *Educação em Revista*, v. 36, n. 1, 2020.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 87. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

GIL, C. Z. de V., & Camargo, J. (2018). **Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas**. *Revista História Hoje*, 7(13), 139–159. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i13.430>.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2001. _____. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. v.16. n.47. São Paulo, 2011.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. **A política de competências e habilidades na educação básica pública: relações entre Brasil e OCDE**. 2017.

PEREIRA, T. I.; RAIZER, L.; MEIRELLES, M. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares. **Revista Espaço Pedagógico**, [S. l.], v. 17, n. 1, 2012. DOI: 10.5335/rep.2013.2029. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2029>. Acesso em: 9 jul. 2023.

Quem somos nós?. Revista Emancipa, 2024. Disponível em: <<https://medium.com/revistaemancipa/sobre-926284adac0b>>. Acesso em: 25 de março de 2024.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes Ltda, 2017. Tradução de: Marcelo Brandão Cipolla.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Resumo técnico do censo da educação superior. Brasília-DF: INEP/MEC, 2024.

Instituto cultural Steve Biko. Steve Biko, 2024. Disponível em: <<https://www.stevebiko.org.br/index.php>> Acesso em 10 de julho de 2024.

MENDES, Máira Tavares. **Inclusão ou Emancipação: um estudo do Cursinho Popular Chico Mendes**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2011.

MENDES, Marcelo. Simões. **Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio**. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 30, n. 2, p.261-265, 2013.

MONT'ALVÃO, Arnaldo. **Diferenciação institucional e desigualdades no ensino superior**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 30, p. 129-143, 2015.

MORAES, Luciene M. S.. As ciências humanas na matriz de referência do ENEM e sua reelaboração: fixação de sentidos por meio dos itens. **Cadernos de Educação Básica**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 13, 11 set. 2018. Imperial Editora. <http://dx.doi.org/10.33025/ceb.v3i1.1791>. Disponível em: file:///C:/Users/amand/Downloads/1791-3811-1-SM%20(1).pdf. Acesso em: 30 maio 2024.

OLIVEIRA, E. S. **Diferentes sujeitos e novas abordagens da educação popular urbana**. 2001. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, R. J., 2001.

RANGEL, Mary; MOCARZEL, Marcelo Siqueira Maia Vinagre; PIMENTA, Maria de Fátima Barros. A Trajetória das Competências e Habilidades em Educação no Brasil: das avaliações em larga escala para as salas de aula. Revista Meta: Avaliação, v. 8, n. 22, p. 29-47, 2016.

RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria história – formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora da UnB, 2010.

SANTOS, Camila Barbosa dos. **Educação popular como horizonte na formação docente: o que pensam os coordenadores da rede emancipa Natal/RN**. 2017. 31 f. TCC

(Graduação) - Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN. Natal, Rn, 2017.

SANTOS, Maria Durvalina Cerqueira. **Educação, cidadania e reconstrução de identidades: o caso da cooperativa Steve Biko**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1997.

SENKEVICS, Adriano Souza. **O acesso, ao inverso: Desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020**. 2021. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. 437 p.

SILVA FILHO, Penildon. **Cursos Pré-Vestibulares Populares em Salvador: Experiências Educativas em Movimentos Sociais**. Revista da FAGED, n. 08, p.109-126, 2004.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. de L. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências**. Educação Por Escrito, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017. DOI: 10.15448/2179-8435.2017.1.24527. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/24527>. Acesso em: 28 maio. 2024.

SOUZA, Juliana Teixeira; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Org.). **Escravidão no Rio Grande do Norte**. (Série Produtos didáticos para o ensino da história). Natal: EDUFRN, 2021.

TOMELIN, Nilton Bruno; RAUSCH, Rita Buzzi. **O legado de Paulo Freire ao desenvolvimento profissional docente para uma educação decolonial: o Círculo de Cultura como possibilidade**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 16, e2116429, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092021000100232&lng=pt&nrm=iso. acesso em 28 maio de 2024. Epub 21-Out-2021. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.16.16429.057>.

VARGAS, Ariele Souza de. **As políticas públicas para a educação superior no Brasil pós LDB/96: o enem, sisu, prouni e fies e suas (des)continuidades**. 2021. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Educação, Departamento de Ciências Humanas, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, Rs, 2021. Disponível em: https://ppgedu.fw.uri.br/storage/siteda4b9237baccdf19c0760cab7aec4a8359010b0/dissertacoes/discente137/arq_1651152867.pdf. Acesso em: 28 maio 2024.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação popular: metamorfoses e veredas**. São Paulo: Cortez, 2010.

ZAGO, Nadir. **Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas**. Perspectiva, v.26. n.1. p. 149-174. Florianópolis, 2008.

Censo Escolar 2020: INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2020. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: 30 de março de 2023

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC): IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pesquisa-nacional-por-amostra-d-e-domicilios-continua-trimestral.html> . Acesso em: 30 de março de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

MANUAL DO ENEM

para cursinhos populares

Amanda Kelly Acioli Silva



Na capa: Dona Militana, bell hooks e Paulo Freire.
Autores da capa: Amanda Acioli, Dickson Melo,
Gabriela Varela.



@prof.amandaciole



@cyberproblem1



@colapretta

Apresentação

Este material didático foi desenvolvido como produto final da dissertação de mestrado do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória. Trata-se de um livro digital que aborda temáticas trabalhadas no ENEM e seu público alvo são alunos e professores de cursinhos pré-vestibulares populares.

O livro conta com informações necessárias para quem vai fazer o Enem, possui ícones interativos que redirecionam o leitor (a) para a página em questão, além de sugestões de vídeos, textos e mapas. Por fim, uma série de questões inéditas no mesmo formato do Enem utilizando a História do Rio Grande do Norte como ponto de partida.

A existência dos cursinhos populares evidencia a triste realidade do sistema de ensino brasileiro, onde muitos estão excluídos do espaço da universidade. Como aluna de escola pública sei o quanto a educação tem o poder de transformar vidas e é por acreditar na mudança através da educação que optei por contribuir com os cursinhos populares através deste livro digital.

A autora

Sumário

Sobre o Enem.....	4
Conhecendo o Enem.....	6
O que levar no dia da prova.....	8
Como me inscrever no Enem.....	9
Quem pode solicitar isenção na taxa de inscrição.....	10
Como solicitar isenção.....	11
Conhecendo a prova de Ciências Humanas a partir das competências e habilidades.....	12
Eixos Cognitivos.....	13
Temáticas prioritárias.....	17
Habilidades.....	18
Quadros de análise.....	39
Exercícios.....	45
Gabarito.....	60
Sugestões para o professor (a).....	63
Suporte psicológico.....	65
Referências.....	66

Legenda

Ao clicar aqui  você será redirecionado para o site em questão.



Ao clicar nesse ícone você será redirecionado a uma sugestão de vídeo ou site.

Sobre o Enem



A prova é dividida por áreas do conhecimento, são elas: Linguagens, códigos e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias e Matemática e suas tecnologias. Além de uma proposta de redação. Cada área de conhecimento possui 45 questões de múltipla escolha que são aplicadas em dois dias distintos: Linguagens, Ciências Humanas e Redação no primeiro dia, Matemática e Ciências da natureza no segundo dia. A área de Ciências Humanas engloba as disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

Você sabia?

O Exame nacional do Ensino Médio foi instituído em 1998 como um meio de avaliação de desempenho dos estudantes do ensino médio. Foi somente a partir do ano de 2009 que o exame tornou-se o principal instrumento de acesso ao ensino superior.

SISU



É através do SISU que a nota do ENEM pode ser utilizada para ingresso nas instituições públicas brasileiras.

ProUni



O Programa Universidade para todos é um programa do governo federal que concede bolsas de estudos de até 100% nas Universidades privadas através da nota do Enem.

FIES



O Programa de financiamento estudantil- FIES, é um programa do governo federal que financia mensalidades nas universidades privadas através da nota do enem

Conhecendo o Enem

Número da questão

Texto de apoio

Questão 57 - enem2021

Nos setores mais altamente desenvolvidos da sociedade contemporânea, o transplante de necessidades sociais para individuais é de tal modo eficaz que a diferença entre elas parece puramente teórica. As criaturas se reconhecem em suas mercadorias; encontram sua alma em seu automóvel, casa em patamares, utensílios de cozinha.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

O texto indica que, no capitalismo, a satisfação dos desejos pessoais é influenciada por

- A** políticas estatais de divulgação.
- B** incentivos controlados de consumo.
- C** prescrições coletivas de organização.
- D** mecanismos subjetivos de identificação.
- E** repressões racionalizadas do narcisismo.

Alternativas

Enunciado

Esta é a folha de respostas, ela é entregue separadamente.

MARQUE A OPÇÃO CORRESPONDENTE À COR DA CAPA DO SEU CADERNO DE QUESTÕES.


① AZUL ② AMARELO ③ CINZA ● ROSA


QUESTÃO / RESPOSTA	QUESTÃO / RESPOSTA	QUESTÃO / RESPOSTA	QUESTÃO / RESPOSTA	QUESTÃO / RESPOSTA	QUESTÃO / RESPOSTA
91					
92					
93					
94					
95					
96					
97					
98					
99					
100					
101					
102					
103					
104					
105					
106					
107					
108					
109					
110					
111					
112					
113					
114					
115					
116					
117					
118					
119					
120					
121					
122					
123					
124					
125					
126					
127					
128					
129					
130					
131					
132					
133					
134					
135					
136					
137					
138					
139					
140					
141					
142					
143					
144					
145					
146					
147					
148					
149					
150					
151					
152					
153					
154					
155					
156					
157					
158					
159					
160					
161					
162					
163					
164					
165					
166					
167					
168					
169					
170					
171					
172					
173					
174					
175					
176					
177					
178					
179					
180					

O espaço do gabarito deve ser preenchido completamente com caneta preta.

O que levar no dia da prova?

Itens obrigatórios:

Documento com foto (rg, carteira de trabalho, passaporte, certificado de reservista ou de dispensa, carteira nacional de habilitação); 

Caneta de tinta preta com tubo transparente. 

Itens proibidos:

Acessórios como óculos escuros, boné, gorros, relógio etc 

Antes de entrar na sala você deve desligar e guardar o celular no local indicado pelo fiscal. 

Itens permitidos:

Lanche 

Água 


Apesar de não ser um item obrigatório, o cartão de inscrição pode ser utilizado para ajudar na localização da sala. 

Atenção!

Em caso de roubo ou perda de documento, você pode levar um boletim de ocorrência emitido nos últimos 90 dias.



Como me inscrever no Enem?

- 01 Acesse o site do Inep 
- 02 Clique em “inscrição”
- 03 Responda a pergunta feita pela assistente para prosseguir
- 04 Preencha seus dados
- 05 Informe se serão necessários recursos de acessibilidade
- 06 Escolha entre inglês ou espanhol, para prova de língua estrangeira
- 07 Informe sobre sua situação escolar - nível de ensino e tipo de escola
- 08 Escolha o município no qual deseja realizar as provas
- 09 Responda os dados socio-econômicos
- 10 Clique em “Enviar inscrição”

Quem pode solicitar isenção na taxa de inscrição?

01

Estudantes do último ano do Ensino Médio de escola pública.

02

Estudantes que cursaram todo o Ensino Médio na Rede Pública.


03

Estudantes que tiveram bolsa integral durante o Ensino Médio na rede privada de ensino e tem renda familiar por pessoa igual ou menor que um salário mínimo.

04

Estudante que está em situação de vulnerabilidade, comprovada por ser membro de família baixa-renda que possua Número de Identificação Social - NIS.

Como solicitar isenção?

- 01 Acesse o site do Inep 
- 02 Clique em “Justificativa de ausência/isenção”
- 03 Responda a pergunta feita pela assistente para prosseguir
- 04 Preencha seus dados
- 05 Clique no botão “Iniciar justificativa de ausência/isenção”
- 06 Clique em “li e concordo” em seguida preencha seus dados de endereço
- 07 Se você se inscreveu e não compareceu no ano anterior deve justificar sua ausência
- 08 Responda ao questionário acerca do ensino médio
- 09 Informe o número do “NIS” Número de Identificação social
- 10 Responda ao questionário e clique em enviar.

Conhecendo a prova de Ciências Humanas a partir das competências e habilidades

A prova de Ciências Humanas engloba as disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Cada área de conhecimento possui sua própria Matriz de Referência, composta por Habilidades e Competências.

O que são competências?

Para o MEC, competências são as “modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que se utiliza para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer” (BRASIL, 2024). Cada competência é composta por um conjunto de cinco habilidades.

O que são habilidades?

Habilidades decorrem das competências adquiridas e referem-se “ao plano imediato do saber fazer” (BRASIL, 2024).

Objetos

Além das Competências e Habilidades, cada área do conhecimento possui “Objetos de conhecimento” associados às matrizes de referência.

Eixos cognitivos

Além das Competências e Habilidades por área de conhecimento, o Enem possui “eixos cognitivos” comuns a todas as áreas.

DOMINAR LINGUAGENS

Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.

COMPREENDER FENÔMENOS

Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos históricogeográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.

ENFRENTAR SITUAÇÕES-PROBLEMA

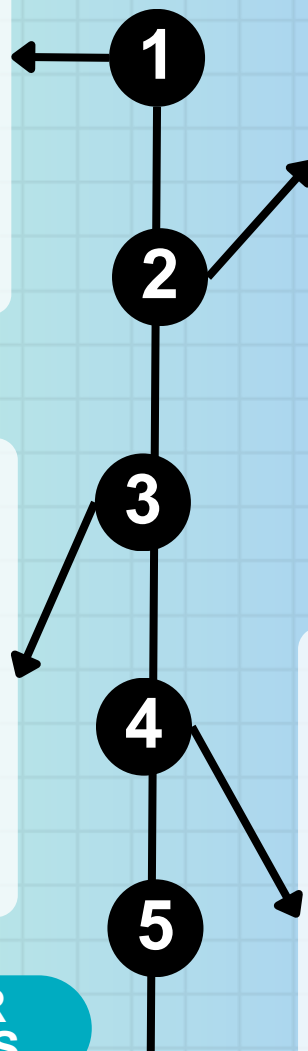
Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.

CONSTRUIR ARGUMENTAÇÃO

Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.

ELABORAR PROPOSTAS

Elaborar propostas (EP): recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.



Objetos de conhecimento

Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade: Cultura Material e imaterial; patrimônio e diversidade cultural no Brasil. A Conquista da América. Conflitos entre europeus e indígenas na América colonial. A escravidão e formas de resistência indígena e africana na América. História cultural dos povos africanos. A luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira. História dos povos indígenas e a formação sócio-cultural brasileira. Movimentos culturais no mundo ocidental e seus impactos na vida política e social.

Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado: Cidadania e democracia na Antiguidade; Estado e direitos do cidadão a partir da Idade Moderna; democracia direta, indireta e representativa. Revoluções sociais e políticas na Europa Moderna. Formação territorial brasileira; as regiões brasileiras; políticas de reordenamento territorial. As lutas pela conquista da independência política das colônias da América. Grupos sociais em conflito no Brasil imperial e a construção da nação. O desenvolvimento do pensamento liberal na sociedade capitalista e seus críticos nos séculos XIX e XX. Políticas de colonização, migração, imigração e emigração no Brasil nos séculos XIX e XX. A atuação dos grupos sociais e os grandes processos revolucionários do século XX: Revolução Bolchevique, Revolução Chinesa, Revolução Cubana. Geopolítica e conflitos entre os séculos XIX e XX: Imperialismo, a ocupação da Ásia e da África, as Guerras Mundiais e a Guerra Fria

Objetos de conhecimento

Os sistemas totalitários na Europa do século XX: nazi-fascista, franquismo, salazarismo e stalinismo. Ditaduras políticas na América Latina: Estado Novo no Brasil e ditaduras na América. Conflitos político-culturais pós-Guerra Fria, reorganização política internacional e os organismos multilaterais nos séculos XX e XXI. A luta pela conquista de direitos pelos cidadãos: direitos civis, humanos, políticos e sociais. Direitos sociais nas constituições brasileiras. Políticas afirmativas. Vida urbana: redes e hierarquia nas cidades, pobreza e segregação espacial.

Características e transformações das estruturas produtivas: Diferentes formas de organização da produção: escravismo antigo, feudalismo, capitalismo, socialismo e suas diferentes experiências. Economia agro-exportadora brasileira: complexo açucareiro; a mineração no período colonial; a economia cafeeira; a borracha na Amazônia. Revolução Industrial: criação do sistema de fábrica na Europa e transformações no processo de produção. Formação do espaço urbano-industrial. Transformações na estrutura produtiva no século XX: o fordismo, o toyotismo, as novas técnicas de produção e seus impactos. A industrialização brasileira, a urbanização e as transformações sociais e trabalhistas. A globalização e as novas tecnologias de telecomunicação e suas consequências econômicas, políticas e sociais. Produção e transformação dos espaços agrários. Modernização da agricultura e estruturas agrárias tradicionais. O agronegócio, a agricultura familiar, os assalariados do campo e as lutas sociais no campo. A relação campo-cidade.

Objetos de conhecimento

Os domínios naturais e a relação do ser humano com o ambiente: Relação homem-natureza, a apropriação dos recursos naturais pelas sociedades ao longo do tempo. Impacto ambiental das atividades econômicas no Brasil. Recursos minerais e energéticos: exploração e impactos. Recursos hídricos; bacias hidrográficas e seus aproveitamentos. As questões ambientais contemporâneas: mudança climática, ilhas de calor, efeito estufa, chuva ácida, a destruição da camada de ozônio. A nova ordem ambiental internacional; políticas territoriais ambientais; uso e conservação dos recursos naturais, unidades de conservação, corredores ecológicos, zoneamento ecológico e econômico. Origem e evolução do conceito de sustentabilidade. Estrutura interna da terra. Estruturas do solo e do relevo; agentes internos e externos modeladores do relevo. Situação geral da atmosfera e classificação climática. As características climáticas do território brasileiro. Os grandes domínios da vegetação no Brasil e no mundo.

Representação espacial: Projeções cartográficas; leitura de mapas temáticos, físicos e políticos; tecnologias modernas aplicadas à cartografia.

Temáticas prioritárias



Habilidades

01

Analisar

02

Identificar

03

Reconhecer

04

Selecionar

05

Comparar

06

Relacionar

07

Interpretar

08

Associar

Competência de área 1 - Compreender os elementos culturais que constituem as identidades

01

Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

02

Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.

03

Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.

04

Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.

05

Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

Objeto: História cultural dos povos africanos.

Questão 83

enem2021

No seio de diversos povos africanos, nomeadamente no antigo Reino do Congo, existem testemunhos gráficos de que a escrita tomava várias formas. Exemplo disso são as tampas de panela esculpidas em baixo-relevo do povo Woyo (região de Cabinda), com cenas e provérbios do cotidiano, desenhos na terra ou areia, imagens gravadas ou inscritas nos bastões de chefe ou em pedras sagradas, mas, sobretudo, movimentos do corpo humano inscritos num gestual familiar. Entre os Woyo existia o costume de os pais oferecerem aos filhos testos ou tampas de panelas entalhados, transmitindo uma espécie de recado, com signos codificados que traduziam orientações para conseguir uma boa relação conjugal, ter sensatez na escolha do cônjuge e estar alerta para as dificuldades do casamento.

RODRIGUES, M. R. A. M.; TAVARES, A. C. P. Singularidades museológicas de uma tábua com esculturas em diálogo: do alambamento ao casamento em Cabinda (Angola). *Anais do Museu Paulista*, n. 2, maio-ago. 2017 (adaptado).

Para o povo Woyo, os artefatos culturais mencionados no texto cumprem a função de uma

- A** pedagogia dos costumes sociais.
- B** imposição das formas de comunicação.
- C** desvalorização dos comportamentos da juventude.
- D** destituição dos valores do matrimônio.
- E** etnografia das celebrações religiosas.

Enem 2021

Habilidade 2: Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.

**Objeto: Cultura Material e imaterial;
patrimônio e diversidade cultural no
Brasil.**

Questão 49 - enem2021

TEXTO I

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um bem comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.

Carta de Veneza, 31 de maio de 1964. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 7 out. 2019.

TEXTO II

Os sistemas tradicionais de proteção se mostram cada vez menos eficientes diante do processo acelerado de urbanização e transformação de nossa sociedade. A legislação de proteção peca por considerar o monumento, até certo ponto, desvinculado da realidade socioeconômica. O tombamento, ao decretar a imutabilidade do monumento, provoca a redução de seu valor venal e o abandono, o que é uma causa, ainda que lenta, de destruição inevitável.

TELLES, L. S. *Manual do patrimônio histórico*. Porto Alegre; Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977 (adaptado).

Escritos em temporalidade histórica aproximada, os textos se distanciam ao apresentarem pontos de vista diferentes sobre a(s)

- A** ampliação do comércio de imagens sacras.
- B** substituição de materiais de valor artístico.
- C** políticas de conservação de bens culturais.
- D** defesa da privatização de sítios arqueológicos.
- E** medidas de salvaguarda de peças museológicas.

Enem 2021

Habilidade 4: Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.

Objeto: Movimentos culturais no mundo ocidental e seus impactos na vida política e social.

Questão 77



Fala-se aqui de uma arte criada nas ruas e para as ruas, marcadas antes de tudo pela vida cotidiana, seus conflitos e suas possibilidades, que poderiam envolver técnicas, agentes e temas que não fossem encontrados nas instituições mais tradicionais e formais.

VALVERDE, R. R. H. F. Os limites da inversão: a heterotopia do Beco do Batman. *Boletim Goiano de Geografia* (Online). Goiânia, v. 37, n. 2, maio/ago. 2017 (adaptado).

A manifestação artística expressa na imagem e apresentada no texto integra um movimento contemporâneo de

- A** regulação das relações sociais.
- B** apropriação dos espaços públicos.
- C** padronização das culturas urbanas.
- D** valorização dos formalismos estéticos.
- E** revitalização dos patrimônios históricos.

Enem 2019

Habilidade 5: Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

Competência de área 2 - Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

06

Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.

07

Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações

08

Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.

09

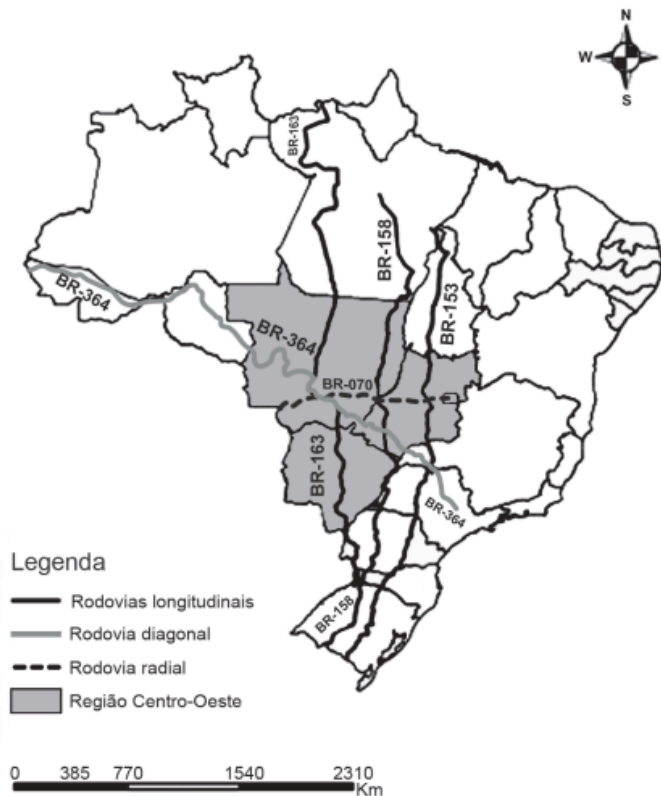
Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.

10

Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.

Objeto: Produção e transformação dos espaços agrários. Modernização da agricultura e estruturas agrárias tradicionais.

Questão 65



O conjunto representado pelo agronegócio demanda condições específicas que passam a ser exigidas dos territórios. Como há uma elevação da formação de fluxos, materiais e imateriais, a crescente articulação com as escalas que vão do local ao global terminam por pressionar o Estado a agir visando uma instalação no território de fixos diversos, bem como de uma regulação específica.

LIMA, R. C.; PENNA, N. A. A logística de transportes do agronegócio em Mato Grosso (Brasil). *Confin*, n. 26, fev. 2016.

O mapa e o texto se complementam indicando que a expansão das rodovias se deu como resposta ao(à)

- A alteração da matriz econômica.
- B substituição do modal hidroviário.
- C retração do contingente demográfico.
- D projeção do escoamento produtivo.
- E estagnação de lavouras policultoras.

Enem 2020

Habilidade 6: Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.

Questão 75

enem2020enem2020enem2020

Afirmar que a cartografia da época moderna integrou o processo de invenção da América por parte dos europeus significa que os conhecimentos dos ameríndios sobre o território foram ignorados pela cartografia europeia ou que eles foram privados de sua representação territorial e da autoridade que seus conhecimentos tinham sobre o espaço.

OLIVEIRA, T. K. Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. *Revista Brasileira de História*, n. 68, 2014 (adaptado).

Na análise contida no texto, a representação cartográfica da América foi marcada por

- A** asserção da cultura dos nativos.
- B** avanço dos estudos do ambiente.
- C** afirmação das formas de dominação.
- D** exatidão da demarcação das regiões.
- E** aprimoramento do conceito de fronteira.

Enem 2020

Habilidade 7: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

Competência de área 3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

11

Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

12

Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

13

Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

14

Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

15

Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

Objeto: A escravidão e formas de resistência indígena e africana na América.

Questão 85

enem2021

Escravo fugido

No dia 8 de Outubro do anno proximo passado fugio da fazenda do Bom Retiro, propriedade do dr. Francisco Antonio de Araújo, o escravo José, pardo claro, de 22 annos de idade, estatura regular, cheio de corpo, com a falta de um dente na frente do lado superior, cabellos avermelhados, orelha roxa, falla macia, e andar vagaroso. Intitula-se forro, e quando fugio a primeira vez esteve contratado como camarada em uma fazenda em Capivary.

Quem o aprehender e entregar ao seu senhor no Amparo, ou o recolher a cadêa em qualquer parte será bem gratificado, e protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o ac outar.

15 - 13

Escravo fugido. *Jornal Correio Paulistano*, 13 de abril de 1879. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 2 ago. 2019 (adaptado).

No anúncio publicado na segunda metade do século XIX, qual a estratégia de resistência escrava apresentada?

- A** Criação de relações de trabalho.
- B** Fundação de territórios quilombolas.
- C** Suavização da aplicação de normas.
- D** Regularização das funções remuneradas.
- E** Constituição de economia de subsistência.

Enem 2021

Habilidade 11: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

QUESTÃO 81

Decreto-Lei n. 1 949, de 27/12/1937

Art. 1º Fica criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), diretamente subordinado ao presidente da República.

Art. 2º O DIP tem por fim:

h) coordenar e incentivar as relações da imprensa com os poderes públicos no sentido de maior aproximação da mesma com os fatos que se ligam aos interesses nacionais;

n) autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos.

BRASIL apud CARONE, E. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1982 (adaptado).

Com base nos trechos do decreto, as finalidades do órgão criado permitiram ao governo promover o(a)

- A diversificação da opinião pública.
- B mercantilização da cultura popular.
- C controle das organizações sindicais.
- D cerceamento da liberdade de expressão.
- E privatização dos meios de comunicação.

Enem 2022

Habilidade 12: Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

Objeto: A luta pela conquista de direitos pelos cidadãos: direitos civis, humanos, políticos e sociais.

Questão 80

A Revolta da Vacina (1904) mostrou claramente o aspecto defensivo, desorganizado, fragmentado da ação popular. Não se negava o Estado, não se reivindicava participação nas decisões políticas; defendiam-se valores e direitos considerados acima da intervenção do Estado.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987 (adaptado).

A mobilização analisada representou um alerta, na medida em que a ação popular questionava

- A** a alta de preços.
- B** a política clientelista.
- C** as reformas urbanas.
- D** o arbítrio governamental.
- E** as práticas eleitorais.

Enem 2019

Habilidade 13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

Competência de área 4 - Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

16

Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.

17

Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção.

18

Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações sócio-espaciais.

19

Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano.

20

Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.

Questão 52

O processamento da mandioca era uma atividade já realizada pelos nativos que viviam no Brasil antes da chegada de portugueses e africanos. Entretanto, ao longo do processo de colonização portuguesa, a produção de farinha foi aperfeiçoada e ampliada, tornando-se lugar-comum em todo o território da colônia portuguesa na América. Com a consolidação do comércio atlântico em suas diferentes conexões, a farinha atravessou os mares e chegou aos mercados africanos.

BEZERRA, N. R. **Escravidão, farinha e tráfico atlântico: um novo olhar sobre as relações entre o Rio de Janeiro e Benguela (1790-1830)**. Disponível em: www.bn.br. Acesso em: 20 ago. 2014 (adaptado).

Considerando a formação do espaço atlântico, esse produto exemplifica historicamente a

- A** difusão de hábitos alimentares.
- B** disseminação de rituais festivos.
- C** ampliação dos saberes autóctones.
- D** apropriação de costumes guerreiros.
- E** diversificação de oferendas religiosas.

Enem 2019

Habilidade 18: Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações sócio-espaciais.

Objeto: As novas tecnologias de telecomunicação e suas consequências econômicas, políticas e sociais.

Questão 54

enem2021

O uso de novas tecnologias envolve a assimilação de uma cultura empresarial na qual haja a integração entre as propostas de modernização tecnológica e a racionalização. Nem sempre o uso de novas tecnologias é apenas um processo técnico na medida em que pressupõe uma nova orientação no controle do capital, no processo produtivo e na qualificação da mão de obra. Dos diversos efeitos que derivaram dessa orientação, a terceirização, a precarização e a flexibilização aparecem com constância como características do paradigma flexível, em substituição ao modelo taylorista-fordista.

HERÉDIA, V. Novas tecnologias nos processos de trabalho: efeitos da reestruturação produtiva. *Scripta Nova*, n. 170, ago. 2004 (adaptado).

O uso de novas tecnologias relacionado ao controle empresarial é criticado no texto em razão da

- A** operacionalização da tarefa laboral.
- B** capacitação de profissionais liberais.
- C** fragilização das relações de trabalho.
- D** hierarquização dos cargos executivos.
- E** aplicação dos conhecimentos da ciência.

Enem 2021

Habilidade 20: Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.

Competência de área 5 - Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

21

Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social.

22

Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

23

Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.

24

Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

25

Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

Objeto: A luta pela conquista de direitos pelos cidadãos: direitos civis, humanos, políticos e sociais.

Questão 68

enem2021

O protagonismo indígena vem optando por uma estratégia de “des-invisibilização”, valendo-se da dinâmica das novas tecnologias. Em outubro de 2012, após receberem uma liminar lhes negando o direito a permanecer em suas terras, os Guarani de Pyelito Kue divulgaram uma carta na qual se dispunham a morrer, mas não a sair de suas terras. Esse fato foi amplamente divulgado, gerando uma grande mobilização na internet, que levou milhares de pessoas a escolherem seu lado, divulgando a *hashtag* “#somostodosGuarani-Kaiowá” ou acrescentando o sobrenome Guarani-Kaiowá a seus nomes nos perfis das principais redes sociais.

CAPIBERIBE, A.; BONILLA, O. A ocupação do Congresso: contra o que lutam os índios? *Estudos Avançados*, n. 83, 2015 (adaptado).

A estratégia comunicativa adotada pelos indígenas, no contexto em pauta, teve por efeito

- A** enfraquecer as formas de militância política.
- B** abalar a identidade de povos tradicionais.
- C** inserir as comunidades no mercado global.
- D** distanciar os grupos de culturas locais.
- E** angariar o apoio de segmentos étnicos externos.

Enem 2021

Habilidade 21: Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social.

Objeto: Estado e direitos do cidadão a partir da Idade Moderna

Questão 86 enem2020enem2020enem2020

Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão – 1789

Os representantes do povo francês, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Disponível em: www.direitoshumanosusp.br. Acesso em: 7 jun. 2018 (adaptado).

Enem 2020

Esse documento, elaborado no contexto da Revolução Francesa, reflete uma profunda mudança social ao estabelecer a

- A** manutenção das terras comunais.
- B** supressão do poder constituinte.
- C** falência da sociedade burguesa.
- D** paridade do tratamento jurídico.
- E** abolição dos partidos políticos.

Habilidade 22: Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

Competência de área 6 - Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

26

Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

27

Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e(ou) geográficos.

28

Relacionar o uso das tecnologias com os impactos sócio-ambientais em diferentes contextos histórico-geográficos.

29

Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas.

30

Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

Objeto: Relação homem-natureza, a apropriação dos recursos naturais pelas sociedades ao longo do tempo.

QUESTAO 75

O povo Kambeba é o povo das águas. Os mais velhos costumam contar que o povo nasceu de uma gota-d'água que caiu do céu em uma grande chuva. Nessa gota estavam duas gotículas: o homem e a mulher. "Por essa narrativa e cosmologia indígena de que nós somos o povo das águas é que o rio nos tem fundamental importância", diz Márcia Wayna Kambeba, mestre em Geografia e escritora. Todos os dias, ela ia com o pai observar o rio. Ia em silêncio e, antes que tomasse para si a palavra, era interrompida. "Ouça o rio", o pai dizia. Depois de cerca de duas horas a ouvir as águas do Solimões, ela mergulhava. "Confie no rio e aprenda com ele". "Fui entender mais tarde, com meus estudos e vivências, que meu pai estava me apresentando à sabedoria milenar do rio".

Rios amazônicos influenciam no agro e em reservatórios do Sudeste.
Disponível em: www.uol.com.br. Acesso em: 14 out. 2021.

Pelo descrito no texto, o povo Kambeba tem o rio como um(a)

- A** objeto tombado e museográfico.
- B** herança religiosa e sacralizada.
- C** cenário bucólico e paisagístico.
- D** riqueza individual e efêmera.
- E** patrimônio cultural e afetivo.

Enem 2022

Habilidade 26: Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

Objeto: Relação homem-natureza, a apropriação dos recursos naturais pelas sociedades ao longo do tempo.

Questão 88

Enem 2022

Enem 2022

TEXTO I



Rio Tietê, São Paulo (SP). Foto: Delfim Martins/Pulsar.

TEXTO II

O Rio Tietê está morto. Ao menos uma parte dele: 137 quilômetros, para ser mais preciso. Uma pesquisa da Fundação SOS Mata Atlântica mostra que, em 2016, o trecho do rio com qualidade de água classificada como ruim ou péssima começa em Itaquaquecetuba, passa por toda a Região Metropolitana de São Paulo e chega até Cabreúva, já no interior de São Paulo. Nesse trecho, a água não tem oxigênio suficiente para abrigar vida.

Disponível em: <http://epoca.globo.com>. Acesso em: 7 dez. 2017 (adaptado).

Considerando a análise dos textos, a condição atual desse rio tem como origem a

- A** valorização do sítio urbano.
- B** extinção da vegetação nativa.
- C** recepção de densa carga de dejetos.
- D** captação desordenada do regime pluvial.
- E** expansão do uso de defensivos químicos.

Habilidade 26: Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

Quadros de análise

Os quadros de análise tem como objetivo auxiliar os estudantes a treinar as habilidades exigidas pelo Enem.

Análise de texto/fonte escrita
Data e local:
Período Histórico:
Autor/autores:
Gênero textual: (Artigo de opinião, relato, notícia etc):
Ideia central:
Argumentos que defendem a ideia central do texto:

Análise de imagem

Data e local:

Período Histórico:

Autor/autores:

Categoria (pintura, fotografia):

Elementos em destaque:

Descrição da imagem:

Personagens:

Tema central:

Qual mensagem a imagem tenta passar?

Quadros de análise

Caro estudante, observe os exemplos e veja como utilizar os quadros de análise.

Enem 2023

QUESTÃO 72

TEXTO I

Por hora, apenas os mais abastados poderão sonhar em viajar ao espaço, seja por um foguete ou por um avião híbrido, mas toda a população global poderá sentir os efeitos dessas viagens e avanços tecnológicos. Para uma aventura dessas, as empresas tiveram que criar novas tecnologias que podem, em algum momento, voltar para a sociedade. A câmera fotográfica, hoje comum no mundo, antes foi uma invenção para ser usada em telescópios, e o titânio, usado até na medicina, foi desenvolvido para a construção de foguetes.

ORLANDO, G. *Corrida espacial dos bilionários pode trazer vantagens para todos.* Disponível em: <https://noticias.r7.com>. Acesso em: 5 nov. 2021 (adaptado).

TEXTO II

BILIONÁRIOS LANÇAM NOVA ERA DE VIAGENS AO ESPAÇO...



CAZO. Disponível em: www.humorpolitico.com.br. Acesso em: 5 nov. 2021.

Análise de texto/fonte escrita: Texto I

Data e local em que o texto foi escrito: **Novembro de 2021.**

Período Histórico a que o texto se refere: **Contemporâneo**

Autor/autores: **Orlando G.**

Gênero textual: (Artigo de opinião, relato, notícia etc): **Notícia**

Ideia central: **Viagem ao espaço restrita aos mais abastados mas que podem resultar em tecnologias que beneficiam toda a população.**

Argumentos que defendem a ideia central do texto: **Para esse tipo de atividade as empresas precisariam investir em tecnologia que depois podem voltar para a sociedade. Como em outros momentos históricos em que as tecnologias foram inventadas para um determinado fim e voltaram para a sociedade de outra maneira como a câmera fotográfica e o titânio.**

Análise de imagem: **Texto II**

Data e local: **Novembro de 2021.**

Período Histórico:

Autor/autores: **Cazo.**

Categoria (pintura, fotografia): **Charge**

Elementos em destaque: **Parte do texto: “Paz” e “Não confie”**

Descrição da imagem: **A imagem retrata a chegada do Homem em outro planeta com uma mensagem de paz, ao mesmo tempo que mostra um índigena se comunicando com um dos moradores do novo planeta. O índigena faz um alerta afirmando que não se pode confiar na mensagem de paz.**

Tema central: **A chegada do Homem em outro planeta**

Personagens: **Astronauta, Extraterrestre e índigena.**

Qual mensagem a imagem tenta passar? **A charge faz uma comparação entre a expansão espacial e a expansão territorial ocorrida na Idade Moderna, comparando a chegada do homem no espaço com a chegada do europeu à América de forma negativa.**

Pontos de vista

Enunciado

Os textos apresentam perspectivas da nova corrida espacial que revelam, respectivamente:

- A Dependência e progresso.
- B Expectativa e desconfiança.
- C Angústia e adaptação.
- D Pioneirismo e retrocesso.
- E Receio e civilidade.

Ideia central: Viagem ao espaço restrita aos mais abastados mas que podem resultar em tecnologias que beneficiam toda a população.

Expectativa

Desconfiança

Descrição da imagem: A imagem retrata a chegada do Homem em outro planeta com uma mensagem de paz, ao mesmo tempo que mostra um indígena se comunicando com um dos moradores do novo planeta. O indígena faz um alerta afirmando que não se pode confiar na mensagem de paz.

Exercícios

Questão 1

TEXTO I

Entrevista Abdias do Nascimento, escritor, político e militante do movimento negro:

“Os cultos afro-brasileiros eram uma questão de polícia. Dava cadeia. Até hoje, nos museus da polícia do Rio de Janeiro ou da Bahia, podemos encontrar artefatos culturais retidos. São peças que provavam a suposta delinquência ou anormalidade mental da comunidade negra. Na Bahia, o Instituto Nina Rodrigues mostra exatamente isso: que o negro era um camarada doente da cabeça por ter sua própria crença, seus próprios valores, sua liturgia e seu culto. Eles não podiam aceitar isso.”

Retirado do Portal Afro: <https://www.portalafro.com.br/entrevistas/abdias/internet/abdias.html> acessado em 25/06/2024.

TEXTO II

“Uma nova estátua de Iemanjá foi inaugurada na manhã deste domingo (2) na Praia do Meio, Zona Leste de Natal. O evento contou com a participação de diferentes grupos religiosos, além de admiradores e curiosos. A data de inauguração não foi escolhida por acaso. O dia 2 de fevereiro é o "Dia de Iemanjá" - a maior festa em honra ao orixá.

A nova escultura substitui outra mais antiga, que foi alvo de ações de vandalismo e intolerância religiosa. Considerada a rainha dos mares e dos oceanos, Iemanjá é uma divindade das religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, mas pessoas de diferentes crenças a cultuam.”

Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/02/02/nova-estatuade-ianjanja-e-inaugurada-na-praia-do-meio-em-natal.ghtml> acesso em; 03.06.2024

Os textos apresentam informações acerca das religiões de matriz africana. Desse modo, podemos concluir:

a) Houve uma ruptura no que diz respeito à religiosidade africana, com o passar do tempo seus costumes passaram por modificações e desse modo, foram aceitos pela sociedade.

b) O texto II reforça a permanência da intolerância religiosa mencionada no texto I, a religiosidade de origem africana ainda é alvo de perseguições e preconceito por parte da população.

c) Os textos abordam dois assuntos diferentes, uma vez que o texto I refere-se ao passado e o texto II ao tempo presente.

d) Durante algum tempo as religiões de matriz africana foram alvo de preconceito, no entanto, conforme afirma o texto II, atualmente essas religiões passaram a ser mais aceitas pela sociedade tendo em vista a presença de símbolos e estátuas que enaltecem essas religiões.

e) As práticas mencionadas no texto I eram consequências da falta de investimento do Estado em estátuas e simbolismos que remetessem às religiões de matriz africana.

Questão 2



Foto em domínio público, de autor desconhecido, do acervo da Prefeitura de Mossoró mostra Celina votando em 1928.

“Em 11 de julho de 1972, morria uma pioneira: a professora potiguar que entrou para a história como a primeira eleitora mulher registrada a votar no país. Mas não foi só pela participação nas urnas que Celina Guimarães Viana (1890-1972) demonstrava ser uma cidadã à frente do seu tempo. “Ela exerceu protagonismo ativista em seu trabalho, sendo uma professora que, naquele início de século, praticava uma educação

progressista”, comenta a socióloga e cientista política Mayra Goulart, professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além disso, ela atuou como juíza de futebol entre 1917 e 1919 — muito possivelmente, foi a primeira mulher brasileira a apitar jogos, embora não haja registro oficial.”

Disponível em:

[bbc.com/portugues/brasil](https://www.bbc.com/portugues/brasil) acesso em 03/06/2024

O voto de Celina Guimarães representou para a sociedade da época:

a) O resultado de um processo de luta dos movimentos sociais que estavam em busca do voto feminino.

b) Consequência da legislação da época que permitia o voto feminino.

c) Afastamento das mulheres em relação à política.

d) A permanência da cidadania passiva de um grupo da sociedade.

e) Vitória de interesses de uma parcela da sociedade.

Questão 3

“Estudantes, servidores e ativistas pelos Direitos Humanos protocolaram na Reitoria da UFRN um pedido de diplomação post mortem a Emmanuel Bezerra, potiguar morto pela ditadura em 1973, aos 26 anos. Bezerra era aluno do curso de Ciências Sociais e teve seus estudos interrompidos em 1968 após ser preso.”

Disponível

em:

<https://saibamais.jor.br/2024/04/pedido-de-diplomacao-post-mortem-a-emmanuel-bezerra-e-protocolado/> acesso em: 20/08/2024.

A importância da ação mencionada no texto acima reside:

- a) Na abertura de um processo de investigação para apurar as circunstâncias da morte de Emmanuel Bezerra.
- b) Na tentativa de reescrever a História oficial e prestar homenagem aos membros do Regime Militar.
- c) Seu valor é questionável, considerando que Emmanuel Bezerra não obteve o reconhecimento formal de seu diploma durante sua vida.
- d) Na representação de anseios individuais, uma vez que só diz respeito a Emmanuel Bezerra.
- e) Representa uma tentativa de reparação histórica às vítimas da Ditadura Militar.

Questão 4

“A história é invocada de forma primordial na constituição de uma identidade étnica. Fazer parte de uma comunidade étnica é uma declaração pública de que se compartilha com outros membros dessa comunidade, em maior ou menor grau, [...] uma história comum. Pois é nisso que a identidade étnica difere de outros tipos de identidade: sua razão última é, pressupõe-se, de natureza histórica.” (GUIMARÃES, 2006, p.46).

A relação entre história e identidade étnica consiste em:

a) A história é um elemento secundário na construção da identidade étnica, sendo mais importante a experiência individual de cada membro do grupo.

b) A construção da identidade étnica não segue um padrão, desse modo, não há relação com a história compartilhada pelos membros do grupo.

c) A história compartilhada é um elemento fundamental na construção da identidade étnica, pois ela fornece um senso de pertencimento e continuidade ao grupo.

d) A identidade étnica permanece estática ao longo do tempo e não sofre influência de novas narrativas históricas.

e) A história comum não tem peso na formação de uma identidade étnica, sendo outros elementos como a cultura e a língua mais determinantes.

Questão 5

TEXTO I

“O elemento negro não fora decisivo ou indispensável no trabalho da agricultura ou pecuária. [...] Economicamente o escravo não foi indispensável no Rio Grande do Norte e, etnicamente, constituiu uma constante e jamais um determinante.” (CASCUDO, 1984, p.47-49).

CASCUDO, Luís da C. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TEXTO II

“Outra evidência da importância da presença negra na capitania, em 1722, é a segunda igreja construída na Cidade do Natal, que foi dedicada à Nossa Senhorado Rosário dos Pretos, com o fim de prestar assistência espiritual a essa parcela da população.” (SOUZA, DIAS, 2021, p.22)

SOUZA, Juliana Teixeira; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Org.). Escravidão no Rio Grande do Norte. (Série Produtos didáticos para o ensino da história). Natal: EDUFRN, 2021.

Acerca dos fragmentos acima, marque a alternativa correta:

- a) O texto I minimiza a presença negra no Rio Grande do Norte enquanto o texto II evidencia a importância da presença negra no estado.
- b) Os textos se complementam, uma vez que evidenciam a importância da presença negra no estado.
- c) O texto I evidencia a presença negra no Rio Grande do Norte, enquanto o texto II minimiza a presença dos negros no estado.
- d) Os textos defendem o mesmo ponto de vista.
- e) A falta de evidências fragiliza os argumentos de ambos os textos.

Questão 6

“Os anos de 1920 formaram a década em que alguns oficiais de baixa patente promoveram uma série de revoltas contra o governo federal e as oligarquias que governavam os Estados. As mais conhecidas delas foi a Revolta do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, e a Coluna Prestes, formada por militares rebeldes, principalmente de São Paulo e do Rio Grande do Sul, e liderada por Luís Carlos Prestes, Juarez Távora e Miguel Costa. A Coluna percorreu cerca de vinte e cinco mil quilômetros pelo interior do país, fazendo uma “guerra de movimentos” e enfrentando as forças do governo. Em suas andanças, a Coluna Prestes passou pelo Rio Grande do Norte e atacou duas cidades do Alto Oeste potiguar: São Miguel e Luiz Gomes. Todavia, as notícias que antecederam os ataques inquietaram a população de vários outros municípios do Estado”.

Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/colunas/artigos/a-coluna-prestes-no-rio-grande-do-norte-ii/> acesso em 05 de junho de 2024.

As revoltas citadas no texto acima foram iniciadas pelo movimento que ficou conhecido como:

- a) Coronelismo
- b) Cartismo
- c) Os caras-pintadas
- d) Tenentismo
- e) Oligarquias

Questão 7

TEXTO I

“A memória não é um simples lembrar ou recordar, mas revela uma das formas fundamentais de nossa existência, que é a relação com o tempo, e, no tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado. A memória é o que confere sentido ao passado como diferente do presente (mas fazendo ou podendo fazer parte dele) e do futuro (mas podendo permitir esperá-lo e compreendê-lo).”

CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1995 (fragmento).

TEXTO II



Foto: Memorial da Resistência, Mossoró. Blog do Mendes e Mendes. Disponível em: <https://blogdomendesemendes.blogspot.com/2014/06/o-memorial-da-resistencia-em-mossoro.html> acesso em 20 de agosto de 2024.

As perspectivas acerca da memória abordadas pelos dois textos:

- a) Se complementam, uma vez que apresenta a memória como a privação de nossa relação com o presente, preservando o passado.
- b) Se relacionam, uma vez que o texto I define memória como o potencial de evocar o passado e o texto II apresenta um espaço de memória da cidade de Mossoró.
- c) O texto I trata acerca da memória pelo viés filosófico e o texto II trata-se de uma exposição, apresentando perspectivas que não se relacionam.
- d) Se opõem, uma vez que o texto I apresenta a memória como o esforço de apagar o passado e o texto II se trata de um espaço que enaltece o passado.
- e) Se relacionam, uma vez que dão importância à memória afetiva. Ambos tratam acerca da luta pela preservação dos fatos do presente.

Questão 8

“Ginga com tapioca vira patrimônio imaterial do Rio Grande do Norte”

A governadora do estado, Fátima Bezerra (PT) sancionou uma lei que considera como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio Grande do Norte a Ginga com Tapioca - um prato típico da capital potiguar.

A sanção foi publicada nesta quinta-feira (31) no Diário Oficial do Estado. O prato é feito basicamente da combinação da tapioca, feita da goma de mandioca e coco, com a gíngua - um pequeno peixe frito em óleo com azeite de dendê, espetado e colocado como recheio da tapioca. A iguaria é encontrada e apreciada principalmente nas praias da capital potiguar. Tradicionalmente, a origem do prato é atribuída a pescadores da praia da Redinha, na Zona Norte da capital.

Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2019/01/31/gingua-com-tapioca-vira-patrimonio-imaterial-do-rio-grande-do-norte.ghtml> acesso em 20.08.2024.

Entre os bens que compõem o patrimônio nacional, o que pertence à mesma categoria citada no texto está representado em:

a) Centro Histórico de Olinda (PE)



Foto: Walber Moura.

b) Ilhas Atlânticas - Fernando de Noronha e Atol das Rocas (PE/RN)



Foto: Bruno Lima.

c) Parque nacional Serra da Capivara (PI)



Foto: Maurício Pokemon

d) Centro Histórico de São Luís (MA)



Foto: Douglas Júnior

e) Frevo



Foto: Acervo prefeitura de Recife

Questão 9

Texto para as questões 9 e 10:

“No início da década de 1990, a estatal conhecida como Petrobrás realizou uma expedição ao sítio arqueológico e à comunidade do Lajedo de Soledade. A visita contava com geólogos, arqueólogos e ambientalistas que se preocuparam com a preservação e conservação do legado histórico, cultural e natural contido na comunidade de Soledade. A partir disso, a empresa buscou firmar uma parceria com personalidades locais que poderiam se engajar e tivessem interesse em travar uma luta, para que a preservação de um sítio tão rico fosse concretizada. O nome mais conveniente e lógico naquele momento foi o de Maria Auxiliadora (Dodora), que já possuía alguns anos de luta pela causa. A parceria resultou no que hoje conhecemos como Fundação dos Amigos do Lajedo de Soledade (FALS).

Atrelado ao surgimento da FALS, também houve vários outros incentivos e iniciativas que buscavam incluir a própria comunidade, dentre elas, o treinamento de guias-mirins, delimitação de áreas, criação de trilhas, perfuração de um poço comunitário e a construção de um centro de pesquisa e visitação, que posteriormente ficou conhecido como Museu. O sítio arqueológico Lajedo de Soledade, é um dos mais importantes do Brasil e a maior exposição de rocha calcária da Bacia Potiguar, quando um mar raso cobria a região. O surgimento da estrutura calcária é consequência do recuo do mar e a formação de mini cânions, fendas e cavernas foi resultado de erosões causadas por chuvas e correntes que esculpiram o calcário.”

Disponível em: lajedosoledade.org.br. Acesso em: 11 de junho de 2024.

A importância da preservação do Sítio Arqueológico Lajedo Soledade consiste em:

- Ampliar os espaços de convivência do município.
- Valorização do patrimônio histórico, cultural e científico que conta a história das origens de um povo.
- Ampliar a receita do município, uma vez que o território pode ser explorado por empresas privadas.
- Ampliação dos limites territoriais do município.
- Valorização da presença de capital privado na região.

Questão 10

De acordo com o texto a FALS foi criada com o objetivo de:

- a) Gerar renda a partir da exploração do Lajedo Soledade.
- b) Regulamentar a exploração do Lajedo.
- c) Descobrir novos locais de exploração;
- d) Preservar o patrimônio histórico do lajedo soledade e conscientizar a população acerca da sua importância.
- e) Financiar as pesquisas desenvolvidas no Lajedo Soledade.

Questão 11

“Pernambucanos [...] o povo está contente, já não há distinção entre Brasileiros, e europeus, todos se conhecem irmãos, descendentes da mesma origem [...] Um governo provisório iluminado escolhido entre todas as ordens do Estado, preside a vossa felicidade [...] Vós vereis consolidar-se a vossa fortuna, vós sereis livres do peso de enormes tributos, que gravam sobre vós; o vosso, e nosso País [= Pernambuco] subirá ao ponto de grandeza, que há muito o espera, e vós colhereis o fruto dos trabalhos e do zelo dos vossos Cidadãos. Ajudai-os com [...] a vossa aplicação à agricultura, uma nação rica é uma nação poderosa. A Pátria é a nossa mãe comum, vós sois seus filhos, sois descendentes dos valorosos

usos, sois Portugueses, sois Americanos, sois Brasileiros, sois Pernambucanos.” Proclamação do Governo Provisório Revolucionário de Pernambuco, em 9 de março de 1817.

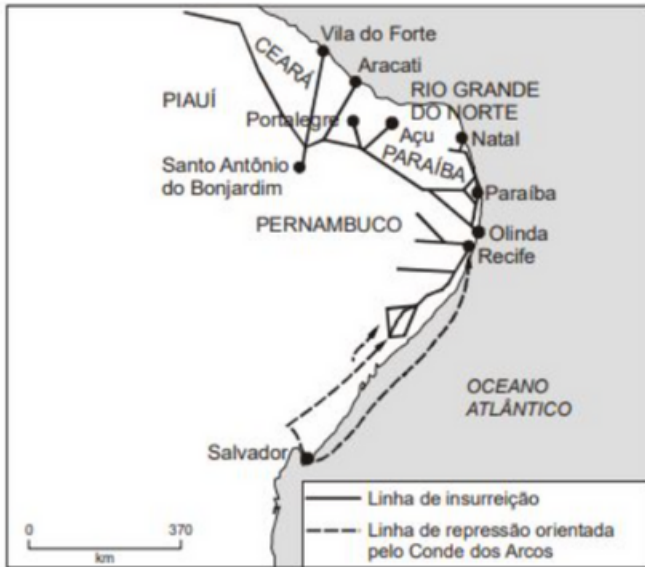
Proclamação do Governo Provisório Revolucionário de Pernambuco, em 9 de março de 1817.

Com base na leitura do texto é correto afirmar:

- a) A Revolução Pernambucana de 1817 foi um movimento separatista, motivado pela insatisfação com a presença portuguesa, crise econômica e a cobrança de impostos.
- b) Apesar de ter sido motivado pela insatisfação com as leis portuguesas, a Revolução Pernambucana de 1817 não teve como objetivo a independência do Brasil.
- c) A Revolução Pernambucana foi um movimento luso-brasileiro pelo fim da cobrança de impostos pela igreja católica.
- d) A Revolução Pernambucana de 1817 foi um movimento de caráter separatista financiado pela coroa portuguesa.
- e) O movimento revolucionário pernambucano de 1817 valorizava a cobrança de tributos.

Questão 12

Área de influência da Insurreição de 1817



(In: Antonio P. Rezende e Maria T. Didier. **Rumos da História**. São Paulo: Atual, 2001. p.358)

A partir do mapa, é possível afirmar:

- A participação da região Norte na Revolução foi impulsionada por um conjunto de fatores, incluindo a insatisfação com a metrópole, as desigualdades sociais e a influência das ideias iluministas.
- A linha de repressão iniciada no Ceará revela a centralização do poder no Rio de Janeiro.
- A Revolução isolou o estado de Pernambuco.
- Houve avanço para os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A linha de repressão partiu de Salvador.
- A falta de apoio explícito de outros estados não significa o isolamento de Pernambuco.

Questão 13

“Contudo, liberdade e cidadania não seriam práticas adotadas pelo governo que se dizia liberal. Governo que optou pela permanência da escravidão ou, como na época, alguém declarou: “essa questão fica para depois”. As elites agrárias podiam até se posicionar anticolonialistas ou liberais. Porém, tais olhares não incluíam o antiescravismo. Tal posição não era válida apenas em Pernambuco, mas em todo o Brasil. Boa parte dos proprietários de escravos e de terras que apoiaram a revolução, tencionando manter seus privilégios, desejava a permanência da ordem escravista. Até porque, quando a ideia de acabar com a escravidão passou a ser ventilada, esses setores ameaçaram retirar o apoio atribuído ao movimento.”

ABI-RAMIA, GEANNE. *A Revolução Pernambucana*, 2016. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/revolucao-pernambucana.htm>, acesso em 13 de junho de 2024.

O texto apresenta a seguinte contradição presente no discurso e nas práticas políticas das elites brasileiras do século XIX:

- O apoio à independência do Brasil e a oposição às ideias liberais.
- A defesa da liberdade e da cidadania, ao mesmo tempo em que se mantinha a escravidão.
- A defesa do liberalismo econômico e a intervenção estatal na economia.

d) A adesão aos ideais republicanos e a manutenção da monarquia.

e) A defesa do voto universal e a exclusão dos analfabetos das eleições.

Questão 14

"... amanhã, o senhor passará em Currais Novos, município de que sou representante; ali não haverá foguete, banquete, falação e é provável que não lhe apareça ninguém com intuito de manifestação: vai o senhor se hospedar na casa do meu sobrinho Sérvulo Pires.

porque o senhor anda aqui atrás de voto e não de manifestações política; tenho no meu município o que outro no Estado provavelmente não tenha 800 eleitores que tenho em Currais Novos são seus de "porteira batida" e mais nos municípios vizinhos que ouvirem minha orientação política..."

MELO, Manoel Rodrigues de. Patriarcas e carreiros: influência do coronel e do carro de boi na sociedade rural do nordeste. 3. ed. Natal: Ed. Universitária da UFRN, 1985

O texto acima faz referência a uma prática política caracterizada pela concentração de poder dos grandes proprietários de terra que exerciam influência política e econômica na região. Essa prática foi nomeada como:

- a) Partidarismo
- b) Sionismo
- c) Tenentismo

d) Clientelismo

e) Coronelismo

Questão 15

TEXTO I



Quadro mostra massacre em Cunhaú, no Rio Grande do Norte. Imagem pintada por Padre Eladio — Foto: BBC/Divulgação. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41568388> acesso em 19 de junho de 2024.

TEXTO II

“Os soldados de Cristo, com novo espírito, venceram a nova batalha, e com palavras e ações abominaram a cegueira herética e os condenados erros de suas seitas, confessando a gritos que morriam na pureza da fé católica, que crê e ensina a santa Igreja de Roma: e que de todo o coração detestavam todos os artigos que se desviavam de seus sagrados decretos, pela observância e confissão das quais estavam prestes a dar, uma e mil vidas, se as tiveram.” CASTRIOTO, p. 413

A narrativa abordada nos dois textos:

- a) Parte do ponto de vista indígena, uma vez que eles são retratados como heróis.

- b) Através de uma visão positivista da historiografia, os fatos são apresentados de modo neutro.
- c) Parte do ponto de vista dos portugueses católicos apresentando os holandeses e indígenas como perseguidores da fé católica.
- d) Parte do ponto de vista dos indígenas catequizados, uma vez que são colocados como heróis.
- e) Apresenta os indígenas catequizados como mensageiros da fé católica.

Questão 16

Romance de Sirino - Dona Militana

Vô contar uma estora
 De uma família inteira
 Duma desgraça que houve
 Na família dos Texera
 Brada fon'ter' ri' e mare
 Senhor subre delegado
 Sinhô subre delegado
 Foi prender um guabiraba
 Po caso desta prisão
 Quaje os Texera se acaba
 Brada fon'ter' ri' e mare
 Quaje os Texera se acaba
 Brada fon'ter' ri' e mare
 Sirino ia passando
 Sirino ia passando
 Naquela escuridão
 Quando sartô-lhe na frente
 Manuel Rodrig' e João
 Brada fon'ter' ri' e mare
 Sirino quando se viu
 De curing' arrudiado
 Dizê – Hoje eu mato dez
 É pru me ver aperreado
 Brada fon'ter' ri' e mare (...)

Transcrito por: Marília Cabral de Azevêdo.

O romance cantado de Dona Militana:

- a) Faz parte da tradição oral popular, importante para a preservação da cultura local e imaterial.
- b) Possui um valor menor em relação a literatura escrita.
- c) Apresenta uma linguagem rebuscada e formal, típica da literatura erudita, e não compreendida pela maioria das pessoas.
- d) É um gênero textual da região Nordeste do Brasil.
- e) Possui palavras, termos e expressões desconhecidos, logo não pode ser considerado popular.

Questão 17

“Alguns historiadores taxaram esse movimento de Revolução dos Padres, devido ao grande número de religiosos que a integraram. Na Paraíba, as coisas tiveram essa mesma feição, explicável pelo preparo intelectual dos sacerdotes, aptos à assimilação das idéias liberais. Além da Paraíba, o movimento teve a adesão de Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará.”

A UNIÃO, João Pessoa, 2002, p. 102. MELLO, J. Otávio de A. História da Paraíba. A UNIÃO, João Pessoa, 2002, p. 102.

A denominação "Revolução dos Padres" para descrever o movimento de 1817 em Pernambuco, pode ser considerada limitada. Por quê?

- a) Porque subestima o poder do clero diante dos demais participantes da revolta.

b) Porque ignora a participação de outros grupos sociais, superestima o poder do clero e desconsidera as motivações políticas e econômicas que levaram a revolta.

c) Porque enaltece a figura dos militares e diminui a participação dos padres, uma vez que são colocados como a “parcela intelectual da revolta”.

d) A denominação pode ser considerada limitada uma vez que não apresenta a contribuição armada dos padres.

e) Porque apresenta somente uma versão da História, sem levar em consideração parte do clero que não concordava com o movimento.

Questão 18

TEXTO I:

“Em três séculos toda essa gente desapareceu. Nenhum centro resistiu [...] Reduzidos, foram sumindo, misteriosamente, como sentindo que a hora passara e eles eram estrangeiros na terra própria” (**CASCUDO, 1984, p.38**)

TEXTO II:

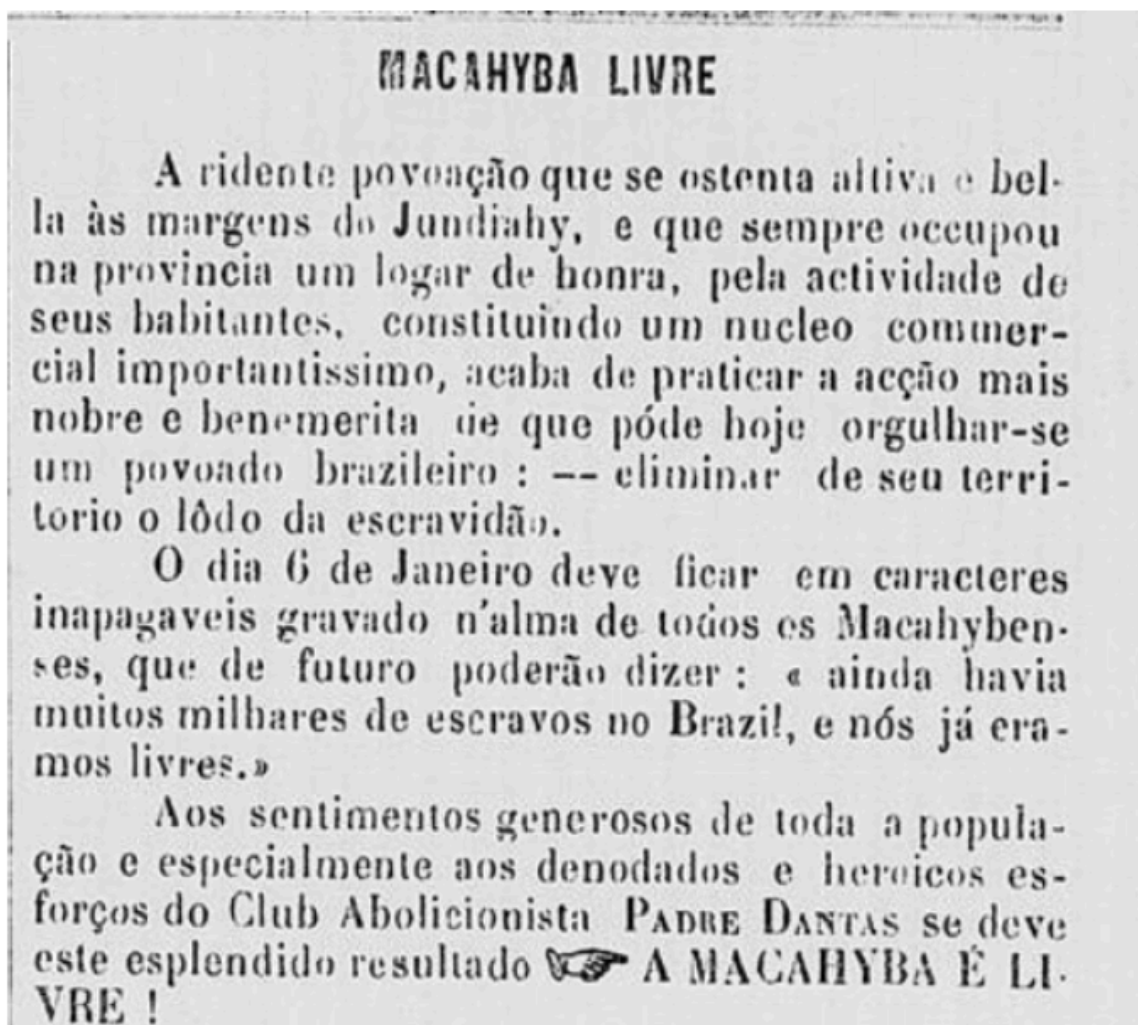
Província do Rio Grande do Norte - 1872 - População total em relação a raça

Branços	Pardos	Pretos	Caboclos	Total
4953	2169	1622	98	8842

Fonte: Transcrição do documento Recenseamento do Brasil, 1872, IBGE.

A ausência da categoria “indígena” no Censo de 1872 e na literatura do Rio Grande do Norte, indica:

- A categoria “indígena” foi substituída por outras categorias, como “caboclo” e “pardo”, o que revela uma complexa dinâmica de miscigenação e aculturação, e dificulta a identificação precisa da população indígena.
- A ausência da categoria “indígena” no Censo de 1872 e na literatura da época reflete um processo de invisibilização e desvalorização das culturas indígenas, associado à construção de uma identidade nacional eurocêntrica.
- O isolamento social desse grupo e a falta de participação em pesquisas como Censo explica a ausência dessa categoria nos primeiros documentos do estado do Rio Grande do Norte.
- A maior parte dos povos indígenas estavam na região Norte do Brasil, e no Rio Grande do Norte a presença desses povos era inexpressiva.
- A falta de indígenas no estado do Rio Grande do Norte no século XIX, que foi resultado de uma política de genocídio implementada pelos portugueses a partir do início do século XVI.



BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE. Edições diversas.
Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=717630&PagFis=0>>
acesso em: 16 de junho de 2024.

De acordo com a leitura do texto acima, assinale a alternativa correta:

- a) A fonte revela a quantidade insignificante de mão de obra escrava no estado do Rio Grande do Norte, uma vez que afirma não haver nenhum escravizado na região.
- b) O movimento abolicionista não foi expressivo no Rio Grande do Norte devido ao pequeno número de mídias que divulgavam as ideias abolicionistas.
- c) O número inexpressivo de práticas abolicionistas no estado indica a pouca presença de escravos na região.
- d) Os jornais eram importantes veículos de comunicação e veiculação de ideias abolicionistas no estado do Rio Grande do Norte.
- e) O dia 6 de janeiro citado na fonte não foi considerado expressivo diante do movimento abolicionista, uma vez que as outras províncias mantiveram a escravidão.

Salve Goianinha Livre !
Parabens aos magnanimos abolicionistas, que
alforriaram os ultimos escravos que possuiam.
Eis a lista dos ex senhores e o numero dos
libertados :

Luiz Candido de Araújo Cunha—6
Manoel Coutinho de Moraes Lisboa—10
D. Anna Joaquina do Amor Divino—1
Luiz Gonzaga da Silva Barbalho—1
Manoel Carlos de Mello—2
Tenente Emygdio Herculano Barbalho—2
Feliciano de Souza Revoredo —4
D. Joaquina Benvinda da Conceição—1
Capm. Landelino Coriolano da Silva—1
Capm. Antonio Fernandes Borges—1
D. Maria Altina do Amor Divino—1
Capm. Felix Barboza de Lima—3
D. Maria Juvenal de Araújo Guedes —2
José Adolpho de Araújo Cunha—6
D. Vicencia Coriolana Simas—1

BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE.
Edições diversas. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=717630&PagFis=0>>
acesso em: 16 de junho de 2024.

A partir da leitura do trecho acima é possível afirmar que:

- A libertação dos escravos dependia exclusivamente da boa vontade de seus senhores.
- O jornal dá protagonismo aos libertos, uma vez que seus nomes são colocados em destaque.
- O jornal dá destaque aos senhores de escravos, exaltando os nomes dos ex senhores.
- O jornal destaca as ações do libertos e ex senhores na luta pelo fim da escravidão no estado.
- O jornal servia como um meio para dar voz aos escravos.

Gabarito

01 B

02 A

03 E

04 C

05 A

06 D

07 B

08 E

Gabarito

09 B

10 D

11 A

12 D

13 B

14 E

15 C

16 A

Gabarito

17 B

18 B

19 D

20 C

Sugestões para o professor(a)

Caro professor (a), reunimos neste espaço algumas sugestões de atividades que podem auxiliar na construção do conhecimento e desenvolvimento de competências e habilidades.

Sugestão de documentário - Dona Militana: a romanceira dos oiteiros



O documentário do ano de 2010, possui roteiro e direção de Hermes Leal e produção executiva de Julie Tseng, produzido por HL Filmes. A produção apresenta a História de Dona Militana, importante romanceira e símbolo da cultura popular. O documentário traz entrevistas com familiares e com a própria Dona Militana que conta a sua história.

A partir do documentário, o professor (a) pode convidar os alunos a refletir acerca da falta de valorização da cultura popular. O documentário denuncia o descaso do Estado em relação a assistência a Dona Militana.

Perguntas norteadoras

Quem foi Dona Militana? Qual a sua importância para a cultura popular? Como Dona Militana vivia? Quais foram os principais temas tratados no documentário?

Boletim da Sociedade libertadora norte riograndense



A primeira edição do jornal “Boletim da Sociedade libertadora norte riograndense” de janeiro de 1888 é uma importante fonte histórica, que pode ser utilizada para trabalhar a abolição no estado.

Analisando o jornal

Identifique o documento: *jornal*

Autor:

Data:

Local onde foi produzido:

Tema tratado:

Contexto histórico:

Quais são as ideias principais do texto?

Conhecendo os indígenas do Rio Grande do Norte



Através do vídeo “Um papo com o cacique Luiz Katu” produzido pela TV Coletiva, é possível debater acerca da resistência dos povos indígenas no Rio Grande do Norte, demarcação de terras, a importância da FUNAI. Se julgar necessário, o professor (a) também pode utilizar as fontes da questão 18 para debater sobre o apagamento indígena no estado.

Atenção estudante!



Sua saúde mental também é importante! Aqui vão algumas dicas de auto cuidado:

Alimente-se bem!



Pratique esportes!



**Meditação também
pode ajudar.**



**Como controlar uma
crise de ansiedade?**



Busque ajuda!



Referências

A Coluna Prestes no Rio Grande do Norte. Tribuna do Norte, Natal, 01 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/colunas/artigos/a-coluna-prestes-no-rio-grande-do-norte-ii/>. Acesso em 06 de junho de 2024.

CASCUDO, Luís da C. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

‘Chuva de bala no país de Mossoró’ abre temporada 2024 confira datas. G1 RN, Natal, 07 de junho de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/sao-joao-no-rn/noticia/2024/06/07/chuva-de-bala-no-pais-de-mossoro-abre-temporada-2024.ghtml>. Acesso em: 07 de junho de 2024.

Justiça Federal determina que Prefeitura de Natal acomode famílias que ocupam prédio histórico da UFRN. G1 RN, Natal, 29 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/12/29/justica-federal-determina-que-prefeitura-de-natal-acomode-familias-que-ocupam-predio-historico-da-ufrn.ghtml>. Acesso em: 07 de junho de 2024.

MOURA, Renata. O massacre holandês há 372 anos que levou o papa Francisco a decretar a santidade de 30 brasileiros. BBC Brasil, Londres, 14 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41568388>. Acesso em: 19 de junho de 2024.

Referências

Nova estátua de Iemanjá é inaugurada na Praia do Meio em Natal. G1 RN, Natal, 02 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/02/02/nova-estatuade-iemanja-e-inaugurada-na-praia-do-meio-em-natal.ghtml>. Acesso em: 03 de junho de 2024.

Sítio Arqueológico Lajedo Soledade, 2024. Desenvolvido pelo NEPP do IFRN Campus Apodi. Disponível em: <https://www.lajedodesoledade.org.br/>. Acesso em: 11 de junho de 2024.

SOARES, Valcidney. Pedido de diplomação post mortem a Emmanuel Bezerra é protocolado. Saiba mais, Natal, 12 de agosto de 2024. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2024/04/pedido-de-diplomacao-post-mortem-a-emmanuel-bezerra-e-protocolado/>. Acesso em 03.06.24.

SOUZA, Juliana Teixeira; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Org.). Escravidão no Rio Grande do Norte. (Série Produtos didáticos para o ensino da história). Natal: EDUFRN, 2021.

VEIGA, Edson. Celina Guimarães: a história da primeira brasileira a votar. BBC Brasil, 10 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62100807>. Acesso em 03 de junho de 2024.